# SUMÁRIO


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019 ..... 2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ..... 2
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO ..... 4
AMBIENTE REGULATÓRIO ..... 5
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS ..... 7
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO ..... 17
INVESTIMENTOS ..... 17
GOVERNANÇA CORPORATIVA ..... 18
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES ..... 18
AUDITORIA INTERNA E GERENCIAMENTO DE RISCOS ..... 19
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO ..... 20
RESPONSABILIDADE SOCIAL ..... 21
CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 29
BALANÇO SOCIAL ..... 30
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS ..... 32
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA ..... 33

BALANÇOS PATRIMONIAIS ..... 34
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ..... 36
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES ..... 37
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ..... 38
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA ..... 39
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO ..... 41

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ..... 42
1. CONTEXTO OPERACIONAL ..... 42
2. BASE DE PREPARAÇÃO ..... 45
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO ..... 58
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES ..... 59
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS ..... 61
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ..... 63
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ..... 63
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA ..... 64
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS ..... 65
10. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO ..... 66
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ..... 67
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS ..... 69
13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO ..... 70
14. ATIVOS DE CONTRATO ..... 74
15. INVESTIMENTOS ..... 76
16. IMOBILIZADO ..... 92
17. INTANGÍVEIS ..... 94
18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL ..... 96
19. FORNECEDORES ..... 98
20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES ..... 98
21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES ..... 99
22. ENCARGOS REGULATÓRIOS ..... 103
23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO ..... 103
24. PROVISÕES ..... 108
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS ..... 114
26. RECEITAS ..... 118
27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS ..... 120
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS ..... 122
29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS ..... 123
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS ..... 126
31. SEGUROS ..... 137
32. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ..... 138
33. EVENTOS SUBSEQUENTES ..... 138

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS ..... 140
PARECER DO CONSELHO FISCAL ..... 148
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES ..... 149
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ..... 150
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ..... 151
ORÇAMENTO DE CAPITAL ..... 153

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores acionistas,

A Cemig Geração e Transmissão ("Companhia" ou "Cemig GT") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Conselho Fiscal, o Relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Também são apresentadas as Declarações dos diretores que revisaram as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes.

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Quando olhamos para o ano de 2019, é com satisfação que observamos os progressos que fizemos nas diferentes dimensões.

Em um ambiente renovado da Empresa, fizemos a revisão do planejamento estratégico da Companhia, com a participação da alta Administração e do corpo gerencial, analisando as principais tendências globais no setor de energia e o posicionamento estratégico da Cemig nesse ambiente, com os seus desafios e oportunidades.

Dentre as diretrizes estratégicas estabelecidas, destacamos o compromisso de investimento relevante em nosso core business, alavancagem financeira adequada e assegurar eficiência operacional, garantindo excelência no atendimento aos nossos clientes e aos requisitos regulatórios.

Para termos sucesso, o envolvimento, o comprometimento e o talento dos nossos empregados são fundamentais, sendo estabelecidas metas e indicadores específicos para que todos acompanhem o mapa estratégico e percebam a contribuição individual na execução da estratégia.

Os resultados da Cemig GT apresentaram um crescimento expressivo em 2019. Nosso lucro líquido foi de R$835 milhões, um relevante aumento de 41% em relação ao ano anterior, que foi de R$591 milhões.

Reduzimos o nosso endividamento com o pagamento de R$610 milhões de dívidas em 2019. Temos como objetivo a redução no endividamento associada ao alongamento do perfil da dívida, o que nos garantirá uma maior qualidade de crédito, por meio de melhores avaliações de rating e, consequentemente, redução do custo de capital da Cemig GT.

Continuamos a investir em maior eficiência operacional. Destaca-se a reestruturação organizacional ocorrida em 2019, com a redução de 25% dos cargos gerenciais e a implementação de Programa de Desligamento Voluntário, que teve a adesão de 120 empregados.

Uma das grandes novidades do ano foi o nosso retorno aos leilões públicos de novos investimentos em transmissão. Apesar de não termos ganho nenhum dos lotes ofertados, a participação nos leilões representa uma nova realidade da Empresa, agora em condições financeiras adequadas e competitivas para incrementar o seu programa de investimentos em transmissão nos próximos anos, seja por meio de reforços em sua área de concessão, aprovados pelo Regulador, seja por meio do sucesso nos próximos leilões.

Um evento marcante em 2019 para o resultado consolidado foi o trânsito em julgado, favorável à Cemig GT, da ação na qual questionávamos a incidência do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, representando créditos fiscais próximos a R$849 milhões, que a partir do recebimento, contribuirão, ainda mais, para a redução acelerada dos nossos índices de endividamento. Ressalta-se que deste montante, a Companhia conseguiu levantar, em fevereiro de 2020, R$196 milhões de depósitos judiciais registrados, contribuindo para a melhoria da liquidez da Companhia.

Somos reconhecidos como uma empresa sustentável, que se preocupa com o impacto das suas ações no meio ambiente e na sociedade. Nossa única usina movida a óleo combustível está sendo desativada e, passaremos a gerar energia de fontes 100% renováveis. Além disso, somos a empresa que mais investe em cultura no Estado. A Cemig, nossa controladora, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual está presente desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais, que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

No que se refere ao ambiente externo, o cenário macroeconômico brasileiro, após um período de recessão e baixo crescimento, começa a apresentar sinais de recuperação, sendo aguardado crescimento para o País em 2020 em patamares superiores aos observados nos últimos anos, o que certamente terá impactos positivos em nossos resultados.

Concluindo, temos boas razões para estar otimistas com o futuro. Nesse cenário, a Administração da Cemig GT, seu corpo gerencial e qualificado grupo de empregados estão comprometidos e motivados para assegurar o progresso e a sustentabilidade das nossas operações, garantindo o retorno adequado aos acionistas e o atendimento das expectativas das demais partes interessadas.

Agradecemos o comprometimento e o talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Companhia como empresa de relevância e destaque no setor elétrico brasileiro.

## A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Desde a sua criação, a Cemig Geração e Transmissão sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica por meio de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, a Companhia marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural e também seu potencial eólico, mapeado pela Cemig por meio do lançamento do Atlas Eólico de Minas Gerais.

A Companhia possui participação em 83 usinas, sendo 76 usinas hidrelétricas, seis eólicas, uma solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.553 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

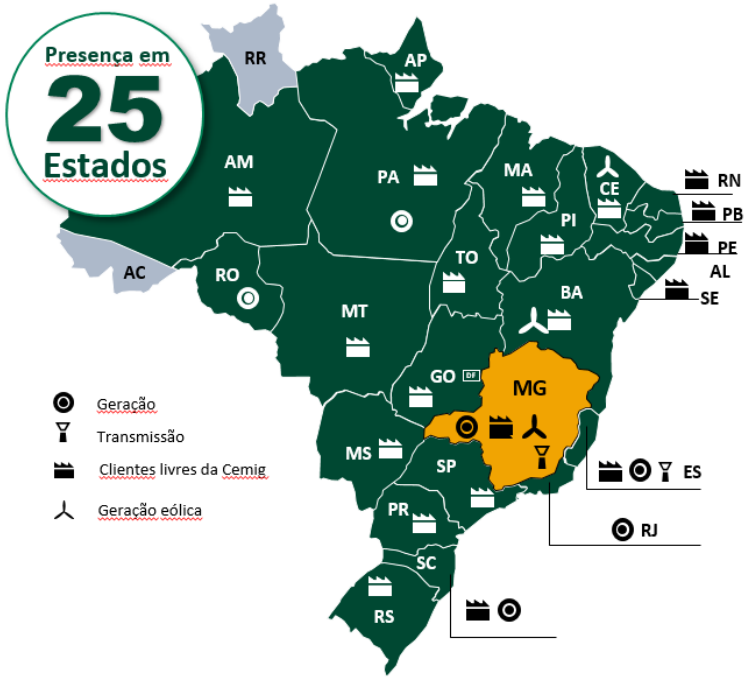
Transmissão

Em 2019, a Companhia opera e mantém 38 subestações e 4.930 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A Companhia opera e mantém ativos de transmissão de outras 15 empresas, com as quais tem Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção, em 18 subestações (das quais quatro não são da Companhia) e 365 km de linhas de transmissão.

***Área de Atuação***

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, a Companhia atua em várias regiões do País, com maior concentração na Região Sudeste.



***Nossa missão, visão e valores***

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão *(da controladora e compartilhada com a Cemig GT nos negócios aplicáveis)*:

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

***Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional***

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Companhia adota, desde 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site *http://www.cemig.com.br*, consolidada em nove princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

## AMBIENTE REGULATÓRIO

**Geração de Energia Elétrica**

O ano de 2019 representou mais um ano de baixa hidrologia na região Sudeste. A ENA – (Energia Natural Afluente) média do ano ficou abaixo de 80% da média histórica, contra 90% em 2018. A longa sequência de baixas hidrologias tem mantido os reservatórios do Sudeste em níveis inferiores a 60% ao final do período úmido, o que historicamente são baixos volumes. Durante o período seco, houve um rápido deplecionamento que levou os reservatórios do Sudeste a valores próximos dos mínimos históricos.

O PLD (Preço da Liquidação de Diferenças) médio do Sudeste em 2019 foi R$227,10/MWh, comparado a R$288,57/MWh em 2018, representando uma redução de 21,30%. Apesar da piora na hidrologia e armazenamento ao longo do ano na região Sudeste, os excedentes de geração da região Norte no primeiro semestre e da região Nordeste no segundo semestre contribuíram para manter o preço mais baixo. Dessa forma, o GSF (*Generation Scaling Factor*) apresentou um melhor comportamento em 2019 quando comparado a 2018, com o valor médio de 0,91 em 2019 frente a 0,84 em 2018.

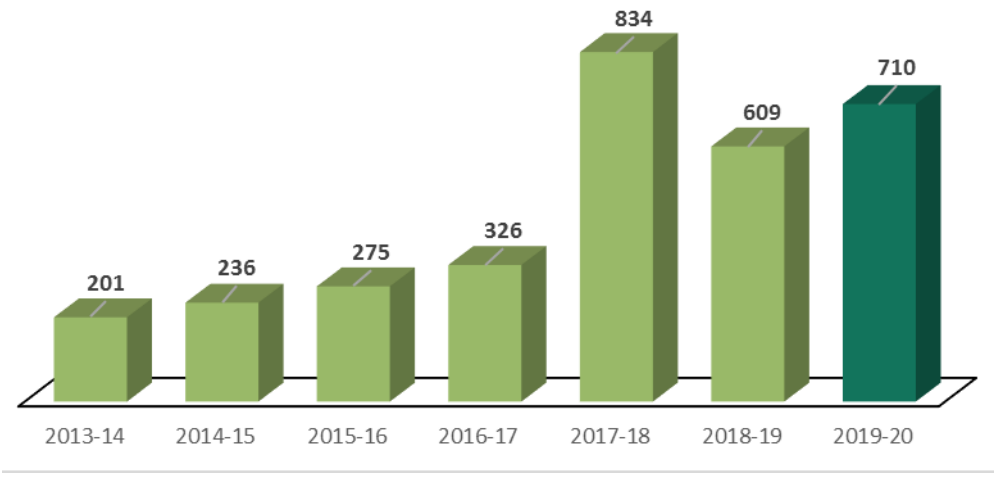
**Transmissão de energia elétrica**

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Companhia é estabelecida pela Aneel, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. A Companhia atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das Receitas Anuais Permitidas ("RAPs") para novos ativos.

O reajuste anual da receita de transmissão ocorre em 1º de julho de cada ano, exceto quando há Revisão Tarifária. Esse processo tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap.*

Em julho de 2019, a RAP da Companhia (contrato de concessão 006/1997) recebeu reajuste líquido de 16,35% composto da aplicação de IPCA sobre a receita já homologada, reconhecimento dos novos reforços e melhorias e reconhecimento de itens de recurso administrativo, além da parcela do custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME. A RAP de Itajubá (contrato 079/2000) recebeu um reajuste líquido de 18,16%, composto da aplicação do IGP-M sobre a receita já homologada e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

**RAP Cemig Transmissão**



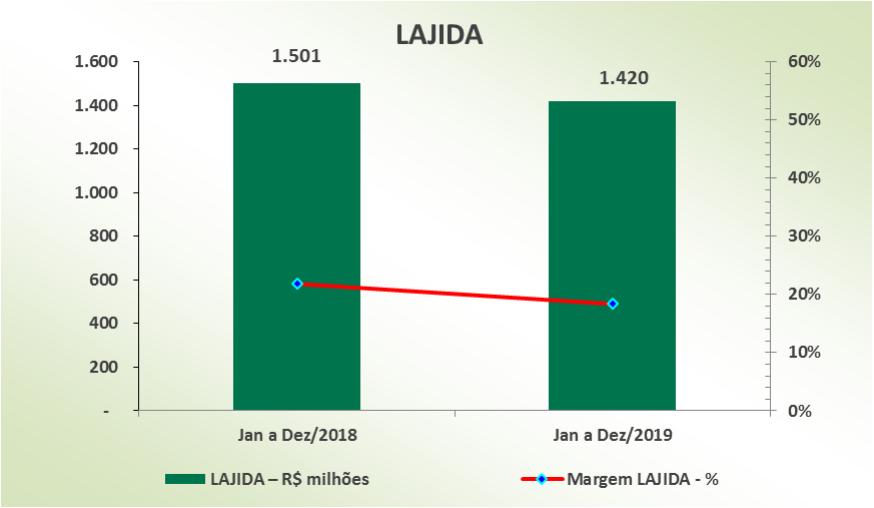
## Lucro líquido do exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2019, lucro líquido de R$835 milhões em comparação ao lucro líquido de R$591 milhões no exercício de 2018, um aumento de 41,29%. As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência destas Demonstrações Financeiras consolidadas.

## Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida da Companhia alcançou o montante de R$1.420 milhões em 2019, em comparação a R$1.501 milhões em 2018, representando uma redução de 5,40%:

| Lajida - R$ milhões | 2019 | 2018 | Var % |
|---|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 835 | 591 | 41,29 |
| + Despesa de IR e contribuição social correntes e diferidos | 603 | 385 | 56,62 |
| +/- Resultado financeiro líquido | (234) | 376 | - |
| + Depreciação e amortização | 216 | 149 | 44,97 |
| **= Lajida** | **1.420** | **1.501** | **(5,40)** |




Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O Lajida observado no exercício de 2019 foi afetado positivamente, principalmente, pelo reconhecimento de receita no montante R$414 milhões referente a ICMS sobre PIS/Pasep e Cofins, aumento da receita com transações com energia na CCEE, e reconhecimento de menor perda com resultado de equivalência patrimonial.

Com efeito negativo no Lajida observou-se um aumento de 25,09% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da depreciação e amortização. Essa variação decorreu principalmente de aumento nas provisões operacionais. Maiores detalhes nos itens específicos deste Comentário.

A margem do Lajida passou de 21,84% em 2018 para 18,38% em 2019.

***Fornecimento Bruto de Energia Elétrica***

| | 2019 | | | 2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | MWh (2) | R$ (milhões) | Preço Médio MWh Faturado (R$/MWh)[1] | MWh (2) | R$ (milhões) | Preço Médio MWh Faturado (R$/MWh) [1] |
| Industrial | 13.641.330 | 3.182 | 233,23 | 15.100.812 | 3.245 | 214,91 |
| Comercial | 4.352.948 | 891 | 204,76 | 3.190.021 | 708 | 221,94 |
| Rural | 3.215 | 1 | 262,48 | 1.343 | 0,3 | 246,46 |
| **Subtotal** | **17.997.493** | **4.074** | **226,34** | **18.292.176** | **3.953** | **216,13** |
| Fornec. Não Faturado, Líquido | - | 16 | - | - | 1 | - |
| | **17.997.493** | **4.090** | **-** | **18.292.176** | **3.954** | **-** |
| Suprim. Outras Concessionárias (3) | 11.578.115 | 3.015 | 260,38 | 12.121.762 | 2.908 | 239,88 |
| Suprim. Não Faturado Líquido | - | (67) | - | - | (4) | - |
| | **29.575.608** | **7.038** | **237,95** | **30.413.938** | **6.858** | **225,50** |

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.
(2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.
(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$7.038 milhões em 2019 em comparação a R$6.858 milhões em 2018, um aumento de 2,62%. Essa variação decorreu, essencialmente, da elevação no preço médio de 5,52% em função do reajuste nos preços dos contratos de venda de energia, sendo compensada parcialmente pela redução de 2,76% na quantidade de energia vendida.

***Receita de concessão de transmissão***

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAP's) dos ativos do sistema existentes, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita foi de R$703 milhões em 2019 comparada a R$589 milhões em 2018, representando um crescimento de 19,35%. Essa variação decorre, principalmente, do reajuste pela inflação da RAP anual ocorrida em julho de 2019, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, ajuste de expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões, sendo aplicável o IPCA para o contrato da Companhia e IGPM para a Cemig Itajubá. Em 2019, os reajustes da RAP foram de 10,53%, incluindo a parcela referente aos novos investimentos, e 14,60%, para os contratos de concessão da Companhia e Cemig Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Adicionalmente, a receita de transmissão é composta pelos encargos setoriais, sendo o mais significativo vinculado à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que apresentou crescimento de 53,59% em 2019 em comparação a 2018. Maiores detalhes nos itens específicos deste Comentário.

***Receita de indenização da transmissão***

A receita de indenização da transmissão foi de R$155 milhões em 2019, comparada a R$250 milhões em 2018, representando uma redução de 38,00%.

A Companhia calcula a atualização do saldo a receber da indenização a partir da aplicação do IPCA e do custo médio de capital regulatório sobre o saldo remanescente, conforme previsto na regulação do setor. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos.

No início do ciclo tarifário, que ocorre em julho de cada ano, os recebimentos acrescidos do reajuste previsto para o ciclo, correspondentes à amortização do saldo devedor até o final do período, são excluídos da base de remuneração, reduzindo o montante remanescente da indenização e a remuneração sobre este saldo.

Em julho de 2019, a parcela da RAP referente ao custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME, teve um incremento de 14,32%. Além disso, a Aneel acatou o recurso à REH 2.408/2018 interposto pela Companhia reconhecendo o erro material no cálculo do custo anual dos ativos elétricos da RBSE, elevando esse incremento para 23,93%. Esse reajuste gera um aumento no montante da indenização a ser recebida durante o ciclo tarifário, ocasionando uma redução no saldo remanescente da indenização, e, consequentemente, uma redução da atualização incidente sobre este saldo.

Maiores informações na nota explicativa nº 13 – Ativos Financeiros da Concessão.

***Receita com transações com energia na CCEE***

A receita com transações com energia na CCEE foi de R$439 milhões em 2019, comparada a R$185 milhões em 2018, representando um crescimento de 137,30%. Esta variação decorre, principalmente, da obtenção de maior sobra de energia em 2019 pela Companhia, que foi valorizada pelos Preços de Liquidação de Diferenças – PLD's definidos mensalmente. Apesar de o PLD médio anual ter sofrido uma redução de 21,30%, as sobras de energia ocorreram em 2019 nos meses que apresentaram PLD's elevados, aumentando a receita na CCEE nestes meses e a receita esperada no ano.

**Receita de construção**

A receita de construção foi de R$220 milhões no exercício de 2019 comparada a R$96 milhões em 2018, apresentando um aumento de 129,17%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão de transmissão.

***Impostos e encargos incidentes sobre a receita***

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R$1.809 milhões em 2019 comparados a R$1.610 milhões em 2018, apresentando um crescimento de 12,36%. As principais variações estão descritas a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE), cujos pagamentos são definidos por meio de Resolução da Aneel, tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda, carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R$235 milhões em 2019 comparados a R$153 milhões em 2018, uma variação de 53,59%. A TUST-CDE das transmissoras é homologada anualmente e juntamente com a aprovação do orçamento da CDE, cujo ciclo de vigência é o ano civil. A TUST-CDE que passou a vigorar a partir de janeiro de 2019 sofreu um aumento de 40,00%, devido ao crescimento da quota anual de 2019 em comparação a de 2018, que incorporou o aumento médio de 14,00% no custo unitário da CDE (Quota Anual/MWh) e o repasse da revisão do orçamento de 2018.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

***Custos e despesas operacionais***

Os custos e despesas operacionais foram de R$6.437 milhões em 2019 em comparação a R$5.122 milhões em 2018, representando um aumento de 25,67%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 27 destas Demonstrações Financeiras.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R$3.841 milhões em 2019, comparado a R$3.853 milhões em 2018, representando uma redução de R$12 milhões. Essa variação decorre, principalmente, da redução das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R$113 milhões em 2019, comparada a R$168 milhões em 2018, representando uma redução de 32,74%.

O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A variação decorre, principalmente, da redução de 21,04% no valor médio do preço de liquidação de diferenças – PLD, que foi de R$227,10/MWh, para 2019, e R$288,57/MWh, para 2018.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R$322 milhões em 2019 comparada a R$332 milhões em 2018, representando uma redução de 3,01%. Essa variação é decorrente, principalmente, de menor custo com programas de desligamento voluntário, sendo R$6 milhões em 2019 em comparação a R$18 milhões em 2018.

Participação dos empregados no resultado

O montante de despesa relacionada à participação dos empregados no resultado foi de R$63 milhões em 2019 comparado a R$17 milhões em 2018. Esta variação decorre do crescimento do resultado consolidado da Cemig, controladora da Companhia, base de cálculo para o pagamento de participação, tendo em vista que os acordos coletivos da Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e Cemig são unificados.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R$88 milhões em 2019 em comparação a uma despesa de R$72 milhões em 2018, gerando um aumento de 22,22%. Essa variação decorre, principalmente, do crescimento do custo com o plano de saúde em 2019, em razão da redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial de dezembro de 2018, aumentando as obrigações pós-emprego.

Custo de construção

O custo de construção foi de R$220 milhões em 2019 em comparação a R$96 milhões em 2018, um aumento de 129,17%. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado. Essa variação decorre, principalmente, da entrada em execução, em 2019, da maioria dos projetos do Programa de Investimento vigente, frente ao menor desembolso em 2018, quando os empreendimentos estavam em fases iniciais.

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R$1.110 milhões em 2019 comparada a R$117 milhões em 2018. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em 2019 no valor de R$38 milhões na comparação de reversão de R$5 milhões em 2018, em função, especialmente, da expectativa de perda na carteira de grandes consumidores livres. Mais detalhes na nota explicativa nº 8 – Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- reconhecimento, em junho de 2019, de provisão para perda decorrente de valores a receber da Renova no montante de R$688 milhões, resultado de uma avaliação de risco de crédito desta investida feita pela Companhia. Mais detalhes na nota explicativa nº 29 – Transações com partes relacionadas;
- reconhecimento, de provisão de contingência tributária no montante de R$284 milhões decorrente da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 24 – Provisões;
- referidos aumentos foram parcialmente compensados pela redução de 40,74% das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R$64 milhões em 2019, em comparação a R$108 milhões em 2018. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 30 – Instrumentos financeiros e gestão de risco.

***Resultado de equivalência patrimonial***

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R$83 milhões em 2019 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R$352 milhões em 2018, uma redução de 76,42%. Esta redução decorre, principalmente, de menores perdas com a investida Santo Antônio Energia. O resultado negativo com equivalência patrimonial de Santo Antônio Energia foi de R$189 milhões em 2019 na comparação de R$301 milhões em 2018.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 15 - Investimentos.

***Resultado Financeiro Líquido***

O resultado financeiro correspondeu a uma receita financeira líquida de R$234 milhões em 2019 em comparação a uma despesa financeira líquida de R$376 milhões em 2018. As principais variações estão relacionadas a seguir:

- ganho com operação de *hedge* contratada para proteção dos riscos de variação de moeda estrangeira vinculada ao Eurobonds, que alcançou o montante de R$998 milhões, em 2019, em comparação a R$893 milhões em 2018. Essa variação decorreu, principalmente, da redução da curva estimada da taxa futura de juros durante a vigência dos contratos, contribuindo para reduzir a ponta passiva (obrigação da Companhia), que é indexada ao Depósito Interfinanceiro (DI), e para o valor presente da marcação a mercado do instrumento financeiro. O aumento no valor justo da opção (*call spread*) também contribuiu para o ganho nas operações de *hedge*;

- reconhecimento de uma receita financeira no montante de R$240 milhões em 2019, decorrente da atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, resultante do reconhecimento do direito da Companhia de excluir este imposto da base de cálculo dessas contribuições com efeitos desde julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 10 – Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS;

- redução da despesa financeira relacionada à variação cambial vinculada aos empréstimos em moeda estrangeira, no montante de R$234 milhões em 2019 comparados a R$580 milhões em 2018, uma redução de 59,66%. Essa redução decorre da queda na variação da taxa de câmbio vigente no período, tendo sido de 4,02% em 2019 e 17,13% em 2018.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 28 destas Demonstrações Financeiras.

***Imposto de renda e contribuição social***

A Companhia apurou em 2019, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R$603 milhões em relação ao lucro de R$1.438 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 41,95% de alíquota efetiva. Em 2018, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R$385 milhões em relação ao lucro de R$976 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 39,45% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 11(d) das demonstrações financeiras.

***Liquidez e recursos de capital***

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e com fundos provenientes de financiamento.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R$211 milhões, em comparação a R$302 milhões em 31 de dezembro de 2018, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As principais razões para essa variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2019 totalizou R$743 milhões em comparação ao caixa líquido consolidado de R$1.671 milhões gerado pelas atividades operacionais em 2018. Essa redução decorre, principalmente, do fato de o caixa de 2018 ter sido significativamente afetado pelo recebimento da indenização dos ativos não amortizados ou não depreciados, relativos aos Projetos Básicos das Usinas São Simão e Miranda, no montante de R$1.140 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento em 2019 totalizou R$93 milhões em comparação ao caixa líquido de R$626 milhões consumido pelas atividades de investimento em 2018. Essa variação deve-se, basicamente, ao recebimento do mútuo com a Cemig (controladora da Cemig GT), no montante de R$400 milhões, sendo que no ano anterior ocorreu, no sentido inverso, a saída de recursos para provimento à Cemig no montante de R$391 milhões. Adicionalmente, ocorreram em 2018 investimentos em controladas no montante de R$657 milhões em comparação a R$44 milhões em 2019.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2019 totalizou R$926 milhões em comparação a R$1.146 milhões consumidos em 2018. Essa redução é decorrente, principalmente, da menor amortização de empréstimos em 2019, no montante de R$610 milhões, sendo que em 2018 a amortização de empréstimos, líquida de captações, de R$932 milhões.

***Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida***

Nos exercícios de 2017 e 2018, o refinanciamento da dívida da Companhia teve custos mais altos que os historicamente verificados, à luz do desafio de liquidez que se lhe impunha. Em 2019, por outro lado, a Cemig, beneficiando-se da reabertura do mercado de capitais, concentrou esforços na redução dos custos e alavancagem financeira.

Seguindo firme no propósito de melhorar a qualidade de seu crédito, foram amortizados R$610 milhões de dívida pela Companhia.

Corroborando com os avanços descritos acima, vale destacar que as principais agências internacionais de classificação de risco continuaram o processo de elevação dos *ratings* da Companhia, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da sua qualidade de crédito, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas e maior eficiência operacional, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo.

Na tabela a seguir está apresentada a posição de *rating* da Companhia nas três principais agências:

| **Fitch** | | *Grau de investimento* | | | | | | | | | | *Grau Especulativo* | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| *Nacional* | *Global* | AAA | AA+ | AA | AA- | A+ | A | A- | BBB+ | BBB | BBB- | BB+ | BB | BB- | B+ | B | B- | CCC | CC | C | RD/D | | |
| *dez - 18* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| *dez - 19* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| **Moodys** | | *Grau de investimento* | | | | | | | | | | *Grau Especulativo* | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| *Nacional* | *Global* | Aaa | Aa1 | Aa2 | Aa3 | A1 | A2 | A3 | Baa1 | Baa2 | Baa3 | Ba1 | Ba2 | Ba3 | B1 | B2 | B3 | Caa1 | Caa2 | Caa3 | Ca | C | |
| *dez - 18* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| *dez - 19* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| **S&P** | | *Grau de investimento* | | | | | | | | | | *Grau Especulativo* | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| *Nacional* | *Global* | AAA | AA+ | AA | AA- | A+ | A | A- | BBB+ | BBB | BBB- | BB+ | BB | BB- | B+ | B | B- | CCC+ | CCC | CCC- | CC | C | D |
| *dez - 18* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| *dez - 19* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

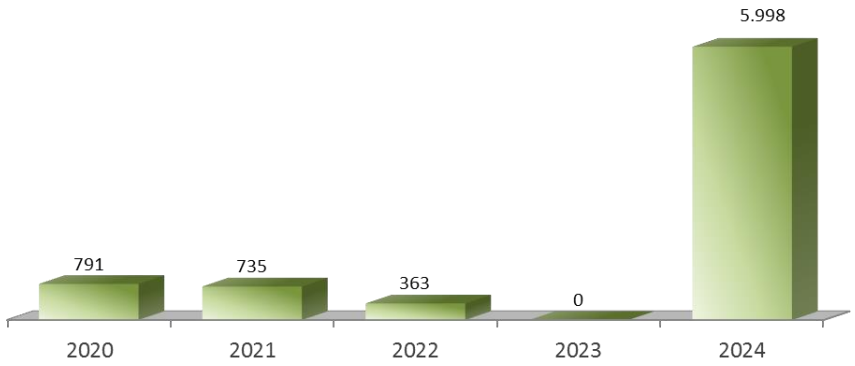
Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

Tanto os *eurobonds* quanto as debêntures contam com *covenants* financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da empresa e da Cemig (controladora da Cemig GT), como garantidora. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses *covenants* financeiros.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, no montante de R$7.887 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 4,3 anos. Mais detalhes na nota explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

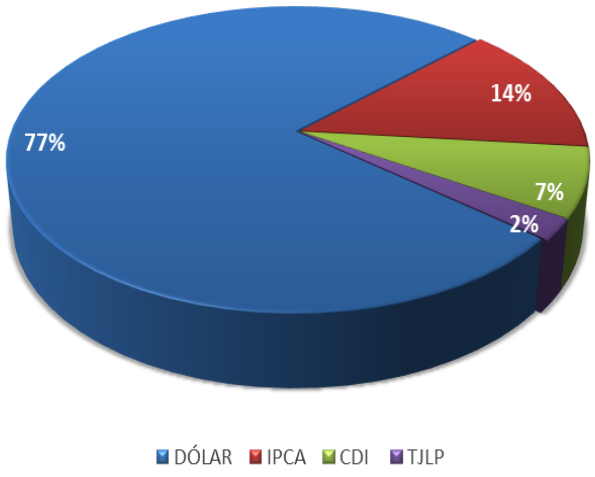
O cronograma de amortizações da dívida está evidenciado no gráfico a seguir:

**Cronograma de amortizações da dívida**
**Posicionamento em dezembro de 2019 (R$ milhões)**




A composição da dívida da Companhia é reflexo das fontes de recursos à sua disposição, na qual percebe-se uma participação expressiva de dívida em moeda estrangeira, que está protegida contra a variação cambial por meio de instrumento de *hedge*, pela taxa de juros indexada ao CDI. O custo médio da dívida da Companhia é de 4,74% a.a. a preços constantes e de 9,22% a.a. em custo nominal.

**Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2019**



## PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada até o dia 30 de abril de 2020, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2019 no montante de R$835 milhões, do saldo realização do custo atribuído de Imobilizado no montante de R$18 milhões e do saldo referente à reversão da reserva de incentivos fiscais relativo a exercícios anteriores no montante de R$1 milhão:

- R$42 milhões para constituição de reserva legal;
- R$270 milhões para pagamento de juros sobre o capital próprio;
- R$188 milhões sejam destinados para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R$354 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros.

## INVESTIMENTOS

**Investimentos em Geração:**

Em 2019, a usina de Belo Monte iniciou a geração plena de energia, com todas as unidades geradoras em atividades. A Companhia, com participação indireta de 11,69% no empreendimento, já investiu aproximadamente R$1,61 bilhão.

Projeto PCH Poço Fundo: Em 13 de fevereiro de 2019 a Aneel, por meio da Resolução Autorizativa n° 7.598, concedeu prorrogação da concessão da PCH Poço Fundo até maio de 2045, prorrogação condicionada à ampliação das unidades geradoras.

A PCH Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo/MG, faz parte do portfólio da Companhia e será transferida para a SPE Cemig Geração Poço Fundo S.A.

Em 2019, a SPE encontrava-se em fase pré-operacional, estruturando-se para a ampliação da potência instalada da PCH Poço Fundo e para a operação e manutenção da usina até o término da concessão.

As obras de ampliação serão iniciadas em 2020 ao custo aproximado de R$140 milhões e com previsão de término até 2022.

**Investimentos em Transmissão**

No que se refere ao negócio de transmissão, a definição das regras de indenização dos ativos nos anos anteriores nos garantiu um fluxo de caixa estável para os próximos anos que permitiu ampliar o programa plurianual de investimentos para a Companhia de R$1,1 bilhão para R$1,45 bilhão, que viabilizará, no futuro, a agregação de novas receitas decorrentes desses investimentos, e a mitigação de importantes riscos para a operação do sistema.

Os investimentos em 2019 foram de R$220 milhões.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto por nove integrantes efetivos, sendo oito indicados e eleitos pelos acionistas e um integrante que é eleito pelos empregados, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, sendo permitida, no máximo, três reconduções consecutivas. Em 2019, foram realizadas 30 reuniões para deliberações e apresentações sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimentos e aquisições, dentre outros.

O Comitê de Auditoria, criado com a reforma do Estatuto Social em junho de 2018 e em cumprimento ao disposto na Lei 13.303/2016, é órgão colegiado de assessoramento sendo vinculado ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização sobre a qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e a efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. É composto por três integrantes, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição. Em 2019 foram realizadas 47 reuniões do Comitê de Auditoria.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído por cinco integrantes efetivos e respectivos suplentes, eleitos para mandato de dois anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas. Suas atribuições são fixadas na legislação brasileira aplicável, e, quando com estas não conflitarem, nas leis dos países em que as ações da Cemig são listadas e negociadas. Em 2019 foram realizadas 15 reuniões do Conselho Fiscal.

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2017, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a Ernst & Young Auditores Independentes S.S.. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue, em milhares de Reais:

| Serviços | 2019 | % em relação à auditoria | 2018 | % em relação à auditoria |
|---|---|---|---|---|
| Auditoria de Demonstrações Financeiras | 2.070 | 100,00 | 1.894 | 100,00 |
| Auditoria de obrigações acessórias no sistema público de escrituração digital – SPED | 338 | 16,34 | 311 | 16,41 |
| Carta conforto para emissão de instrumentos de dívida | - | - | 912 | 48,14 |
| **Total** | **2.408** | **116,34** | **3.117** | **164,55** |

Os serviços de auditoria de obrigações acessórias no SPED foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria de Demonstrações Financeiras, sendo restritos à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo os mencionados acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

## AUDITORIA INTERNA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como processo integrante das práticas de governança corporativa da Cemig, a gestão de riscos corporativos tem como objetivo geral construir uma estrutura capaz de prover informações relevantes à Alta Administração para apoiar a tomada de decisão, criando e protegendo valor para a Companhia. O processo de gerenciamento de riscos possibilita administrar propriamente os riscos dos objetivos do negócio, permitindo influenciar e alinhar as estratégias e performances das áreas da empresa.

No ano de 2019, de forma a dar maior ênfase nas questões que envolvem a gestão de riscos e conformidade, foi criada uma diretoria adjunta de Compliance na Cemig.

Nesse sentido, foi aprovada, em 2019, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a nova Matriz de Riscos Corporativos – *Top Risks* e de Riscos de *Compliance* vigente para os exercícios de 2019 e 2020.

Tais riscos, associados à execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesse, fraude e corrupção, têm como titulares os Diretores da Companhia, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração.

Ainda, a matriz de controles internos é revisada e aprovada anualmente. Os controles são testados e monitorados pela Gerência de Riscos e Controles Internos da Companhia e são reportados periodicamente aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos

a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

*Política Antifraude*

A Companhia possui como política a vedação de doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política aplica-se à Cemig e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, "Lei das Eleições", de 30 de setembro de 1997, alterada pela Lei 13.487, de 06 de outubro de 2017.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas, Ouvidoria e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos relacionados às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes. O Canal de Denúncias da Cemig preserva o anonimato dos denunciantes.

## GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O setor de energia elétrica na Europa, Estados Unidos e em várias outras partes do mundo está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de diferentes fatores, tais como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Todas essas transformações afetam diretamente o setor energético e representam, ao mesmo tempo, ameaças e oportunidades para uma empresa como a Companhia. São mudanças que podem ser agrupadas em torno de três tendências, denominadas "**3D**": 1) **D**igitalização, 2) **D**escarbonização e 3) **D**escentralização, as quais colocam novos tipos de demandas sobre o setor elétrico, vindas da sociedade, de outros setores da economia e do próprio governo por meio de suas agências reguladoras.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

- possibilitar a capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;

- definir estratégias para a execução de Projetos de P&D a curto, médio e longo prazo;
- construir editais para captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

Em 2019 foram contratados seis projetos resultantes de um Edital Específico associado aos "**3D**", denominado Cemig 4.0, contemplando as seguintes iniciativas:

- Gestão inteligente da cadeia de fornecedores;
- Inteligência na experiência do usuário;
- Gestão de ativos;
- Recursos energéticos distribuídos.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Companhia é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social do local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2019 são:

Programa AI6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2019 do AI6% envolveu a participação de 1.546 empregados da Cemig que, voluntariamente, destinaram R$1,16 milhão, com o intuito de beneficiar aproximadamente 27 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 181 instituições. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Empresa foi de R$4,61 milhões. No total, foram destinados R$5,77 milhões para entidades distribuídas em 95 municípios da área de influência da Empresa.

**Projetos culturais, esportivos e de saúde**

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o comprometimento da empresa com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior apoiadora da cultura do Estado de Minas Gerais, com investimentos próximos a R$14,22 milhões em 2019, sendo uma das prioridades da Empresa em Cidadania Corporativa, contribuindo para a geração de oportunidades de lazer, na composição crítica e desenvolvimento humano.

Saúde:

A Cemig GT destinou R$2,3 mil para 50 projetos sociais, entre eles são contemplados o Fundo do Idoso, Fundo da Infância e Adolescência que contempla projetos de Instituições de educação, acolhimento e amparo, e tratamento de crianças e idosos e as Apaes.

Esportes:

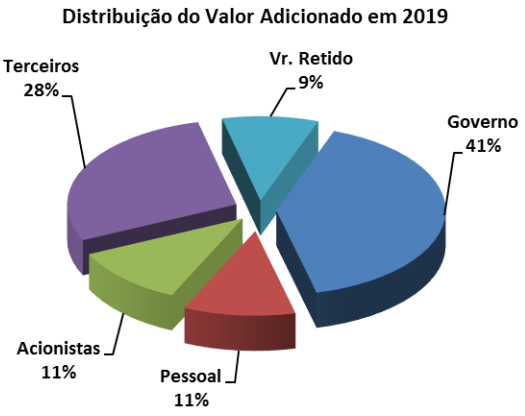
Em 2019, o total investido pela Cemig em Esportes foi de R$1,2 milhões.

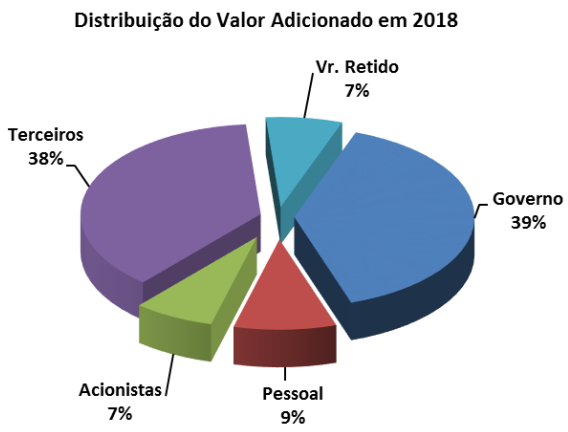
Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para as crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas.

Para a Companhia, estes projetos fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

**Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a Sociedade com R$4.094 milhões de valor adicionado em 2019 em comparação a R$4.188 milhões em 2018.



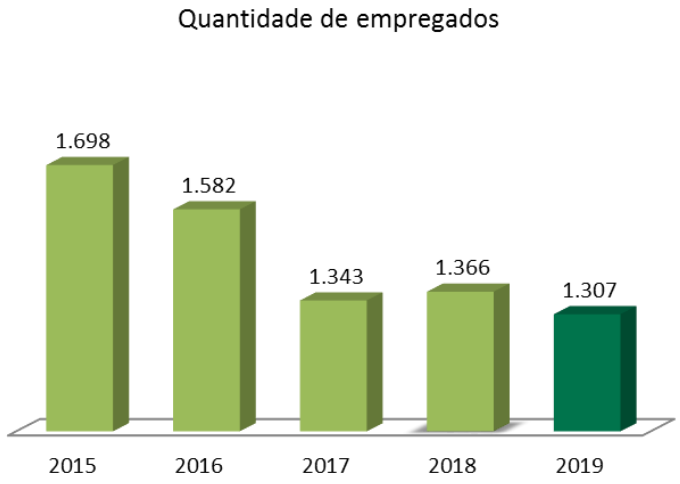



**Recursos Humanos**

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Companhia segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Na busca de incorporação de novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução relevante no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 1.698 empregados em 2015 para 1.307 em 2019, conforme apresentado no gráfico a seguir:




Covid 19 – Medidas de precaução aos empregados

A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas e de eventos nas instalações da Cemig, utilização de meios de comunicação remota, home office para determinado grupo de empregados, etc.

A Companhia poderá adotar medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade.

UniverCemig

A Cemig investe continuamente na gestão do conhecimento devido às especificidades do setor elétrico e também com o intuito de manter sua força de trabalho capacitada e atualizada.

Nesse contexto a universidade corporativa da Cemig (UniverCemig) é responsável por capacitar e desenvolver os empregados da Cemig, por meio da construção de soluções educacionais, ministração de treinamentos próprios, contratação de treinamentos terceirizados no país e no exterior e gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, a UniverCemig atua no mercado oferecendo treinamento para outras empresas, principalmente empreiteiras prestadoras de serviço para a Cemig Distribuição.

A UniverCemig buscou a capacitação profissional de 68 novos empregados, sendo 11 eletricistas, 2 mantenedores, 46 técnicos e 9 engenheiros.

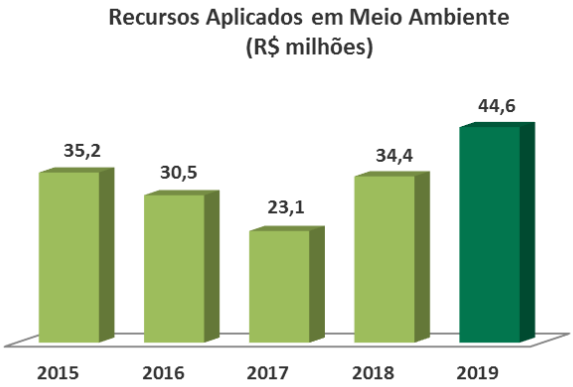
A capacitação profissional dos novos empregados e também os treinamentos de requisitos legais, principalmente a reciclagem bienal das normas NR10 e NR35, realizados em 2019 foram responsáveis por incremento na média de horas de treinamento presencial por empregado próprio que passou de 44,53 horas em 2018 para 52,32 horas em 2019.

Em 2019, foram viabilizadas 2.702 participações em treinamentos técnicos presenciais para os empregados, totalizando 68.382 homem-hora treinados.

A Cemig acredita que a capacitação de sua força de trabalho é fundamental para alcançar os objetivos estratégicos com sustentabilidade.

**Meio Ambiente**

Em 2019, a Companhia totalizou cerca de R$44,6 milhões em recursos aplicados em meio ambiente. A priorização e a alocação desses recursos são revistas periodicamente pelo Grupo de Acompanhamento do Plano de Adequação Ambiental.. Os recursos foram aplicados em investimentos, projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais.



Recursos Hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de eletricidade pela Companhia, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso. Trata-se de um recurso sensível às variações climáticas, vulnerável às consequências da exploração de outros recursos naturais, bastante impactado por ações antrópicas e sujeito ao ambiente regulatório, fazendo com que a gestão e a conservação da água sejam assuntos relevantes para a Companhia, com a gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

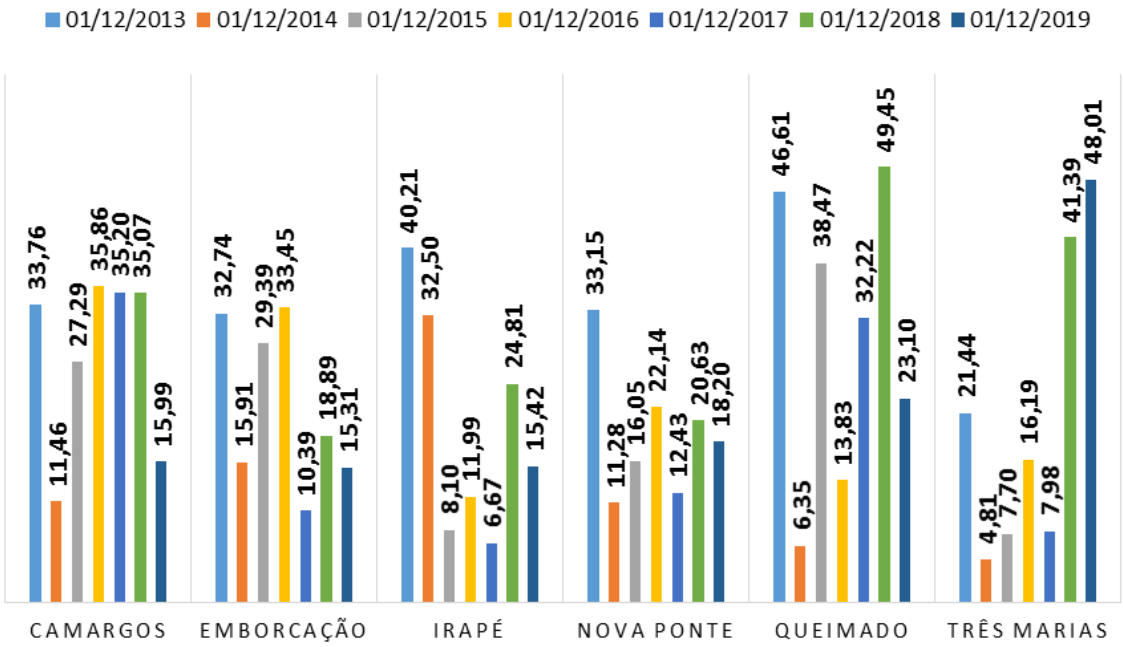
O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. A operação de reservatórios que a Companhia utiliza para geração de energia hidrelétrica implica, essencialmente, a consideração dos usos múltiplos da água por outros usuários da bacia hidrográfica, o que, por sua vez, leva à necessidade de considerar uma série de restrições de caráter ambiental, de segurança, sistemas de irrigação, abastecimento humano, hidrovias, pontes, entre outras, rigidamente respeitadas pela Companhia. Em períodos de estiagem severa, como o atual, vividos desde 2013, o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para os demais usos desse recurso.

A Cemig disponibiliza em seu *website* dados diários dos níveis de vários de seus reservatórios.

A Companhia, considerando a natureza de suas operações, participa ativamente em colegiados de decisão e fóruns, acompanhando e propondo decisões mais adequadas ao setor elétrico, conciliando com os múltiplos usos das bacias hidrográficas, tais como os Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho.

No gráfico abaixo são apresentadas as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2019, comparado com a mesma época de anos anteriores.

**Disponibilidade Hídrica - Volume útil (% sobre total)**




Segurança de Barragens

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal nº 12.334/2010, que estabelece a política nacional de segurança de barragens, e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais especializados.

A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de planos de emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, tendo iniciado os estudos do tema em 2003. Estão disponíveis, atualmente, planos de emergência específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;

- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Periodicamente, são feitos treinamentos internos desses planos de ação de emergência – PAEs.

A Cemig manteve em 2019, a política de estreitar o relacionamento com o público externo focado em situações de emergência, especificamente, os COMPDECS - Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil. Trabalhou temas inseridos no tratamento da lei nº 12.334/2010 e resolução normativa da Aneel nº 696/2015, apresentando a estratégia de alerta/alarme e meios de comunicação em situações de emergência de rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas em situação de emergência. Isto posto, o documento foi segregado em dois públicos alvos:

- PAE interno: no qual todos os procedimentos de detecção, prevenção e correção a serem adotados em situação de emergência estão descritos para que o corpo técnico envolvido possa tomar as decisões de maneira mais adequada e ágil, tentando ao máximo preservar a estrutura do barramento e evitar o acidente;
- PAE externo: no qual são desenhadas as interfaces entre a empresa e o público externo durante as situações de emergências detectadas.

Em atendimento à Resolução Normativa nº 696/2015, os PAE's internos vem sendo tratados pelas gerências internas da empresa responsáveis pela operação e manutenção das usinas hidrelétricas e sendo disponibilizados aos empreendimentos e equipe técnica de segurança de barragens e manutenção civil. Os PAE's externos devem estar disponíveis nos empreendimentos, nas prefeituras envolvidas, bem como junto às autoridades competentes e aos organismos de defesa civil.

O documento externo foca em apresentar o risco de inundação causado por cheias ordinárias e por possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da cemig.

Em alinhamento com a CEDEC MG, em cumprimento à legislação, a empresa realizou em 2019 reuniões de "Cultura de Emergência e Prontidão - Preparação ao PAE Externo - Planos de Ações de Emergências", junto aos COMPDEC's - Conselhos Municipais de Proteção e Defesa Civis. Foram realizadas as últimas 9 reuniões para os municípios que não foram abordados em 2018 e foram sensibilizados 24, dos 33 últimos municípios de interesse convidados, com participação de cerca de 70 agentes de Defesa Civil.

Ainda em 2019, foram realizadas 12 reuniões com a presença de 30, dos 38 municípios de interesse convidados, realizando a entrega oficial dos PAE's Externos de 11 barragens, apresentando os estudos de Propagação das Manchas de Inundação para cenários de Ruptura e Cheias excepcionais, com indicativos de determinação de PE - Pontos de Encontro e RF - Rotas de fuga. O programa também desenvolveu e disponibilizou um aplicativo para smartphones, como ferramenta de gestão de riscos, notificação de alertas e ação de cadastros para uso das COMPDEC's.

Para melhorar a percepção do risco e permitir que os planos de contingência municipais sejam desenvolvidos com melhor conteúdo técnico, a Cemig, por meio de empresa especializada contratada, realizou levantamentos de topografia, para o processo de elaboração de base cartográfica do vale a jusante de 43 usinas hidrelétricas e para utilização em modelos computacionais de propagação hidráulica de oito cenários de vazões para subsidiar a elaboração de planos de ações emergenciais para ruptura de barragens e cheias naturais.

O grande ganho que a abordagem adotada pela Cemig propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação. Além disso, o Programa Proximidade disponibilizou um aplicativo móvel, de relacionamento com a população e com as COMPDEC's. Além de informações hidrológicas e operacionais de usinas da Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Gestão de Resíduos

No exercício de 2019, foram encaminhadas para destinação final 410,7 toneladas de resíduos industriais: 72,20% desses resíduos foram alienados ou reciclados; 0,28% regenerados, reutilizados ou descontaminados; e 27,40% coprocessados, incinerados, enviados para tratamento (efluentes e lodos) ou dispostos em aterro industrial.

Programas para a Ictiofauna

As ações do Peixe Vivo são sustentadas em três pilares: (a) Programas de Conservação e Manejo, que visam à adoção das melhores práticas para conservação de peixes; (b) Pesquisa e Desenvolvimento, que amplia o conhecimento científico sobre a ictiofauna e proporcionam subsídios para estratégias de conservação mais eficientes; e (c) Relacionamento com a Comunidade que divulga as ações e resultados do Programa para a sociedade, buscando seu envolvimento na construção do planejamento estratégico.

Durante o ano de 2019 foram executados sete projetos de pesquisa, com uso de recursos próprios e de P&D, bem como publicados 49 trabalhos relacionados aos projetos ou ações do programa peixe vivo, apresentando resultados dos projetos em andamento e de projetos que já encerraram. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do peixe vivo em 2019, envolveram um total de 50 pessoas de instituições de ensino e pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

# BALANÇO SOCIAL

## PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

| 1) Base de Cálculo | 2019 Controladora | | | 2018 Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor (Mil Reais) | | | Valor (Mil Reais) | | |
| Receita Líquida (RL) | | | 6.689.274 | | | 6.174.729 |
| Resultado Operacional (RO) | | | 1.050.704 | | | 1.236.306 |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB) | | | 302.199 | | | 306.221 |
| **2) Indicadores Sociais Internos** | **Valor (Mil R$)** | **% Sobre FPB** | **%Sobre RL** | **Valor (Mil R$)** | **%Sobre FPB** | **%Sobre RL** |
| Alimentação | 19.041 | 6,30 | 0,28 | 19.163 | 6,26 | 0,31 |
| Encargos sociais compulsórios | 82.509 | 27,30 | 1,23 | 70.226 | 22,93 | 1,14 |
| Previdência privada | 23.839 | 7,89 | 0,36 | 20.396 | 6,66 | 0,33 |
| Saúde | 12.001 | 3,97 | 0,18 | 10.720 | 3,50 | 0,17 |
| Segurança e medicina no trabalho | 5.070 | 1,68 | 0,08 | 5.631 | 1,84 | 0,09 |
| Educação | 282 | 0,09 | 0,00 | 296 | 0,10 | 0,00 |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 13.098 | 4,33 | 0,20 | 9.302 | 3,04 | 0,15 |
| Creches ou auxílio-creche | 516 | 0,17 | 0,01 | 762 | 0,25 | 0,01 |
| Participação nos lucros ou resultados | 26.325 | 8,71 | 0,39 | 999 | 0,33 | 0,02 |
| Outros | 4.364 | 1,44 | 0,07 | 3.389 | 1,11 | 0,05 |
| **Total - Indicadores Sociais Internos** | **187.045** | **61,89** | **2,80** | **140.884** | **46,01** | **2,28** |
| **3) Indicadores Sociais Externos** | **Valor (Mil R$)** | **% Sobre RO** | **%Sobre RL** | **Valor (Mil R$)** | **%Sobre RO** | **%Sobre RL** |
| Educação | 14.735 | 1,40 | 0,22 | 65 | 0,01 | 0,00 |
| Cultura | 180 | 0,02 | 0,02 | 2.884 | 0,23 | 0,05 |
| Saúde e saneamento | 130 | 0,01 | 0,00 | 838 | 0,07 | 0,01 |
| Esporte | 1.286 | 0,12 | 0,02 | 1.228 | 0,10 | 0,02 |
| Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN | 2.311 | 0,22 | 0,03 | 2.506 | 0,20 | 0,04 |
| **Total das Contribuições para a Sociedade** | **18.642** | **1,77** | **0,28** | **7.521** | **0,61** | **0,12** |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 1.647.142 | 156,77 | 24,62 | 1.399.035 | 113,16 | 22,66 |
| **Total – Indicadores Sociais Externos** | **1.665.784** | **158,54** | **24,90** | **1.406.556** | **113,77** | **22,78** |
| **4) Indicadores Ambientais** | **Valor (Mil R$)** | **%Sobre RO** | **%Sobre RL** | **Valor (Mil R$)** | **%Sobre RO** | **%Sobre RL** |
| Relacionados com a operação da empresa | 22.071 | 2,10 | 0,33 | 30.506 | 2,46 | 0,49 |
| **Total dos Investimentos em Meio Ambiente** | **22.071** | **2,10** | **0,33** | **30.506** | **2,46** | **0,49** |
| Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia: | ( x ) não possui metas<br>( ) cumpre de 0 a 50% | ( ) cumpre de 51 a 75%<br>( ) cumpre de 76 a 100% | | ( x ) não possui metas<br>( ) cumpre de 0 a 50% | ( ) cumpre de 51 a 75%<br>( ) cumpre de 76 a 100% | |
| **5) Indicadores do Corpo Funcional** | | | | | | |
| Nº de empregados (as) ao final do exercício | | | 1.307 | | | 1.366 |
| Nº de admissões durante o exercício | | | 87 | | | 76 |
| Nº de empregados (as) terceirizados (as) | | | 37 | | | 127 |
| Nº de estagiários (as) | | | 66 | | | 84 |
| Escolaridade dos Empregados | | | | | | |
| - Superior e extensão universitária | | | 521 | | | 527 |
| - 2° Grau | | | 778 | | | 807 |
| - 1° Grau | | | 8 | | | 10 |
| Nº de empregados (as) acima de 45 anos | | | 496 | | | 614 |
| Nº de mulheres que trabalham na Companhia | | | 183 | | | 190 |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | | | 9,23% | | | 12,50% |
| Nº de negros (as) que trabalham na Companhia | | | 58 | | | 61 |
| % de cargos de chefia ocupados por negros (as) | | | 1,54% | | | 2,50% |
| Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais | | | 32 | | | 30 |

| 6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2019 | | |
|---|---|---|---|
| Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia | 30,52 | | |
| Número total de acidentes de trabalho considerar empregados próprios | 16 | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | ( ) direção | (x) direção e gerências | ( ) todos (as) empregados (as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | ( ) direção e gerências | (x) todos (as) empregados (as) | ( ) Todos (as) + CIPA |
| Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa: | ( ) não se envolve | (x) segue as normas da OIT | ( ) incentiva e segue a OIT |
| A previdência privada contempla | ( ) direção | ( ) direção e gerências | (x) todos (as) empregados (as) |
| A participação nos lucros ou resultados contempla: | ( ) direção | ( ) direção e gerências | (x) todos (as) empregados (as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia: | ( ) não são considerados | ( ) são sugeridos | (x) são exigidos |
| Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia: | ( ) não se envolve | ( ) apoia | (x) organiza e incentiva |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores (as): | na Companhia<br>- | no Procon<br>- | na Justiça<br>- |
| % de reclamações e críticas solucionadas: | na Companhia<br>- | no Procon<br>- | na Justiça<br>- |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R$) | **Em 2019:** 4.094.490 | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA) | 40,62% governo; 11,19% acionistas; 10,68% colaboradores(as); 28,30% terceiros; 9,21% retido | | |

| 7) Outras Informações | 2019 |
|---|---|
| Investimentos em questões ambientais | R$ 22.070.641 |
| Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios | 43 reservatórios e 236 estações de coleta |
| Resíduos e materiais inservíveis | 296 toneladas |
| Receita com as vendas dos resíduos | R$ 532.494,28 |

# A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

| Descrições | 2019 Controladora | 2018 Controladora |
|---|---|---|
| **Atendimento** | | |
| Número de consumidores | 1.601 | 1.306 |
| Número de empregados | 1.307 | 1.366 |
| Energia vendida por empregado – MWh | 21.116 | 20.804 |
| **Mercado** | | |
| Geração própria – GWh | 5.533 | 4.953 |
| Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R$/MWh) – Industrial | 210,85 | 197,50 |
| **Operacionais** | | |
| Número de Usinas em Operação | 51 | 53 |
| Capacidade Instalada (MW) | 3.235 | 3.675 |
| **Financeiros** | | |
| Receita operacional líquida - R$ milhões | 6.689 | 6.175 |
| Margem operacional - % | 15,71% | 20,02% |
| LAJIDA ou EBITDA - R$ milhões | 1.420 | 1.501 |
| Resultado - R$ milhões | 835 | 591 |
| Resultado por ação | 0,2883 | 0,2039 |
| Patrimônio líquido - R$ milhões | 5.136 | 4.980 |
| Valor patrimonial por ação | 1,77 | 1,72 |
| Rentabilidade do patrimônio líquido - % | 16,26 | 11,86 |
| Endividamento do patrimônio líquido - % | 235,64 | 232,76 |
| Liquidez Corrente | 1,06 | 0,90 |
| Liquidez Geral | 0,66 | 1,43 |

# COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO |
|---|
| NOMES |
| Márcio Luiz Simões Utsch |
| Antônio Rodrigues dos Santos e Junqueira |
| Cledorvino Belini |
| José Reinaldo Magalhães |
| Romeu Donizete Rufino |
| José João Abdalla Filho |
| Marcelo Gasparino da Silva |
| Vago |
| Marco Aurélio Dumont Porto |

| CONSELHO FISCAL | |
|---|---|
| MEMBROS EFETIVOS | MEMBROS SUPLENTES |
| Gustavo de Oliveira Barbosa | Germano Luiz Gomes Vieira |
| Marco Aurélio de Barcelos Silva | Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva |
| Elizabeth Jucá e Mello Jacomet | Vago |
| Rodrigo de Mesquita Pereira | Ronaldo Dias |
| Cláudio Morais Machado | Carlos Roberto de Albuquerque Sá |

| COMITÊ DE AUDITORIA |
|---|
| NOMES |
| Pedro Carlos de Mello |
| Márcio de Lima Leite |
| Roberto Tommasetti |

| COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA | |
|---|---|
| NOME | CARGO |
| Reynaldo Passanezi Filho | Diretor Presidente |
| Dimas Costa | Diretor Cemig Comercialização |
| Maurício Fernandes Leonardo Júnior | Diretor de Finanças e Relações com Investidores |
| Paulo Mota Henriques | Diretor Cemig Geração e Transmissão |
| Daniel Faria Costa | Diretor Cemigpar |
| Ronaldo Gomes de Abreu | Diretor sem denominação específica |
| Luciano de Araújo Ferraz | Diretor de Regulação e Jurídico |

**RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

**Superintendência de Relações com Investidores**
Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

**Endereço eletrônico**
Site: www.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

# EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

# ATIVO

# (Em milhares de reais)

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **CIRCULANTE** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 211.608 | 301.696 | 136.208 | 226.830 |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 372.678 | 161.848 | 128.175 | 12.922 |
| Consumidores e revendedores | 8 | 1.033.281 | 879.875 | 912.315 | 730.991 |
| Concessionários - transporte de energia | 8 | 95.815 | 71.164 | 95.898 | 71.236 |
| Tributos compensáveis | 9 | 51.182 | 48.505 | 43.700 | 41.166 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 11a | 364.562 | 159.160 | 363.049 | 156.738 |
| Dividendos a receber | 15 | 112.043 | 98.842 | 112.337 | 98.842 |
| Ativo financeiro da concessão | 13 | 439.582 | 423.511 | 189.017 | 180.995 |
| Ativos de contrato | 14 | 171.849 | 130.951 | 171.849 | 130.951 |
| Adiantamento a fornecedores | | 40.081 | 6.785 | 40.081 | 2.036 |
| Prêmio repactuação risco hidrológico | | 17.203 | 17.159 | 17.203 | 17.159 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 30 | 234.766 | 69.643 | 234.766 | 69.643 |
| Outros | | 93.903 | 168.167 | 99.838 | 154.619 |
| **TOTAL DO CIRCULANTE** | | **3.238.553** | **2.537.306** | **2.544.436** | **1.894.128** |
| | | | | | |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 916 | 21.498 | 315 | 1.709 |
| Consumidores e revendedores | 8 | 5.942 | 5.020 | 573 | 5.020 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11c | 5.100 | - | - | - |
| Tributos compensáveis | 9 | 676.051 | 17.825 | 647.934 | 17.068 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 11a | 3.067 | 3.115 | - | - |
| Depósitos vinculados a litígios | 12 | 364.277 | 374.374 | 350.051 | 338.779 |
| Valores a receber de partes relacionadas | | 1.573 | 921.288 | 6.171 | 927.913 |
| Prêmio repactuação risco hidrológico | | 9.338 | 22.981 | 9.338 | 22.981 |
| Adiantamento a fornecedores | | - | 87.285 | - | 87.285 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 30 | 1.456.178 | 743.692 | 1.456.178 | 743.692 |
| Outros | | 53.561 | 59.290 | 48.552 | 58.945 |
| Ativo financeiro da concessão | 13 | 4.125.488 | 4.097.935 | 1.907.837 | 1.931.521 |
| Ativos de contrato | 14 | 1.024.385 | 998.359 | 1.024.385 | 998.359 |
| Investimentos | 15 | 4.041.565 | 4.205.308 | 7.341.485 | 7.488.441 |
| Imobilizado | 16 | 2.448.487 | 2.659.221 | 1.822.191 | 2.025.205 |
| Intangíveis | 17 | 155.587 | 197.583 | 28.260 | 30.715 |
| Operações de arrendamento mercantil – direito de uso | 18 | 52.984 | - | 51.581 | - |
| **TOTAL DO NÃO CIRCULANTE** | | **14.424.499** | **14.414.774** | **14.694.851** | **14.677.633** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **17.663.052** | **16.952.080** | **17.239.287** | **16.571.761** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

# EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

# PASSIVO

# (Em milhares de reais)

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **CIRCULANTE** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 21 | 224.102 | 44.338 | 45.876 | 44.338 |
| Debêntures | 21 | 693.996 | 559.873 | 693.996 | 559.873 |
| Fornecedores | 19 | 422.312 | 484.726 | 396.317 | 436.114 |
| Imposto de renda e contribuição social | 11b | 133.868 | 112.057 | - | - |
| Impostos, taxas e contribuições | 20 | 51.248 | 57.664 | 39.008 | 46.453 |
| Encargos regulatórios | 22 | 168.785 | 139.457 | 157.638 | 131.615 |
| Obrigações pós-emprego | 23 | 62.550 | 57.052 | 62.550 | 57.052 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar | 25 | 781.769 | 660.068 | 781.769 | 659.622 |
| Salários e encargos sociais | | 51.020 | 62.724 | 50.048 | 61.743 |
| Adiantamento de clientes | 8 | - | 40.267 | - | 40.267 |
| Operações de arrendamento mercantil - obrigações | 18 | 16.724 | - | 16.097 | - |
| Outras obrigações | | 169.138 | 74.191 | 155.490 | 72.900 |
| **TOTAL DO CIRCULANTE** | | **2.775.512** | **2.292.417** | **2.398.789** | **2.109.977** |
| | | | | | |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 21 | 5.997.355 | 5.919.979 | 5.997.355 | 5.756.612 |
| Debêntures | 21 | 971.330 | 1.674.722 | 971.330 | 1.674.722 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11c | 403.108 | 461.731 | 382.560 | 436.071 |
| Impostos, taxas e contribuições | 20 | 352 | 4.445 | 72 | 4.124 |
| Encargos regulatórios | 22 | 45.298 | 59.349 | 39.983 | 54.048 |
| Obrigações pós-emprego | 23 | 1.372.337 | 1.019.794 | 1.372.337 | 1.019.794 |
| Provisões | 24 | 400.457 | 98.708 | 400.205 | 97.793 |
| Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda) | 30 | 482.841 | 419.148 | 482.841 | 419.148 |
| Operações de arrendamento mercantil - obrigações | 18 | 38.335 | - | 37.502 | - |
| Outras obrigações | | 39.926 | 21.651 | 20.112 | 19.336 |
| **TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | **9.751.339** | **9.679.527** | **9.704.297** | **9.481.648** |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **12.526.851** | **11.971.944** | **12.103.086** | **11.591.625** |
| | | | | | |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 25 | | | | |
| Capital social | | 2.600.000 | 2.600.000 | 2.600.000 | 2.600.000 |
| Reservas de lucros | | 2.757.210 | 2.362.614 | 2.757.210 | 2.362.614 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | (221.009) | 17.522 | (221.009) | 17.522 |
| **TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **5.136.201** | **4.980.136** | **5.136.201** | **4.980.136** |
| **TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **17.663.052** | **16.952.080** | **17.239.287** | **16.571.761** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

## PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

### (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **RECEITA** | 26 | **7.723.720** | **6.874.237** | **6.689.274** | **6.174.729** |
| | | | | | |
| **CUSTOS OPERACIONAIS** | | | | | |
| CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA | 27 | | | | |
| Encargos de uso da rede básica de transmissão | | (189.901) | (213.698) | (137.186) | (176.403) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (3.841.262) | (3.853.066) | (3.780.346) | (3.764.279) |
| | | **(4.031.163)** | **(4.066.764)** | **(3.917.532)** | **(3.940.682)** |
| **CUSTO** | 27 | | | | |
| Pessoal e administradores | | (274.004) | (277.183) | (254.458) | (251.397) |
| Materiais | | (20.640) | (42.021) | (13.399) | (38.990) |
| Serviços de terceiros | | (124.494) | (117.081) | (83.899) | (94.707) |
| Depreciação e amortização | | (195.969) | (143.242) | (137.987) | (140.680) |
| Provisões operacionais, líquidas | 27c | (317.406) | (14.062) | (318.067) | (14.049) |
| Custo de construção de infraestrutura de transmissão | 27e | (220.390) | (95.712) | (220.390) | (95.712) |
| Outros custos operacionais | | (46.174) | (23.524) | (20.379) | (21.847) |
| | | **(1.199.077)** | **(712.825)** | **(1.048.579)** | **(657.382)** |
| | | | | | |
| **CUSTO TOTAL** | | **(5.230.240)** | **(4.779.589)** | **(4.966.111)** | **(4.598.064)** |
| | | | | | |
| **LUCRO BRUTO** | | **2.493.480** | **2.094.648** | **1.723.163** | **1.576.665** |
| | | | | | |
| **DESPESA OPERACIONAL** | | | | | |
| Despesas com vendas | 27c | (38.407) | 4.628 | (7.576) | (2.863) |
| Despesas gerais e administrativas | | (121.683) | (109.480) | (121.683) | (109.480) |
| Despesas com provisões operacionais | 27c | (690.690) | (453) | (690.690) | (453) |
| Outras despesas operacionais | | (355.530) | (236.926) | (333.834) | (235.219) |
| | | **(1.206.310)** | **(342.231)** | **(1.153.783)** | **(348.015)** |
| | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 15 | (82.668) | (352.389) | 503.008 | 55.390 |
| Remensuração de participação anterior de adquiridas | 15 | - | 79.693 | - | 79.693 |
| Ajuste referente à desvalorização em Investimentos | 15 | - | (127.427) | (21.684) | (127.427) |
| | | | | | |
| **Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos** | | **1.204.502** | **1.352.294** | **1.050.704** | **1.236.306** |
| | | | | | |
| Receitas financeiras | 28 | 1.383.270 | 1.163.788 | 1.336.943 | 1.145.218 |
| Despesas financeiras | 28 | (1.149.320) | (1.540.234) | (1.130.003) | (1.538.366) |
| **Resultado antes dos impostos** | | **1.438.452** | **975.848** | **1.257.644** | **843.158** |
| | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 11d | (549.733) | (313.003) | (362.241) | (180.278) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11d | (53.641) | (72.062) | (60.325) | (72.097) |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | | **835.078** | **590.783** | **835.078** | **590.783** |
| **Lucro por ação ordinária – R$** | **25** | **0,2883** | **0,2039** | **0,2883** | **0,2039** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

# PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

## (Em milhares de reais)

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | **835.078** | **590.783** | **835.078** | **590.783** |
| | | | | |
| **Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em exercícios subsequentes** | | | | |
| Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 23) | (334.810) | (153.918) | (334.810) | (153.918) |
| Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 11c) | 113.836 | 52.331 | 113.836 | 52.331 |
| | **(220.974)** | **(101.587)** | **(220.974)** | **(101.587)** |
| **RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO** | **614.104** | **489.196** | **614.104** | **489.196** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Capital Social | Adiantamento Para Aumento de Capital | Reservas de Lucros | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Lucros Acumulados | Total do Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017** | **1.837.710** | **100.000** | **2.702.600** | **153.522** | **-** | **4.793.832** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 590.783 | 590.783 |
| **Outros resultados abrangentes** | | | | | | |
| Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos | - | - | - | (101.587) | - | (101.587) |
| **Resultado abrangente do exercício** | **-** | **-** | **-** | **(101.587)** | **590.783** | **489.196** |
| Aumento de capital | 762.290 | (100.000) | (662.290) | - | - | - |
| **Realização de reservas** | | | | | | |
| Realização do custo atribuído de imobilizado | - | - | - | (34.413) | 34.413 | - |
| Reserva Legal | - | - | 29.539 | - | (29.539) | - |
| Juros sobre o capital próprio (R$0,0173 p/ação) | - | - | - | - | (50.000) | (50.000) |
| Dividendos Estatutários (R$0,0873 p/ação) | - | - | - | - | (252.892) | (252.892) |
| Reserva de Retenção de Lucros | - | - | 292.765 | - | (292.765) | - |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018** | **2.600.000** | **-** | **2.362.614** | **17.522** | **-** | **4.980.136** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 835.078 | 835.078 |
| **Outros resultados abrangentes** | | | | | | |
| Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos | - | - | - | (220.974) | - | (220.974) |
| **Resultado abrangente do exercício** | **-** | **-** | **-** | **(220.974)** | **835.078** | **614.104** |
| **Realização de reservas** | | | | | | |
| Reserva de incentivos fiscais (nota 25) | - | - | (1.166) | - | 1.166 | - |
| Realização do custo atribuído de imobilizado | - | - | - | (17.557) | 17.557 | - |
| Reserva legal | - | - | 41.754 | - | (41.754) | - |
| Juros sobre o capital próprio (R$0,0932 p/ação) | - | - | - | - | (270.000) | (270.000) |
| Dividendos Estatutários (R$0,0649 p/ação) | - | - | - | - | (188.039) | (188.039) |
| Reserva de retenção de lucros | - | - | 354.008 | - | (354.008) | - |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019** | **2.600.000** | **-** | **2.757.210** | **(221.009)** | **-** | **5.136.201** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

## PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

## (Em milhares de reais)

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 835.078 | 590.783 | 835.078 | 590.783 |
| Ajustes por: | | | | | |
| **Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:** | | | | | |
| Depreciação e amortização | 27 | 215.522 | 148.756 | 157.541 | 146.194 |
| Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível | | 106.893 | 29.443 | 90.371 | 29.404 |
| Atualização financeira dos ativos de contrato e ativos financeiros da concessão | 13 e 14 | (473.280) | (627.132) | (155.013) | (305.707) |
| Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão | 14 | (14.389) | (12.934) | (14.389) | (12.934) |
| Equivalência patrimonial | 15 | 82.668 | 352.389 | (503.008) | (55.390) |
| Ajuste referente à desvalorização em Investimentos | | - | 127.427 | 21.684 | 127.427 |
| Provisão para perda no valor recuperável de Intangível | | 21.684 | - | - | - |
| Juros e variações monetárias | | 801.096 | 730.830 | 785.521 | 734.531 |
| Variação cambial de empréstimos e financiamentos | 21 | 233.846 | 579.609 | 233.846 | 579.609 |
| Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos | 21 | 11.706 | 19.718 | 11.706 | 19.718 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11c | 53.641 | 72.062 | 60.325 | 72.097 |
| Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo atualização financeira | 10 | (651.355) | - | (622.866) | - |
| Provisões para perdas operacionais, líquidas | 27c | 1.046.503 | 9.887 | 1.016.333 | 17.365 |
| Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (*Swap*) | 30 | (997.858) | (892.643) | (997.858) | (892.643) |
| Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda) | 30 | 63.693 | 107.555 | 63.693 | 107.555 |
| Obrigações pós-emprego | 23 | 100.458 | 87.747 | 100.458 | 87.747 |
| Remensuração de participação anterior de controladas adquiridas | 15 | - | (79.693) | - | (79.693) |
| Outros | | (30.487) | (65.561) | (30.487) | (65.561) |
| | | **1.405.419** | **1.178.243** | **1.052.935** | **1.100.502** |
| (Aumento) redução de ativos | | | | | |
| Consumidores e revendedores | | (192.735) | 14.097 | (184.453) | 24.313 |
| Tributos compensáveis | | (7.539) | (22.332) | (7.381) | (19.898) |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | (12.222) | (22.922) | (5.763) | (19.999) |
| Concessionários e Transporte de energia | | (24.651) | 17.989 | (24.662) | 18.013 |
| Depósitos vinculados a litígios | | 22.323 | (17.606) | 372 | (17.589) |
| Dividendos recebidos | 15 | 133.617 | 107.917 | 665.028 | 469.148 |
| Ativos financeiros da concessão | 13 | 440.140 | 1.638.192 | 181.159 | 1.388.562 |
| Ativos de contrato | 14 | (66.807) | 65.815 | (66.807) | 65.815 |
| Adiantamento a fornecedores | | (33.296) | (30.263) | (38.045) | (61.110) |
| Outros | | 95.495 | (71.995) | 82.703 | (78.756) |
| | | **354.325** | **1.678.892** | **602.151** | **1.768.499** |
| (Aumento) redução de passivos | | | | | |
| Fornecedores | | (62.414) | (26.446) | (39.797) | (18.398) |
| Impostos, taxas e contribuições | | (49.190) | (59.578) | (50.178) | (59.206) |
| Imposto de renda e contribuição social | | 549.733 | 313.003 | 362.241 | 180.278 |
| Salários e contribuições sociais | | (11.704) | 13.131 | (11.695) | 13.196 |
| Encargos regulatórios | | 15.277 | (42.312) | 11.958 | (44.772) |
| Obrigações pós-emprego | 23 | (77.227) | (69.350) | (77.227) | (69.350) |
| Adiantamento de clientes | | (40.894) | (158.893) | (40.894) | (158.893) |
| Outros | | 40.139 | (16.199) | 13.813 | (12.203) |
| | | **363.720** | **(46.644)** | **168.221** | **(169.348)** |
| **Caixa gerado nas operações** | | **2.123.464** | **2.810.491** | **1.823.307** | **2.699.653** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (700.911) | (320.731) | (542.646) | (193.909) |
| Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures | 21 | (803.307) | (856.547) | (803.307) | (856.547) |
| Juros recebidos | | 24.578 | - | 24.578 | - |
| Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap) | | 100.106 | 37.330 | 100.106 | 37.330 |
| Juros pagos de arrendamentos | 18 | (1.087) | - | (1.054) | - |
| **CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | **742.843** | **1.670.543** | **600.984** | **1.686.527** |

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | | | | |
| Aportes em investimentos | 15b | (43.933) | (234.161) | (43.933) | (234.201) |
| Aquisição de controladas em reorganização societária | 15 | - | (423.163) | - | (423.163) |
| Caixa oriundo de reorganização societária | 15 | - | 119.847 | - | - |
| Aquisição de controladas em combinação de negócios | 15 | - | (5.218) | - | (5.218) |
| Caixa oriundo de combinação de negócios | 15 | - | 4.144 | - | - |
| Redução de capital em investida | 15 | - | - | 15.500 | - |
| Mútuo com partes relacionadas | 29 | 400.000 | (390.737) | 400.000 | (390.737) |
| No imobilizado | 16 | (70.344) | (59.038) | (22.286) | (41.344) |
| No intangível | 17 | (2.103) | (2.654) | (1.776) | (2.654) |
| Em títulos e valores mobiliários | 7 | (190.248) | 364.681 | (113.859) | 403.764 |
| **CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | **93.372** | **(626.299)** | **233.646** | **(693.553)** |
| | | | | | |
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos líquidos | | - | 1.948.018 | - | 1.948.018 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos pagos | 25 | (295.838) | (213.574) | (295.392) | (200.000) |
| Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures | 21 | (610.064) | (2.880.331) | (610.064) | (2.880.331) |
| Pagamentos de arrendamentos | 18 | (20.401) | - | (19.796) | - |
| **CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | **(926.303)** | **(1.145.887)** | **(925.252)** | **(1.132.313)** |
| | | | | | |
| **VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | | **(90.088)** | **(101.643)** | **(90.622)** | **(139.339)** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** | 6 | **301.696** | **403.339** | **226.830** | **366.169** |
| **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO** | 6 | **211.608** | **301.696** | **136.208** | **226.830** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

## PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
## (Em milhares de reais)

| | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2019 | | 2018 | | 2019 | | 2018 | |
| **RECEITAS** | | | | | | | | |
| Venda de energia e serviços | 8.011.831 | | 7.761.383 | | 7.149.504 | | 7.258.852 | |
| Receita de construção | 220.390 | | 95.712 | | 220.390 | | 95.712 | |
| Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga | 318.267 | | 321.425 | | - | | - | |
| Investimentos em imobilizado | 25.012 | | 42.767 | | 25.012 | | 42.767 | |
| Receita de indenização da transmissão | 155.013 | | 250.375 | | 155.013 | | 250.375 | |
| Receita de indenização de geração | - | | 55.332 | | - | | 55.332 | |
| Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS | 413.616 | | - | | 397.301 | | - | |
| Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa | (38.407) | | 4.628 | | (7.576) | | (2.863) | |
| Outras receitas, líquidas | 23.932 | | 117 | | 23.932 | | 117 | |
| | **9.129.654** | | **8.531.739** | | **7.963.576** | | **7.700.292** | |
| **INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** | | | | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | (4.210.530) | | (4.223.835) | | (4.145.837) | | (4.128.863) | |
| Encargos de uso da rede básica da transmissão | (207.094) | | (234.297) | | (151.123) | | (193.946) | |
| Serviços de terceiros | (261.114) | | (197.208) | | (220.501) | | (174.819) | |
| Materiais | (158.615) | | (126.711) | | (151.375) | | (123.679) | |
| Concessão onerosa | (2.958) | | (2.681) | | (2.948) | | (2.681) | |
| Outros custos operacionais | (1.279.933) | | (174.124) | | (1.235.910) | | (171.756) | |
| | **(6.120.244)** | | **(4.958.856)** | | **(5.907.694)** | | **(4.795.744)** | |
| **VALOR ADICIONADO BRUTO** | **3.009.410** | | **3.572.883** | | **2.055.882** | | **2.904.548** | |
| **RETENÇÕES** | | | | | | | | |
| Depreciação e amortização | (215.522) | | (148.756) | | (157.541) | | (146.194) | |
| **VALOR ADICIONADO LÍQUIDO** | **2.793.888** | | **3.424.127** | | **1.898.341** | | **2.758.354** | |
| **VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA** | | | | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (82.668) | | (352.389) | | 503.008 | | 55.390 | |
| Receitas financeiras | 1.383.270 | | 1.163.788 | | 1.336.943 | | 1.145.218 | |
| Remensuração da participação anterior em controladas adquiridas | - | | 79.693 | | - | | 79.693 | |
| Ajuste referente à desvalorização em Investimentos | - | | (127.427) | | (21.684) | | (127.427) | |
| | **1.300.602** | | **763.665** | | **1.818.267** | | **1.152.874** | |
| **VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR** | **4.094.490** | | **4.187.792** | | **3.716.608** | | **3.911.228** | |
| **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** | | | | | | | | |
| | | % | | % | | % | | % |
| **Empregados** | **437.328** | **10,68** | **385.237** | **9,20** | **418.106** | **11,25** | **359.316** | **9,19** |
| Remuneração direta | 289.554 | 7,07 | 245.702 | 5,87 | 270.969 | 7,29 | 219.754 | 5,62 |
| Benefícios de curto prazo e pós-emprego | 126.425 | 3,09 | 105.971 | 2,53 | 125.941 | 3,39 | 105.981 | 2,71 |
| FGTS | 15.495 | 0,38 | 15.185 | 0,36 | 15.342 | 0,41 | 15.202 | 0,39 |
| Programa de desligamento voluntário programado | 5.854 | 0,14 | 18.379 | 0,44 | 5.854 | 0,16 | 18.379 | 0,47 |
| **Impostos, taxas e contribuições** | **1.663.335** | **40,62** | **1.647.142** | **39,33** | **1.325.493** | **35,67** | **1.399.035** | **35,77** |
| Federais | 1.013.774 | 24,76 | 1.085.962 | 25,93 | 751.099 | 20,21 | 883.496 | 22,59 |
| Estaduais | 641.622 | 15,67 | 557.776 | 13,32 | 570.745 | 15,36 | 512.484 | 13,10 |
| Municipais | 7.939 | 0,19 | 3.404 | 0,08 | 3.649 | 0,10 | 3.055 | 0,08 |
| **Remuneração de capitais de terceiros** | **1.158.749** | **28,30** | **1.564.630** | **37,36** | **1.137.931** | **30,61** | **1.562.094** | **39,94** |
| Juros | 1.149.320 | 28,07 | 1.540.234 | 36,78 | 1.130.003 | 30,40 | 1.538.366 | 39,33 |
| Aluguéis | 9.429 | 0,23 | 24.396 | 0,58 | 7.928 | 0,21 | 23.728 | 0,61 |
| **Remuneração de capitais próprios** | **835.078** | **20,39** | **590.783** | **14,11** | **835.078** | **22,46** | **590.783** | **15,11** |
| Lucros acumulados | 270.000 | 6,59 | 50.000 | 1,19 | 270.000 | 7,26 | 50.000 | 1,28 |
| Dividendos | 188.039 | 4,59 | 252.892 | 6,04 | 188.039 | 5,06 | 252.892 | 6,47 |
| Lucros retidos | 377.039 | 9,22 | 287.891 | 6,87 | 377.039 | 10,14 | 287.891 | 7,36 |
| | **4.094.490** | **100** | **4.187.792** | **100** | **3.716.608** | **100** | **3.911.228** | **100** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia", "Cemig GT" ou "Cemig Geração e Transmissão") é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig"), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes):

| Investimentos | Classificação | Descrição |
|---|---|---|
| **CONTROLADAS EM CONJUNTO:** | | |
| Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão") | Controlada em conjunto | Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. |
| Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia") | Controlada em conjunto | Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. |
| Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca") | Controlada em conjunto | Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. |
| LightGer S.A. ("LightGer") | Controlada em conjunto | Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. |
| Renova Energia S.A. ("Renova Energia") | Controlada em conjunto | Sociedade de capital aberto, atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. |
| Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE") | Controlada em conjunto | A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais. |
| Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte") | Controlada em conjunto | Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Companhia, que detém 49,00% de participação, e a Vale S.A, que detém os 51,00% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,00%, na participação da Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa |

| Investimentos | Classificação | Descrição |
|---|---|---|
| | | detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. |
| Amazônia Energia Participações S.A (“Amazônia Energia”) | Controlada em conjunto | Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Companhia, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. |
| Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”) | Controlada em conjunto | Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Companhia e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração, e investimentos em futuros projetos de geração elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa, na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Posteriormente, foi adicionado ao portfólio o Parque Eólico Santo Inácio, que entrou em operação em dezembro de 2017. Com esses ativos a controlada em conjunto tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica em operação de 1.257 MW (698 MW médios de capacidade física). A Vale e a Companhia, detêm 55,00% e 45,00% do capital total, respectivamente. |
| Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (“UHE Itaocara”) | Controlada em conjunto | Sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I). |
| Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) | Controlada em conjunto | Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. |
| **COLIGADAS** | | |
| Madeira Energia S.A. (“Madeira”) | Coligada | Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia. |
| **CONTROLADAS** | | |
| Cemig Geração Três Marias S.A | Controlada | Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 396 MW de potência instalada e 239 MW médios de garantia física. |
| Cemig Geração Salto Grande S.A | Controlada | Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 102 MW de potência instalada e 75 MW médios de garantia física. |
| Cemig Geração Camargos S.A | Controlada | Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 46 MW de potência instalada e 21 MW médios de garantia física. |
| Cemig Geração Itutinga S.A | Controlada | Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de garantia física. |
| Cemig Geração Leste S.A | Controlada | Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de garantia física. |
| Cemig Geração Oeste S.A | Controlada | Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW de potência instalada e 11,21 MW médios de garantia física. |
| Cemig Geração Sul S.A | Controlada | Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de |

| Investimentos | Classificação | Descrição |
|---|---|---|
| | | negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW médios de garantia física. |
| Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru") | Controlada | Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. |
| Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio") | Controlada | Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. |
| Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho") | Controlada | Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho. |
| Horizontes Energia S.A. ("Horizontes") | Controlada | Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina. |
| Rosal Energia S.A. ("Rosal") | Controlada | Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. |
| Cemig PCH S.A. ("PCH") | Controlada | Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim. |
| Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. | Controlada | Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos. |
| Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Poço Fundo") | Controlada | Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec Tubos do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais. |
| Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. | Controlada | Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos. |
| Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading") | Controlada | Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia. |
| Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari") | Controlada | Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos. |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional consolidado positivo no valor de R$742.843 (positivo de R$1.670.543 em 31 de dezembro de 2018) e a controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R$600.984 e (positivo de R$1.686.527 em 31 de dezembro de 2018).

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil para elaboração das demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, uma vez que essa norma passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial para mensuração de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 19 de março de 2020, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### 2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 30.

### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real – R$, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 11 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 13 – Ativos financeiros da concessão;
- Nota 14 – Ativos de contrato
- Nota 15 – Investimentos;
- Nota 16 – Imobilizados e vidas úteis de ativos;
- Nota 17 – Intangíveis e vidas úteis de ativos;
- Nota 18 – Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 23 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 24 – Provisões;
- Nota 26 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 30 – Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

## 2.5 Demonstrações contábeis regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MSCE), a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's), apresentadas de forma independente das demonstrações financeiras societárias, sendo disponibilizadas no sítio eletrônico do órgão regulador e da Companhia até 30 de abril do ano subsequente.

## 2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

*IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil*

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas fizeram a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotaram as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do método retrospectivo modificado e, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentaram as informações e saldos em base comparativa.

A Companhia e suas controladas avaliaram detalhadamente os impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), identificando os seguintes contratos que contêm arrendamentos:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas consideraram o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2), sendo os impactos desta, em 1º de janeiro de 2019, apresentados a seguir:

| 01/01/2019 | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| Ativo - Direito de uso | 61.202 | 59.545 |
| Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais | (61.202) | (59.545) |

*IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro*

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas adotaram a interpretação a partir dessa data e analisaram os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia e suas controladas a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia e suas controladas tiveram alteração no que se refere à expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019

- IAS 28/CPC 18: aplicação da IFRS 9/CPC 48 à mensuração de outros instrumentos financeiros em coligada, em controlada ou em empreendimento controlado em conjunto, para os quais o método da equivalência patrimonial não é aplicável, bem como prescreve as regras de transição relacionadas à adoção inicial;
- IAS 12/CPC 32: estabelece as regras para reconhecimento dos efeitos tributários sobre o rendimentos dos dividendos distribuíveis. Essa alteração não impacta as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo em vista a legislação tributária brasileira aplicável a suas transações.
- IAS 19/CPC 33: altera o momento da remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido para quando ocorre a determinação do custo do serviço passado ou o ganho ou a perda na liquidação, utilizando-se de valor justo dos ativos do plano e premissas atuariais que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano, antes e após a alteração, redução ou liquidação do plano, bem como a utilização da taxa de desconto e do valor do passivo (ativo líquido) após a alteração, redução ou liquidação do plano na determinação dos juros líquidos pelo restante do período de relatório anual. As alterações não

tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o exercício.

A Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos decorrentes das demais alterações realizadas em 2019.

### 2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As principais alterações nas normas foram refletidas nos CPC's por meio da Revisão CPC 14/2019, e estão descritas a seguir:

CPC 15 (R1): As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, e, assim, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

CPC 26 (R1) e IAS 8: Alinham a definição de "omissão material" e "distorção material" e esclarecem alguns aspectos desta definição. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Além das alterações previstas na Revisão CPC 14/2019, o IASB emitiu, em maio de 2017, a IFRS 17 – Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia e suas controladas.

### 2.8 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e suas controladas que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

*Valor justo por meio do resultado* – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa, os títulos e valores mobiliários que não classificados como custo amortizado, os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas.

*Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap e call spread)* – A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições a riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

*Instrumentos financeiros derivativos* (opções de venda) – as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec ("PUT SAAG") foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método *Black-Scholes-Merton* (BSM), tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM avaliadas na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

*Custo amortizado* – encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, adiantamentos a fornecedores, fundos vinculados, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros, os ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga, indenizações a receber dos ativos de transmissão, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), concessões a pagar, adiantamento de clientes e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros.

b) <u>Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia</u>

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é registrada com base em estimativas da Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, e (ii) ágio (*goodwill*), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e esta diferença representa a expectativa de geração futura de valor. O ágio decorrente da aquisição é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Posteriormente, perdas por desvalorização são reconhecidas no resultado, mediante indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil.

As participações em consórcios são contabilizadas de acordo com o CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, reconhecendo-se estes investimentos pela participação da Companhia sobre quaisquer ativos e passivos detidos ou assumidos em conjuntos. O resultado desses investimentos é reconhecido pela participação da Companhia sobre as receitas e despesas da operação em conjunto.

d) Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. A Companhia e suas controladas contabiliza as combinações de negócios por meio do método de aquisição. Assim, no momento da aquisição, a Companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos de acordo com os critérios descritos no item (c), acima.

A Companhia entende, em linha com o ICPC 09 (R2), que não se caracteriza como ágio pago por expectativa de rentabilidade futura o valor referente especificamente a direito de concessão, direito de exploração e assemelhados, inclusive quando adquirido em combinação de negócios em que a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

e) Ativos vinculados à concessão

*Atividade de transmissão* – Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de transmissão são classificados como ativos de contrato, considerando que o recebimento da contraprestação pela construção da infraestrutura depende da satisfação de obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida. Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra realizada, incluindo eventual margem de construção.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Assim, com base nas características do contrato de concessão, as controladas classificam a contraprestação a ser recebida pela construção da infraestrutura como ativo de contrato, uma vez que, para sua realização, os fluxos financeiros são influenciados por fatores de desempenho operacional, não sendo estes ativos recebíveis apenas pela passagem do tempo, condição precedente para classificação dos direitos como ativo financeiro, de acordo com o CPC 48/IFRS 09.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, parte dos ativos de transmissão das concessões, vinculados à Rede Básica do Sistema Existente - RBSE, foram baixados em 31 de dezembro de 2012, com o reconhecimento de recebível correspondente à indenização estimada a ser recebida no período de 8 anos.

Contudo, em 2018, a partir da vigência do CPC 47/IFRS15, parte desses ativos foram reclassificados para ativos de contrato, com fundamento nos regulamentos da Aneel e Ministério de Minas e Energia – MME. Assim, a parcela econômica da RAP referente às instalações da RBSE consubstanciada na quota de reintegração regulatória, incorporada à base de remuneração, é classificada como ativo de contrato à medida que a satisfação da obrigação de performance vinculada à construção desses ativos ocorre durante a sua vida útil (disponibilidade da rede).

Por outro lado, a parcela não paga desde a prorrogação das concessões, referentes ao período de 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, a ser recebida no prazo de 8 anos, considerada componente financeiro, é classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, tendo em vista que não mais envolve a construção de ativos de infraestrutura e representa exclusivamente as parcelas não recebidas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão.

*Atividade de geração* – Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

f) Ativos intangíveis

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

g) Imobilizado

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem. As principais taxas estão demonstradas na nota explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

h) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

i) Benefícios a empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes.

Benefícios de curto prazo a empregados – A participação nos lucros e resultados prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no resultado.

j) Imposto de renda e contribuição social

**Corrente**

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

**Diferido**

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

k) Subvenções governamentais

A Companhia possui empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros).

Adicionalmente, a Companhia recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita quando do seu recebimento.

l) Receita operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia e suas controladas no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A entidade reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

As receitas de concessões de transmissão, são reconhecidas no resultado mensalmente e representadas, basicamente, por:

- Receita de construção - Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura da concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero;

- Receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção;

- Receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos registrada sob a rubrica Receita de Concessão da Transmissão na receita bruta.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

m) Tributos sobre vendas

As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

n) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, ganhos com instrumentos financeiros derivativos e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

o) Distribuição de lucros

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou Estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

p) Informação por segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de ativo financeiro e de contrato da concessão, intangível e imobilizado.

## 3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e a sua participação direta é como segue:

| Sociedades Controladas | Forma de avaliação | 2019 e 2018 |
|---|---|---|
| | | Participação direta (%) |
| Cemig Baguari Energia S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Cemig Geração Três Marias S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Cemig Geração Salto Grande S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Cemig Geração Itutinga S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Cemig Geração Camargos S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Cemig Geração Sul S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Cemig Geração Leste S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Cemig Geração Oeste S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Sá Carvalho S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Horizontes Energia S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Rosal Energia S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Cemig PCH S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Cemig Geração Poço Fundo S.A. (1) | Consolidação | 100,00 |
| Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Cemig Trading S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Central Eólica Praias de Parajuru S.A. | Consolidação | 100,00 |
| Central Eólica Volta do Rio S.A. | Consolidação | 100,00 |

(1) Foi aprovada, em AGE da Usina Termelétrica Barreiro S.A. realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a controlada passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

# 4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

| | Empresa detentora da concessão | Contrato de concessão | Data de Vencimento |
|---|---|---|---|
| **GERAÇÃO** | | | |
| | | | |
| **Usinas Hidrelétricas** | | | |
| Emborcação (1) | Cemig GT | 07/1997 | 07/2025 |
| Nova Ponte (1) | Cemig GT | 07/1997 | 07/2025 |
| Santa Luzia (1) | Cemig GT | 07/1997 | 02/2026 |
| Irapé (1) | Cemig GT | 14/2000 | 02/2035 |
| Queimado (Consórcio) (1) | Cemig GT | 06/1997 | 01/2033 |
| Salto Morais (1) | Cemig GT | 02/2013 | 07/2020 |
| Rio de Pedras (1) | Cemig GT | 02/2013 | 09/2024 |
| Luiz Dias (1) | Cemig GT | 02/2013 | 08/2025 |
| Poço Fundo (1) | Cemig GT | 02/2013 | 08/2025 |
| São Bernardo (1) | Cemig GT | 02/2013 | 08/2025 |
| Xicão (1) | Cemig GT | 02/2013 | 08/2025 |
| Rosal (1) | Rosal Energia | 01/1997 | 05/2032 |
| Machado Mineiro (1)<br>Salto Voltão (1)<br>Salto Paraopeba (1)<br>Salto do Passo Velho (1) | Horizontes Energia | Resolução 331/2002 | 07/2025<br>10/2030<br>10/2030<br>10/2030 |
| PCH Pai Joaquim (1) | Cemig PCH | Resolução autorizativa 377/2005 | 04/2032 |
| Sá Carvalho (1) | Sá Carvalho | 01/2004 | 12/2024 |
| Três Marias (2) | Cemig Geração Três Marias | 08/2016 | 01/2046 |
| Salto Grande (2) | Cemig Geração Salto Grande | 09/2016 | 01/2046 |
| Itutinga (2) | Cemig Geração Itutinga | 10/2016 | 01/2046 |
| Camargos (2) | Cemig Geração Camargos | 11/2016 | 01/2046 |
| Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2) | Cemig Geração Sul | 12/2016 e 13/2016 | 01/2046 |
| Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2) | Cemig Geração Leste | 14/2016 e 15/2016 | 01/2046 |
| Cajurú, Gafanhoto e Martins (2) | Cemig Geração Oeste | 16/2016 | 01/2046 |
| | | | |
| **Usinas Termelétricas** | | | |
| Igarapé (1) (5) | Cemig GT | 07/1997 | 08/2024 |
| | | | |
| **Usinas Eólicas** | | | |
| Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3) | Parajuru | Resolução 526/2002 | 09/2032 |
| Central Geradora Eólica Volta do Rio (3) | Volta do Rio | Resolução 660/2001 | 01/2031 |
| | | | |
| **TRANSMISSÃO** | | | |
| Rede Básica (4) | Cemig GT | 006/1997 | 01/2043 |
| Subestação – SE Itajubá (4) | Cemig GT | 79/2000 | 10/2030 |

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

(2) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo estas classificadas como ativo financeiro da concessão.

(3) Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

(4) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15 / CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.

(5) Em 06 de dezembro de 2019, a Aneel suspendeu, por meio de Despacho, a operação comercial da Usina de Igarapé, mediante pleito da Companhia pela extinção antecipada da concessão desta Usina.

## Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia e suas controladas vendem energia elétrica por meio de leilões para as distribuidoras atenderem às demandas de seu mercado cativo e vendem energia a consumidores livres no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). No ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCH"), auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

## Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - Tust. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

## Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato, ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

| Empreendimento | Valor nominal em 2019 | Valor presente em 2019 | Período de vigência da concessão | Índice de atualização |
|---|---|---|---|---|
| Irapé | 33.183 | 15.436 | 03/2006 a 02/2035 | IGPM |
| Queimado (Consórcio) | 8.190 | 4.192 | 01/2004 a 12/2032 | IGPM |
| PCH Salto Morais (1) | - | - | 06/2013 a 07/2020 | IPCA |
| PCH Rio de Pedras (1) | - | - | 06/2013 a 09/2024 | IPCA |
| Diversas PCH's* (1) | - | - | 06/2013 a 08/2025 | IPCA |

(*) PCH's, com potência instalada inferior a 50 MW: Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão.

(1) Conforme RN nº 467 de 2011 da Aneel as usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW devem efetuar os pagamentos à Aneel por cinco anos a partir da data de assinatura do contrato. As usinas Salto Morais, Rio de Pedras, Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo e Xicão tiveram seus contratos assinados em junho de 2013, tendo completado cinco anos em 2018, e por isso, não efetuaram pagamentos em 2019.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2019, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

| Empreendimento | Percentual de participação % | Valor pago em 2019 | Valor nominal do montante a ser pago em 12 meses | Valor presente do montante a ser pago em 12 meses |
|---|---|---|---|---|
| Irapé | 100,00 | 2.034 | 2.168 | 2.042 |
| Queimado (Consórcio) | 82,50 | 588 | 630 | 594 |

A taxa utilizada pela Companhia e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

## 5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração e comercialização.

As informações por segmento referentes aos exercícios de 2019 e 2018 estão apresentadas de forma consolidada nas tabelas a seguir:

| DESCRIÇÃO | 2019 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Geração | Transmissão | Comercialização | Total |
| **ATIVO** | **14.721.374** | **2.875.681** | **65.997** | **17.663.052** |
| **INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO** | **4.041.565** | **-** | **-** | **4.041.565** |
| **ADIÇÕES AO SEGMENTO** | **121.380** | **220.390** | **-** | **341.770** |
| | | | | |
| **RECEITA LÍQUIDA** | **6.881.167** | **713.931** | **128.622** | **7.723.720** |
| | | | | |
| **CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA** | | | | |
| Energia de uso da rede básica de transmissão | (189.901) | - | - | (189.901) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (3.841.262) | - | - | (3.841.262) |
| | **(4.031.163)** | **-** | **-** | **(4.031.163)** |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** | | | | |
| Pessoal | (206.663) | (114.837) | (245) | (321.745) |
| Participação dos empregados no resultado | (35.818) | (26.908) | - | (62.726) |
| Obrigações pós emprego | (49.627) | (38.138) | - | (87.765) |
| Materiais | (16.877) | (6.059) | (8) | (22.944) |
| Serviços de terceiros | (124.135) | (44.922) | (466) | (169.523) |
| Depreciação e amortização | (209.959) | (5.563) | - | (215.522) |
| Provisões | (975.353) | (134.843) | - | (1.110.196) |
| Custo de construção de infraestrutura de transmissão | - | (220.390) | - | (220.390) |
| Outros custos e despesas operacionais líquidos | (174.547) | (20.116) | 87 | (194.576) |
| | **(1.792.979)** | **(611.776)** | **(632)** | **(2.405.387)** |
| | | | | |
| **CUSTOS E DESPESAS TOTAIS** | **(5.824.142)** | **(611.776)** | **(632)** | **(6.436.550)** |
| | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (82.668) | - | - | (82.668) |
| | | | | |
| **Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos** | **974.357** | **102.155** | **127.990** | **1.204.502** |
| Receitas financeiras | 1.281.195 | 97.905 | 4.170 | 1.383.270 |
| Despesas financeiras | (1.034.521) | (114.784) | (15) | (1.149.320) |
| | | | | |
| **Resultado antes dos impostos** | **1.221.031** | **85.276** | **132.145** | **1.438.452** |
| Imposto de renda e contribuição social | (550.999) | (36.042) | (16.333) | (603.374) |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | **670.032** | **49.234** | **115.812** | **835.078** |

| DESCRIÇÃO | 2018 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Geração | Transmissão | Comercialização | Total |
| **ATIVO** | **14.191.814** | **2.699.359** | **60.907** | **16.952.080** |
| **INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO** | **4.205.308** | **-** | **-** | **4.205.308** |
| **ADIÇÕES AO SEGMENTO** | **542.243** | **95.712** | **-** | **637.955** |
| | | | | |
| **RECEITA LÍQUIDA** | **6.188.724** | **675.656** | **9.857** | **6.874.237** |
| | | | | |
| **CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA** | | | | |
| Energia de uso da rede básica de transmissão | (213.698) | - | - | (213.698) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (3.853.066) | - | - | (3.853.066) |
| | **(4.066.764)** | **-** | **-** | **(4.066.764)** |
| **CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS** | | | - | - |
| Pessoal | (223.908) | (108.125) | (86) | (332.119) |
| Participação dos empregados no resultado | (10.166) | (6.651) | - | (16.817) |
| Obrigações pós emprego | (45.619) | (26.716) | - | (72.335) |
| Materiais | (38.043) | (5.059) | - | (43.102) |
| Serviços de terceiros | (107.753) | (40.338) | (17) | (148.108) |
| Depreciação e amortização | (148.756) | - | - | (148.756) |
| Provisões | (105.916) | (11.526) | - | (117.442) |
| Custo de construção de infraestrutura de transmissão | - | (95.712) | - | (95.712) |
| Outros custos e despesas operacionais, líquidos | (63.755) | (16.906) | (4) | (80.665) |
| | **(743.916)** | **(311.033)** | **(107)** | **(1.055.056)** |
| | | | | |
| **CUSTOS E DESPESAS TOTAIS** | **(4.810.680)** | **(311.033)** | **(107)** | **(5.121.820)** |
| | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (352.389) | - | - | (352.389) |
| Resultado com combinações de negócios | 79.693 | - | - | 79.693 |
| Ajuste referente à desvalorização em investimento | (127.427) | - | – | (127.427) |
| | | | | |
| **Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos** | **977.921** | **364.623** | **9.750** | **1.352.294** |
| Receitas financeiras | 1.102.622 | 60.959 | 207 | 1.163.788 |
| Despesas financeiras | (1.535.727) | (4.507) | - | (1.540.234) |
| | | | | |
| **Resultado antes dos impostos** | **544.816** | **421.075** | **9.957** | **975.848** |
| Imposto de renda e contribuição social | (261.780) | (122.073) | (1.212) | (385.065) |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | **283.036** | **299.002** | **8.745** | **590.783** |

A composição da Receita da Companhia e suas controladas segregada por segmento, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme segue:

| | 2019 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Geração | Transmissão | Comercialização | Total |
| Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos | 7.037.448 | - | - | 7.037.448 |
| Receita de transmissão – com impostos | - | 702.766 | - | 702.766 |
| Receita de atualização da bonificação pela outorga | 318.267 | - | - | 318.267 |
| Receita de construção | - | 220.390 | - | 220.390 |
| Transações com energia na CCEE | 438.555 | - | - | 438.555 |
| Receita de indenização da transmissão | - | 155.013 | - | 155.013 |
| Ressarcimentos contratuais | 64.640 | - | - | 64.640 |
| Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS | 413.616 | - | - | 413.616 |
| Outras receitas operacionais | 16.501 | 27.786 | 137.751 | 182.038 |
| Impostos e encargos incidentes sobre as receitas | (1.407.860) | (392.024) | (9.129) | (1.809.013) |
| **Receita operacional líquida** | **6.881.167** | **713.931** | **128.622** | **7.723.720** |

| | 2018 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Geração | Transmissão | Comercialização | Total |
| Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos | 6.858.482 | - | - | 6.858.482 |
| Receita de transmissão – com impostos | - | 589.055 | - | 589.055 |
| Receita de atualização da bonificação pela outorga | 321.425 | - | - | 321.425 |
| Receita de construção | - | 95.712 | - | 95.712 |
| Transações com energia na CCEE | 185.469 | - | - | 185.469 |
| Receita de indenização da transmissão | - | 250.375 | - | 250.375 |
| Receita de indenização da geração | 55.332 | - | - | 55.332 |
| Ressarcimentos contratuais | 60.341 | - | - | 60.341 |
| Outras receitas operacionais | 29.213 | 28.275 | 10.548 | 68.036 |
| Impostos e encargos incidentes sobre as receitas | (1.321.538) | (287.761) | (691) | (1.609.990) |
| **Receita operacional líquida** | **6.188.724** | **675.656** | **9.857** | **6.874.237** |

Para detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 26.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Contas bancárias | 8.644 | 4.135 | 2.503 | 3.583 |
| Aplicações financeiras: | | | | |
| Certificados de depósitos bancários (1) | 184.682 | 246.691 | 127.419 | 219.204 |
| Overnight (2) | 18.282 | 50.870 | 6.286 | 4.043 |
| | **202.964** | **297.561** | **133.705** | **223.247** |
| | **211.608** | **301.696** | **136.208** | **226.830** |

1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 65% a 103% em 31 de dezembro de 2019 conforme operação (75% a 106% em 31 de dezembro 2018).
2) As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 4,39% em 31 de dezembro de 2019 (6,39% em 31 de dezembro de 2018) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 30.

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **Circulante** | | | | |
| Letras financeiras (LFs) – Bancos (1) | 323.761 | 96.876 | 111.308 | 7.700 |
| Letras financeiras do Tesouro (LFTs) (2) | 47.268 | 56.572 | 16.250 | 4.496 |
| Debêntures (2) | 1.573 | 8.338 | 541 | 663 |
| Outros | 76 | 62 | 76 | 63 |
| | **372.678** | **161.848** | **128.175** | **12.922** |
| | | | | |
| **Não circulante** | | | | |
| Letras financeiras (LFs) – Bancos (1) | - | 21.498 | - | 1.709 |
| Debêntures (2) | 916 | - | 315 | - |
| | **916** | **21.498** | **315** | **1.709** |
| | **373.594** | **183.346** | **128.490** | **14.631** |

(1) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 101,95% a 113,00% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (102,00% a 111,25% em 31 de dezembro 2018).
(2) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
(3) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 108,25% a 113,00% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (104,25% a 151,00% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 30. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 29.

## 8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

| | Saldos a vencer | | Vencidos | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Faturado | Não faturado | Até 90 dias | De 91 a 360 dias | Há mais de 360 dias | 2019 | 2018 |
| Industrial | 9.338 | 240.848 | 14.679 | 28.463 | 39.954 | 333.282 | 341.012 |
| Comércio, serviços e outras | 34.138 | 75.376 | 832 | 725 | 20 | 111.091 | 67.675 |
| Produtor rural | - | - | - | - | - | - | 45 |
| Suprimento a outras concessionárias | 53 | 209.406 | 32.874 | 14.902 | 489 | 257.724 | 334.929 |
| Concessionários – transp. de energia | 9.814 | 77.198 | 3.902 | 307 | 4.594 | 95.815 | 71.164 |
| Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE | - | 9.806 | - | 375.752 | - | 385.558 | 165.720 |
| Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa | - | - | (201) | (25.521) | (22.710) | (48.432) | (24.486) |
| | **53.343** | **612.634** | **52.086** | **394.628** | **22.347** | **1.135.038** | **956.059** |
| | | | | | | | |
| **Ativo circulante** | | | | | | **1.129.096** | **951.039** |
| Consumidores e revendedores | | | | | | 1.033.281 | 879.875 |
| Concessionários – Transp. energia | | | | | | 95.815 | 71.164 |
| | | | | | | | |
| **Ativo não circulante** | | | | | | **5.942** | **5.020** |
| Consumidores e revendedores | | | | | | 5.942 | 5.020 |

| | Saldos a vencer | | Vencidos | | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Faturado | Não faturado | Até 90 dias | De 91 a 360 dias | Há mais de 361 dias | 2019 | 2018 |
| Industrial | 4.914 | 218.624 | 5.409 | 4.394 | 14.682 | 248.023 | 251.621 |
| Comércio, serviços e outras | 34.138 | 75.376 | 833 | 725 | 20 | 111.092 | 67.675 |
| Produtor rural | - | - | - | - | - | - | 45 |
| Suprimento a outras concessionárias | 53 | 174.300 | 21.240 | - | 30 | 195.623 | 284.935 |
| Concessionários – transp. de energia | 9.841 | 77.254 | 3.902 | 307 | 4.594 | 95.898 | 71.236 |
| Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE | - | - | - | 375.751 | - | 375.751 | 156.221 |
| Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa | - | - | (202) | (4.392) | (13.007) | (17.601) | (24.486) |
| | **48.946** | **545.554** | **31.182** | **376.785** | **6.319** | **1.008.786** | **807.247** |
| | | | | | | | |
| **Ativo circulante** | | | | | | **1.008.213** | **802.227** |
| Consumidores e revendedores | | | | | | 912.315 | 730.991 |
| Concessionários – Transp. energia | | | | | | 95.898 | 71.236 |
| | | | | | | | |
| **Ativo não circulante** | | | | | | **573** | **5.020** |
| Consumidores e revendedores | | | | | | 573 | 5.020 |

A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 30.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no exercício é como segue:

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | **21.623** | **21.623** |
| Saldo oriundo de reorganização societária | 17.570 | - |
| Baixas | (10.079) | - |
| Constituição de provisão, líquida (nota 27c) | (4.628) | 2.863 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **24.486** | **24.486** |
| Constituição de provisão, líquida (nota 27c) | 38.407 | 7.576 |
| Baixa | (14.461) | (14.461) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **48.432** | **17.601** |

## Adiantamento de Clientes

A Companhia recebeu de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que a movimentação no saldo da obrigação está demonstrada a seguir:

| | Consolidado e Controladora |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | **190.758** |
| Atualização financeira | 8.402 |
| Baixa | (158.893) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **40.267** |
| Atualização financeira | 627 |
| Baixa | (40.894) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | - |

Os adiantamentos foram atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Companhia, nas condições a seguir:

| 2019 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Contraparte | Período para faturamento da energia | Índice de atualização dos valores antecipados | Quantidade de MWh entregues (1) | Saldos em 31/12/2019 | Saldos em 31/12/2018 |
| **White Martins Gases Industriais LTDA** | **Até Jun/2019** | **124,00% do CDI** | **323.057.344** | **-** | **40.267** |

(1) Quantidade referente ao volume total de energia entregue durante o período de vigência do contrato.

A receita de venda de energia antecipada foi reconhecida no resultado na efetiva entrega, quando as obrigações de desempenho foram cumpridas.

# 9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **Circulante** | | | | |
| ICMS a recuperar | 21.792 | 24.300 | 17.294 | 18.385 |
| COFINS | 5.560 | 5.316 | 3.196 | 4.161 |
| PASEP | 1.612 | 1.018 | 867 | 773 |
| INSS | 15.041 | 14.662 | 15.041 | 14.662 |
| Outros | 7.177 | 3.209 | 7.302 | 3.185 |
| | **51.182** | **48.505** | **43.700** | **41.166** |
| **Não circulante** | | | | |
| ICMS a recuperar (1) | 21.914 | 17.068 | 21.914 | 17.068 |
| COFINS (2) | 537.040 | - | 514.351 | - |
| PIS-PASEP (2) | 116.666 | - | 111.669 | - |
| Outros | 431 | 757 | - | - |
| | **676.051** | **17.825** | **647.934** | **17.068** |
| | **727.233** | **66.330** | **691.634** | **58.234** |

(1) Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível e podem ser compensados em 48 meses.
(2) Créditos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. Mais informações na nota explicativa nº 10.

## 10. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO

Em 16 de julho de 2008, a Companhia ajuizou Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic.

Em julho de 2008, a Companhia obteve liminar e passou a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. A Companhia manteve esse procedimento de agosto de 2008 até agosto de 2011 e, a partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Em 2017, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia baixou os passivos correspondentes aos valores depositados em juízo entre 2008 e 2011.

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito desta excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Em 11 de junho de 2019, considerando o trânsito em julgado das suas ações, a Companhia solicitou a liberação dos depósitos judiciais, no montante de R$194.409, em 31 de dezembro de 2019. Em 13 de fevereiro de 2020, como resultado da decisão do juízo da 7ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG, a Companhia levantou os depósitos no montante atualizado de R$196.169.

Adicionalmente, transitaram em julgado com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza referente as subsidiárias integrais Sá Carvalho S.A., Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A..

A Companhia e suas controladas possuem duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal. A opção de compensação será priorizada, com o objetivo de acelerar a recuperação dos créditos em questão.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins, incluindo sua atualização pela Selic, em 31 de dezembro de 2019:

| Créditos de PIS/Pasep e Cofins | Cemig GT | Sá Carvalho | Cemig Geração Poço Fundo | Horizontes Energia | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Efeitos no balanço patrimonial** | | | | | |
| Tributos compensáveis (Jul/2003 a Mai/2019) | 626.019 | 24.445 | 1.663 | 1.237 | 653.364 |
| Impostos, taxas e contribuições (1) | (6.063) | (228) | (19) | - | (6.310) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (210.785) | (8.234) | (559) | (421) | (219.999) |
| **Patrimônio líquido** | **409.171** | **15.983** | **1.085** | **816** | **427.055** |
| | | | | | |
| **Efeitos no resultado do exercício** | | | | | |
| Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins (outras receitas operacionais) | 397.301 | 14.797 | 994 | 524 | 413.616 |
| Receita financeira (2) | 228.718 | 9.648 | 669 | 713 | 239.748 |
| PIS/Pasep e Cofins sobre a receita financeira (2) | (6.063) | (228) | (19) | - | (6.310) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (210.785) | (8.234) | (559) | (421) | (219.999) |
| **Impacto no lucro líquido do exercício** | **409.171** | **15.983** | **1.085** | **816** | **427.055** |

(1) PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira de atualização dos créditos tributários reconhecidos.
(2) Inclui a atualização financeira desde a data do reconhecimento dos créditos até 31 de dezembro de 2019, líquida de PIS/Pasep e Cofins sobre receita financeira, no montante de R$2.009 no consolidado e R$3.153 na controladora.

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e as antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados.

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **Circulante** | | | | |
| Imposto de renda | 239.443 | 90.679 | 238.261 | 88.599 |
| Contribuição social | 125.119 | 68.481 | 124.788 | 68.139 |
| | **364.562** | **159.160** | **363.049** | **156.738** |
| **Não circulante** | | | | |
| Imposto de renda | 2.461 | 2.499 | - | - |
| Contribuição social | 606 | 616 | - | - |
| | **3.067** | **3.115** | **-** | **-** |

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, das retenções na fonte sobre a energia vendida no âmbito do Proinfa por empresas optantes pelo lucro presumido, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

### b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2019 | 2018 |
| **Circulante** | | |
| Imposto de renda | 98.712 | 83.207 |
| Contribuição social | 35.156 | 28.850 |
| | **133.868** | **112.057** |

## c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **ATIVO** | | | | |
| Obrigações pós-emprego | 444.411 | 316.092 | 444.411 | 316.092 |
| Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa | 11.075 | 8.326 | 5.984 | 8.326 |
| Provisões para contingências | 110.374 | 33.532 | 110.319 | 33.250 |
| Provisão put SAAG | 164.166 | 142.510 | 164.166 | 142.510 |
| Provisão para perdas em investimentos | 277.300 | 273.558 | 277.300 | 273.558 |
| Outras provisões | 46.080 | 23.130 | 46.080 | 23.130 |
| Concessão onerosa | 8.194 | 7.683 | 8.194 | 7.683 |
| Outros | 21.210 | 6.534 | 21.176 | 6.262 |
| | **1.082.810** | **811.365** | **1.077.630** | **810.811** |
| | | | | |
| **PASSIVO** | | | | |
| Valor justo como custo atribuído na adoção das IFRS | (231.833) | (239.092) | (212.319) | (218.534) |
| Ajuste de expectativa do fluxo de caixa dos ativos da concessão | (514.801) | (552.327) | (514.801) | (552.327) |
| Valor justo de participações societárias | (146.852) | (155.457) | (146.852) | (155.457) |
| Atualização de depósitos judiciais | (385) | (29.708) | - | (28.752) |
| Instrumentos financeiros derivativos (*swap*) | (574.921) | (276.534) | (574.921) | (276.534) |
| Outros | (12.026) | (19.978) | (11.297) | (15.278) |
| | **(1.480.818)** | **(1.273.096)** | **(1.460.190)** | **(1.246.882)** |
| **Total líquido** | **(398.008)** | **(461.731)** | **(382.560)** | **(436.071)** |
| | | | | |
| **Total do ativo** | **5.100** | **-** | **-** | **-** |
| **Total do passivo** | **(403.108)** | **(461.731)** | **(382.560)** | **(436.071)** |

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2017** | **(416.446)** | **(416.305)** |
| Efeitos alocados ao resultado | (72.062) | (72.097) |
| Efeitos alocados em outros resultados abrangentes | 52.331 | 52.331 |
| Saldo de tributos diferidos oriundos de combinação de negócios (Nota 15) | (3.300) | - |
| Saldo de tributos diferidos oriundos de reorganização societária (Nota 15) | (22.254) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | **(461.731)** | **(436.071)** |
| Efeitos alocados ao resultado | (53.641) | (60.325) |
| Efeitos alocados em outros resultados abrangentes | 113.836 | 113.836 |
| Outros | 3.528 | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **(398.008)** | **(382.560)** |

Em 19 de março de 2020, o Conselho de Administração aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, referente à projeção de lucros tributáveis futuros da Companhia. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal nesta mesma data.

Conforme as estimativas da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido existente em 31 de dezembro de 2019, conforme abaixo:

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| 2020 | 184.933 | 183.870 |
| 2021 | 167.739 | 166.710 |
| 2022 | 167.739 | 166.710 |
| 2023 | 167.739 | 166.710 |
| 2024 a 2026 | 258.508 | 257.478 |
| 2027 a 2029 | 136.152 | 136.152 |
| | **1.082.810** | **1.077.630** |

### d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **Lucro antes dos impostos** | **1.438.452** | **975.848** | **1.257.644** | **843.158** |
| Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%) | (489.074) | (331.788) | (427.599) | (286.674) |
| **Efeitos fiscais incidentes sobre:** | | | | |
| Juros sobre o capital próprio | 91.800 | 17.000 | 91.800 | 17.000 |
| Incentivos fiscais | 12.958 | 7.070 | 10.025 | 5.826 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (44.965) | (125.748) | 165.087 | 12.897 |
| Multas indedutíveis | (26.260) | (641) | (26.260) | (641) |
| Contribuições e doações indedutíveis | (3.763) | (1.797) | (2.642) | (1.447) |
| Diferença de base de cálculo - lucro presumido x lucro real | 88.506 | 49.995 | - | - |
| Provisão para perdas com investimentos | - | (4.238) | - | (4.238) |
| PECLD com partes relacionadas | (233.931) | - | (233.931) | - |
| Outros | 1.355 | 5.082 | 954 | 4.902 |
| **Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva** | **(603.374)** | **(385.065)** | **(422.566)** | **(252.375)** |
| Imposto corrente | (549.733) | (313.003) | (362.241) | (180.278) |
| Imposto diferido | (53.641) | (72.062) | (60.325) | (72.097) |
| | **(603.374)** | **(385.065)** | **(422.566)** | **(252.375)** |
| **Alíquota efetiva** | **41,95%** | **39,46%** | **33,60%** | **29,93%** |

## 12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **Trabalhistas** | **32.100** | **30.183** | **31.477** | **29.649** |
| **Fiscais** | | | | |
| Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP) | 17.226 | 16.791 | 15.910 | 15.475 |
| PIS/Pasep e Cofins (1) | 207.469 | 201.211 | 195.409 | 189.922 |
| IR/INSS - Indenização do anuênio (2) | 66.483 | 64.786 | 66.483 | 64.786 |
| IPTU | 11.423 | 10.364 | 11.421 | 10.364 |
| CSLL (3) | 18.062 | 18.062 | 18.062 | 18.062 |
| Outros | 2.513 | 1.496 | 2.357 | 1.496 |
| | **323.176** | **312.710** | **309.642** | **300.105** |
| **Outros** | | | | |
| Bloqueio judicial | 974 | 763 | 942 | 731 |
| Regulatórios | 3.002 | 3.537 | 3.002 | 3.537 |
| Outros | 5.025 | 27.181 | 4.988 | 4.757 |
| | **9.001** | **31.481** | **8.932** | **9.025** |
| | **364.277** | **374.374** | **350.051** | **338.779** |

(1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Esse depósito foi levantado pela Companhia em 13 de fevereiro de 2020, no montante atualizado de R$196.169. Maiores detalhes ver a nota explicativa nº 10 – Crédito de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS – Ação judicial com trânsito em julgado.
(2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 24 – Provisões (Indenização do Anuênio).
(3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

## 13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Indenização a receber - transmissão (1) (13.1) | 1.280.652 | 1.296.314 | 1.280.652 | 1.296.314 |
| Indenizações a receber – geração (13.2) | 816.202 | 816.202 | 816.202 | 816.202 |
| Bonificação de outorga – concessões de geração (13.3) | 2.468.216 | 2.408.930 | - | - |
| | **4.565.070** | **4.521.446** | **2.096.854** | **2.112.516** |
| | | | | |
| **Circulante** | **439.582** | **423.511** | **189.017** | **180.995** |
| **Não circulante** | **4.125.488** | **4.097.935** | **1.907.837** | **1.931.521** |

(1) Os ativos vinculados à infraestrutura de transmissão passaram a ser reconhecidos a partir de 2018 como ativos de contrato, conforme requerido pela IFRS 15/ CPC 47. Mais detalhes na nota explicativa nº 14 – Ativos de Contrato.

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

| | Consolidado | | | Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Geração | Transmissão | Total | Geração | Transmissão | Total |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2017** | **4.237.892** | **2.475.838** | **6.713.730** | **1.900.757** | **2.475.838** | **4.376.595** |
| Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 | - | (1.092.271) | (1.092.271) | - | (1.092.271) | (1.092.271) |
| Atualização financeira | 376.757 | 161.954 | 538.711 | 55.332 | 161.954 | 217.286 |
| Recebimentos | (1.388.985) | (249.207) | (1.638.192) | (1.139.355) | (249.207) | (1.388.562) |
| Transferências imobilizado | (532) | - | (532) | (532) | - | (532) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | **3.225.132** | **1.296.314** | **4.521.446** | **816.202** | **1.296.314** | **2.112.516** |
| Atualização financeira | 318.267 | 121.415 | 439.682 | - | 121.415 | 121.415 |
| Recebimentos | (258.981) | (181.159) | (440.140) | - | (181.159) | (181.159) |
| Transferências – Ativo de contrato (nota 14) | - | 44.082 | 44.082 | - | 44.082 | 44.082 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **3.284.418** | **1.280.652** | **4.565.070** | **816.202** | **1.280.652** | **2.096.854** |

### 13.1 Transmissão - Indenização a receber

Em 20 de abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela Aneel por meio de Despachos, relativos às instalações da Rede Básica do Sistema Elétrico – RBSE, ainda não amortizadas, não depreciadas ou não indenizadas pelo poder concedente, vinculadas aos contratos de concessão renovados nos termos da Lei 12.783/2013, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. Esse dispositivo determinou o recebimento por meio da Receita Anual Permitida - RAP dos valores relativos à RBSE.

Com fundamento nos regulamentos da Aneel e Ministério de Minas e Energia - MME, especialmente a Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, a parcela dos direitos da Companhia para qual exige-se apenas a passagem do tempo antes do seu pagamento foi classificada como ativo financeiro, em conformidade ao CPC 48.

Assim, a parcela não paga desde a prorrogação das concessões, referentes ao período de 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, a ser recebida no prazo de 8 anos, considerada componente financeiro, é classificada como ativo financeiro, tendo em vista que não mais envolve a construção de ativos de infraestrutura e representa exclusivamente as parcelas não pagas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão.

A classificação dessa parcela como ativo financeiro se fundamenta na inexistência de ativos vinculados ao componente financeiro da RBSE para os quais pudesse ser exigida obrigação de performance para o seu recebimento. Nesse contexto, a Companhia tem o direito incondicional ao recebível, previsto no art. 15 da Lei 12.783/2013, bem como nos regulamentos da Aneel, exigindo-se, basicamente, somente a passagem do tempo para o recebimento da contraprestação devida. Considerando que se utiliza o custo de capital regulatório previamente definido pela Aneel, por meio da Resolução 762/2017, para remuneração do ativo financeiro reconhecido, este é classificado como mensurado ao custo amortizado, nos termos da IFRS 09/ CPC 48, pois é mantido em modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, que constituem o pagamento de principal e juros sobre o principal em aberto.

Em relação às instalações da RBSE vinculadas ao contrato de concessão da Companhia, a Aneel homologou, por meio do Despacho nº 2.181, em 16 de agosto de 2016, o valor de R$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização, que foi, assim, registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros definidos nos regulamentos da Aneel, de acordo com suas características.

A indenização a ser recebida, atualizada até 31 de dezembro de 2019, no montante de R$1.280.652 (R$1.296.314 em 31 de dezembro de 2018) é classificada como ativo financeiro, pelo custo amortizado, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, conforme segue:

*Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões*

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária de 2017, no valor de R$832.915 (R$936.945 em 31 de dezembro de 2018) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela Aneel nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos por meio da RAP, com início em julho de 2017.

*Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais*

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R$447.737 em 31 de dezembro de 2019 (R$359.369 em 31 de dezembro de 2018), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, por meio da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/Aneel, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que essa é uma decisão provisória e que o seu direito a receber os valores referentes aos ativos da Rede Básica do Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 31 de dezembro de 2019.

### 13.2 Indenização a receber - Geração

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R$816.202 em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

| Central geradora | Data de vencimento das concessões | Capacidade instalada (MW) | Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico | Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído |
|---|---|---|---|---|
| **Lote D** | | | | |
| UHE Três Marias | jul/15 | 396 | 71.694 | 413.450 |
| UHE Salto Grande | jul/15 | 102 | 10.835 | 39.379 |
| UHE Itutinga | jul/15 | 52 | 3.671 | 6.589 |
| UHE Camargos | jul/15 | 46 | 7.818 | 23.095 |
| PCH Piau | jul/15 | 18,01 | 1.531 | 9.005 |
| PCH Gafanhoto | jul/15 | 14 | 1.232 | 10.262 |
| PCH Peti | jul/15 | 9,4 | 1.346 | 7.871 |
| PCH Dona Rita | set/13 | 2,41 | 534 | 534 |
| PCH Tronqueiras | jul/15 | 8,5 | 1.908 | 12.323 |
| PCH Joasal | jul/15 | 8,4 | 1.379 | 7.622 |
| PCH Martins | jul/15 | 7,7 | 2.132 | 4.041 |
| PCH Cajuru | jul/15 | 7,2 | 3.576 | 4.252 |
| PCH Paciência | jul/15 | 4,08 | 728 | 3.936 |
| PCH Marmelos | jul/15 | 4 | 616 | 4.265 |
| **Outras** | | | | |
| UHE Volta Grande | fev/17 | 380 | 25.621 | 70.118 |
| UHE Miranda (1) | dez/16 | 408 | 26.710 | 22.546 |
| UHE Jaguara (1) | ago/13 | 424 | 40.452 | 174.203 |
| UHE São Simão (1) | jan/15 | 1.710 | 1.762 | 2.711 |
| | | **3.601,70** | **203.545** | **816.202** |

(1) Os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguara, São Simão e Miranda, nos valores de R$174.203, R$2.711 e R$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração não espera perdas na realização desses valores.

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia não esperam perdas na realização desses ativos.

No ano de 2019 foi aberta a audiência pública 003/2019 para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, tendo sido divulgada a Nota Técnica nº 096/2019, em 30 de setembro de 2019. Contudo a Resolução Normativa sobre o assunto ainda não foi votada pela diretoria da Aneel.

*Usinas de Miranda e São Simão – projetos básicos*

A Companhia recebeu em 31 de agosto de 2018 a indenização referente aos projetos básicos das Usinas São Simão e Miranda, no montante de R$1.139.355, conforme previsto na Portaria MME nº 291/17. Os valores indenizados foram atualizados monetariamente pela variação da Selic até a data do recebimento.

### 13.3 Bonificação pela outorga – Concessões de geração

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

| SPE | Usinas | Saldo em 31/12/2018 | Atualização | Recebimento | Saldo em 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Cemig Geração Três Marias S.A. | Três Marias | 1.369.900 | 171.675 | (139.150) | 1.402.425 |
| Cemig Geração Salto Grande S.A. | Salto Grande | 429.910 | 54.131 | (43.883) | 440.158 |
| Cemig Geração Itutinga S.A. | Itutinga | 160.601 | 22.855 | (18.657) | 164.799 |
| Cemig Geração Camargos S.A. | Camargos | 120.452 | 17.022 | (13.889) | 123.585 |
| Cemig Geração Sul S.A. | Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau | 157.217 | 23.815 | (19.542) | 161.490 |
| Cemig Geração Leste S.A. | Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras | 106.697 | 17.899 | (14.839) | 109.757 |
| Cemig Geração Oeste S.A. | Cajurú, Gafanhoto e Martins | 64.153 | 10.870 | (9.021) | 66.002 |
| **Total** | | **2.408.930** | **318.267** | **(258.981)** | **2.468.216** |

| SPE | Usinas | Saldo em 31/12/2017 | Atualização | Recebimento | Saldo em 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| Cemig Geração Três Marias S.A. | Três Marias | 1.330.134 | 173.892 | (134.126) | 1.369.900 |
| Cemig Geração Salto Grande S.A. | Salto Grande | 417.393 | 54.816 | (42.299) | 429.910 |
| Cemig Geração Itutinga S.A. | Itutinga | 155.594 | 22.990 | (17.983) | 160.601 |
| Cemig Geração Camargos S.A. | Camargos | 116.710 | 17.129 | (13.387) | 120.452 |
| Cemig Geração Sul S.A. | Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau | 152.170 | 23.884 | (18.837) | 157.217 |
| Cemig Geração Leste S.A. | Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras | 103.133 | 17.867 | (14.303) | 106.697 |
| Cemig Geração Oeste S.A. | Cajurú, Gafanhoto e Martins | 62.001 | 10.847 | (8.695) | 64.153 |
| **Total** | | **2.337.135** | **321.425** | **(249.630)** | **2.408.930** |

A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

## 14. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de operação e manutenção, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2019:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Transmissão – Ativos reincorporados à base de remuneração de ativos | 347.691 | 492.405 | 347.691 | 492.405 |
| Transmissão – Ativos remunerados por tarifa | 848.543 | 636.905 | 848.543 | 636.905 |
| | **1.196.234** | **1.129.310** | **1.196.234** | **1.129.310** |
| | | | | |
| **Circulante** | **171.849** | **130.951** | **171.849** | **130.951** |
| **Não circulante** | **1.024.385** | **998.359** | **1.024.385** | **998.359** |

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | - |
| Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 (1) | 1.092.271 |
| Adições | 95.712 |
| Atualização financeira | 88.421 |
| Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão | 12.934 |
| Recebimentos | (161.527) |
| Transferências para o ativo imobilizado (nota 16) | 1.499 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **1.129.310** |
| Adições | 220.390 |
| Atualização financeira | 33.598 |
| Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão | 14.389 |
| Recebimentos | (153.583) |
| Baixa | (3.794) |
| Transferências para o imobilizado (nota 16) | 6 |
| Transferências para o ativo financeiro (nota 13) | (44.082) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **1.196.234** |

(1) Maiores detalhes na nota explicativa nº 13 – Ativos financeiros da concessão.

Os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão são classificados como ativos de contrato, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela construção, operação, manutenção e disponibilidade das linhas de transmissão. Os ativos registrados nesta rubrica são como segue:

*Saldo remanescente a ser recebido por meio da RAP*

A parcela econômica da RAP, referente às instalações da RBSE, consubstanciada na quota de reintegração regulatória incorporada à base de remuneração, nos termos da Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, é classificada como ativo de contrato, à medida que a satisfação da obrigação de performance vinculada à construção desses ativos ocorre durante a sua vida útil (disponibilidade da rede).

O direito à contraprestação vinculado a esses ativos depende da disponibilidade da rede, uma vez que foram reincorporados à base de remuneração mediante a renovação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, e serão recebidos pelo prazo remanescente de sua vida útil, à medida da prestação dos serviços de operação e manutenção. Assim, o ativo é reconhecido de acordo com a IFRS 15 / CPC 47, como ativo de contrato, representando o desempenho concluído antes do direito ao recebimento da contraprestação, que ocorrerá durante a utilização da infraestrutura construída, pelo período de sua vida útil, em conformidade à Resolução Aneel 762/2017, concomitantemente à prestação de serviços de operação e manutenção, necessários à disponibilidade da rede.

Esses valores, originados da adesão aos termos da Lei 12.783/13, alcançam o montante de R$347.691 em 31 de dezembro de 2019 (R$492.405 em 31 de dezembro de 2018) e estão sendo recuperados por meio da RAP.

*Ativos remunerados por tarifa*

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a Aneel calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – Proret.

De acordo com o Proret, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões, as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber é de R$848.543 (R$636.905 em 31 de dezembro de 2018).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, concede o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento e mensuração da receita e dos custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.

# 15. INVESTIMENTOS

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **Coligadas** | | | | |
| Madeira Energia (usina Santo Antônio) | 166.617 | 270.090 | 166.617 | 270.090 |
| FIP Melbourne (usina Santo Antônio) | 384.809 | 470.022 | 384.809 | 470.022 |
| **Controladas em conjunto** | | | | |
| Hidrelétrica Cachoeirão | 53.728 | 49.213 | 53.728 | 49.213 |
| Guanhães Energia | 131.076 | 111.838 | 131.076 | 111.838 |
| Hidrelétrica Pipoca | 30.730 | 30.629 | 30.730 | 30.629 |
| Lightger | 46.487 | 42.191 | 46.487 | 42.191 |
| Baguari Energia | 157.499 | 162.224 | 157.499 | 162.224 |
| Aliança Norte (usina Belo Monte) | 671.166 | 663.755 | 671.166 | 663.755 |
| Amazônia Energia (usina Belo Monte) | 1.027.860 | 1.012.636 | 1.027.860 | 1.012.636 |
| Aliança Geração | 1.191.550 | 1.216.860 | 1.191.550 | 1.216.860 |
| Retiro Baixo | 180.043 | 170.720 | 180.043 | 170.720 |
| Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (2) | - | 5.130 | - | 5.130 |
| **Controladas** | | | | |
| Cemig Baguari | - | - | 19 | 36 |
| Cemig Geração Três Marias S.A. | - | - | 1.407.996 | 1.395.614 |
| Cemig Geração Salto Grande S.A. | - | - | 446.318 | 440.083 |
| Cemig Geração Itutinga S.A. | - | - | 183.617 | 178.545 |
| Cemig Geração Camargos S.A. | - | - | 136.140 | 131.570 |
| Cemig Geração Sul S.A. | - | - | 179.275 | 176.424 |
| Cemig Geração Leste S.A. | - | - | 126.802 | 120.686 |
| Cemig Geração Oeste S.A. | - | - | 72.648 | 69.898 |
| Rosal Energia S.A. | - | - | 127.994 | 124.897 |
| Sá Carvalho S.A. | - | - | 123.929 | 94.447 |
| Horizontes Energia S.A. | - | - | 57.397 | 54.953 |
| Cemig PCH S.A. | - | - | 97.731 | 92.987 |
| Cemig Geração Poço Fundo S.A. (1) | - | - | 3.638 | 18.406 |
| Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. | - | - | 28.263 | 26.755 |
| Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. | - | - | 3.359 | 2.841 |
| Cemig Trading S.A. | - | - | 31.027 | 28.135 |
| Central Eólica Praias de Parajuru S.A. | - | - | 149.260 | 145.880 |
| Central Eólica Volta do Rio S.A. | - | - | 124.507 | 180.976 |
| **Total do Investimento** | **4.041.565** | **4.205.308** | **7.341.485** | **7.488.441** |
| Itaocara – Provisões para perdas (2) | (21.810) | - | (21.810) | - |
| **Total** | **4.019.755** | **4.205.308** | **7.319.675** | **7.488.441** |

(1) Foi aprovada, em AGE realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da controlada, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

(2) Em 31/12/2019, a investida apresentou patrimônio líquido negativo. Assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda por valor recuperável de investimentos, no valor de R$21.810, resultante de obrigações contratuais assumidas junto à controlada e os outros acionistas.

## a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

| Consolidado | 31/12/2018 | Amortização | 31/12/2019 |
|---|---|---|---|
| Retiro Baixo | 31.966 | (1.390) | 30.576 |
| Madeira Energia (Usina Santo Antônio) | 18.000 | (737) | 17.263 |
| Aliança Geração | 377.534 | (25.309) | 352.225 |
| Aliança Norte (Usina Belo Monte) | 52.575 | (1.972) | 50.603 |
| | **480.075** | **(29.408)** | **450.667** |

| Controladora | 31/12/2018 | Amortização | Impairment | 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|
| Retiro Baixo | 31.966 | (1.390) | - | 30.576 |
| Central Eólica Praias de Parajuru | 66.286 | (6.214) | - | 60.072 |
| Central Eólica Volta do Rio (1) | 95.819 | (7.529) | (21.684) | 66.606 |
| Madeira Energia (Usina Santo Antônio) | 18.000 | (737) | - | 17.263 |
| Aliança Geração | 377.534 | (25.309) | - | 352.225 |
| Aliança Norte (Usina Belo Monte) | 52.575 | (1.972) | - | 50.603 |
| | **642.180** | **(43.151)** | **(21.684)** | **577.345** |

(1) Em virtude de resultado de análise dos indicativos e realização do teste de *impairment*, a Companhia reconheceu provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Central Eólica Volta do Rio, de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido dessa investida em 31/12/2019.

| Consolidado | 31/12/2017 | Adição | Amortização | Baixa | Outros | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Retiro Baixo | 28.344 | 5.691 | (2.069) | - | - | 31.966 |
| Central Eólica Praias de Parajuru (1) | 16.503 | 51.198 | (1.415) | - | (66.286) | - |
| Central Eólica Volta do Rio (1) | 11.035 | 85.655 | (871) | - | (95.819) | - |
| Central Eólica Praias de Morgado (1) | 23.956 | - | (1.943) | (22.013) | - | - |
| Madeira Energia (Usina Santo Antônio) (2) | 151.384 | - | (5.957) | (127.427) | - | 18.000 |
| Aliança Geração | 402.844 | - | (25.310) | - | - | 377.534 |
| Aliança Norte (Usina Belo Monte) | 54.546 | - | (1.971) | - | - | 52.575 |
| | **688.612** | **142.544** | **(39.536)** | **(149.440)** | **(162.105)** | **480.075** |

| Controladora | 31/12/2017 | Adição | Amortização | Baixa | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| Retiro Baixo | 28.344 | 5.691 | (2.069) | - | 31.966 |
| Central Eólica Praias de Parajuru (1) | 16.503 | 51.198 | (1.415) | - | 66.286 |
| Central Eólica Volta do Rio (1) | 11.035 | 85.655 | (871) | - | 95.819 |
| Central Eólica Praias de Morgado (1) | 23.956 | - | (1.943) | (22.013) | - |
| Madeira Energia (Usina Santo Antônio) (2) | 151.384 | - | (5.957) | (127.427) | 18.000 |
| Aliança Geração | 402.844 | - | (25.310) | - | 377.534 |
| Aliança Norte (Usina Belo Monte) | 54.546 | - | (1.971) | - | 52.575 |
| | **688.612** | **142.544** | **(39.536)** | **(149.440)** | **642.180** |

(1) Movimentações decorrentes do descruzamento de ativos entre a Companhia e a Energimp. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
(2) Em virtude de resultado de análise dos indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reconheceu provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Madeira Energia (Usina Santo Antônio), de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido dessa investida em 31/12/2018.

## b) A movimentação dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

| Consolidado | Saldo em 31/12/2018 | Equivalência patrimonial | Aportes | Dividendos | Outros | Saldo em 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Hidrelétrica Cachoeirão | 49.213 | 10.473 | - | (5.958) | - | 53.728 |
| Guanhães Energia | 111.838 | (528) | 19.766 | - | - | 131.076 |
| Hidrelétrica Pipoca | 30.629 | 4.475 | - | (4.374) | - | 30.730 |
| Madeira Energia (usina Santo Antônio) | 270.090 | (103.473) | - | - | - | 166.617 |
| FIP Melbourne (usina Santo Antônio) | 470.022 | (85.213) | - | - | - | 384.809 |
| Baguari Energia | 162.224 | 22.401 | - | (27.126) | - | 157.499 |
| Lightger | 42.191 | 7.287 | - | (2.991) | - | 46.487 |
| Amazônia Energia (usina Belo Monte) | 1.012.636 | 15.097 | 127 | - | - | 1.027.860 |
| Aliança Norte (usina Belo Monte) | 663.755 | 6.458 | 953 | - | - | 671.166 |
| Aliança Geração | 1.216.860 | 77.723 | - | (103.033) | - | 1.191.550 |
| Retiro Baixo | 170.720 | 12.659 | - | (3.336) | - | 180.043 |
| Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (1) | 5.130 | (50.027) | 23.087 | - | 21.810 | - |
| **Total do Investimento** | **4.205.308** | **(82.668)** | **43.933** | **(146.818)** | **21.810** | **4.041.565** |
| Itaocara – provisão para perdas (1) | - | - | - | - | (21.810) | (21.810) |
| **Total** | **4.205.308** | **(82.668)** | **43.933** | **(146.818)** | **-** | **4.019.755** |

(1) Em 31/12/2019, a investida apresentou patrimônio líquido negativo. Assim, após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável dos investimentos, no valor de R$21.810 resultante de obrigações contratuais assumidas junto à controlada e os outros acionistas.

| Controladora | Saldo em 31/12/2018 | Equivalência patrimonial | Aportes | Dividendos | Outros | Saldo em 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Hidrelétrica Cachoeirão | 49.213 | 10.473 | - | (5.958) | - | 53.728 |
| Guanhães Energia | 111.838 | (528) | 19.766 | - | - | 131.076 |
| Hidrelétrica Pipoca | 30.629 | 4.475 | - | (4.374) | - | 30.730 |
| Madeira Energia (usina de Santo Antônio) | 270.090 | (103.473) | - | - | - | 166.617 |
| FIP Melbourne (usina Santo Antônio) | 470.022 | (85.213) | - | - | - | 384.809 |
| Baguari Energia | 162.224 | 22.401 | - | (27.126) | - | 157.499 |
| Central Eólica Praias Parajuru | 145.880 | 3.392 | - | (12) | - | 149.260 |
| Central Eólica Volta do Rio (2) | 180.976 | (34.785) | - | - | (21.684) | 124.507 |
| Lightger | 42.191 | 7.287 | - | (2.991) | - | 46.487 |
| Amazônia Energia (usina Belo Monte) | 1.012.636 | 15.097 | 127 | - | - | 1.027.860 |
| Aliança Norte (usina Belo Monte) | 663.755 | 6.458 | 953 | - | - | 671.166 |
| Aliança Geração | 1.216.860 | 77.723 | - | (103.033) | - | 1.191.550 |
| Retiro Baixo | 170.720 | 12.659 | - | (3.336) | - | 180.043 |
| Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (3) | 5.130 | (50.027) | 23.087 | - | 21.810 | - |
| Cemig Baguari | 36 | (17) | - | - | - | 19 |
| Cemig Ger.Três Marias S.A. | 1.395.614 | 169.890 | - | (157.508) | - | 1.407.996 |
| Cemig Ger.Salto Grande S.A. | 440.083 | 64.894 | - | (58.659) | - | 446.318 |
| Cemig Ger. Itutinga S.A. | 178.545 | 37.522 | - | (32.450) | - | 183.617 |
| Cemig Geração Camargos S.A. | 131.570 | 31.712 | - | (27.142) | - | 136.140 |
| Cemig Geração Sul S.A. | 176.424 | 36.310 | - | (33.459) | - | 179.275 |
| Cemig Geração Leste S.A. | 120.686 | 29.320 | - | (23.204) | - | 126.802 |
| Cemig Geração Oeste S.A. | 69.898 | 16.924 | - | (14.174) | - | 72.648 |
| Rosal Energia S.A. | 124.897 | 24.540 | - | (21.443) | - | 127.994 |
| Sá Carvalho S.A. | 94.447 | 50.822 | - | (21.340) | - | 123.929 |
| Horizontes Energia S.A. | 54.953 | 18.510 | - | (16.066) | - | 57.397 |
| Cemig PCH S.A. | 92.987 | 19.373 | - | (14.629) | - | 97.731 |
| Cemig Geração Poço Fundo S.A. (1) | 18.406 | 1.460 | - | (728) | (15.500) | 3.638 |
| Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. | 26.755 | 55.083 | - | (53.575) | - | 28.263 |
| Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. | 2.841 | 1.582 | - | (1.064) | - | 3.359 |
| Cemig Trading S.A. | 28.135 | 59.144 | - | (56.252) | - | 31.027 |
| **Total do Investimento** | **7.488.441** | **503.008** | **43.933** | **(678.523)** | **(15.374)** | **7.341.485** |
| Itaocara – provisão para perdas (3) | - | - | - | - | (21.810) | (21.810) |
| **Total** | **7.488.441** | **503.008** | **43.933** | **(678.523)** | **(37.184)** | **7.319.675** |

(1) A movimentação apresentada na coluna "Outros" refere-se à redução do capital social da investida Cemig Geração Poço Fundo S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 11 de fevereiro de 2019, com efeitos a partir de 20 de abril de 2019, conforme estabelecido pela Lei 6.404/1976. Foi aprovada, em AGE realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da controlada, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

(2) Em virtude de resultado de análise dos indicativos e realização do teste de *impairment*, a Companhia reconheceu provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Central Eólica Volta do Rio, de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido dessa investida em 31/12/2019.

(3) Em 31/12/2019, a investida apresentou patrimônio líquido negativo. Assim, após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável dos investimento, no valor de R$21.810, para o cumprimento de suas obrigações junto à investida.

| Consolidado | Saldo em 31/12/2017 | Equivalência patrimonial | Aportes/ Aquisições | Dividendos | Baixas | Outros | Saldo em 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Hidrelétrica Cachoeirão | 57.957 | 10.065 | - | (18.809) | | - | 49.213 |
| Guanhães Energia | 25.018 | 26.968 | 59.852 | - | | - | 111.838 |
| Hidrelétrica Pipoca | 26.023 | 6.886 | - | (2.280) | | - | 30.629 |
| Madeira Energia (usina de Santo Antônio) (1) | 534.761 | (162.564) | 25.320 | - | | (127.427) | 270.090 |
| FIP Melbourne (usina de Santo Antônio) | 582.504 | (138.634) | 26.152 | - | | - | 470.022 |
| Baguari Energia | 148.422 | 28.411 | - | (14.609) | | - | 162.224 |
| Central Eólica Praias Parajuru (2) | 60.101 | (6.011) | 95.228 | - | (3.438) | (145.880) | - |
| Central Eólica Volta do Rio (2) | 67.725 | (15.835) | 151.162 | - | (22.076) | (180.976) | - |
| Central Eólica Praias de Morgado | 50.569 | (15.455) | - | - | (11.822) | (23.292) | - |
| Lightger | 40.832 | 3.138 | - | (1.779) | | - | 42.191 |
| Amazônia Energia (usina de Belo Monte) | 866.554 | 76.925 | 69.157 | - | | - | 1.012.636 |
| Aliança Norte (usina de Belo Monte) | 576.704 | 44.483 | 42.568 | - | | - | 663.755 |
| Aliança Geração | 1.242.170 | 65.354 | - | (90.664) | | - | 1.216.860 |
| Retiro Baixo | 157.773 | 10.394 | 5.691 | (3.138) | | - | 170.720 |
| Renova | 282.524 | (282.524) | - | - | | - | - |
| Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. | 3.699 | (3.990) | 5.421 | - | | - | 5.130 |
| **Total do investimento** | **4.723.336** | **(352.389)** | **480.551** | **(131.279)** | **(37.336)** | **(477.575)** | **4.205.308** |

(1) Em virtude de resultado de análise dos indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reconheceu provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Madeira Energia (Usina Santo Antônio), de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido dessa investida em 31/12/2018;

(2) Movimentações decorrentes do descruzamento de ativos entre a Companhia e a Energimp.

| Controladora | Saldo em 31/12/2017 | Equivalência Patrimonial | Aportes | Aquisições | Baixas | Dividendos | Outros | Saldo em 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Hidrelétrica Cachoeirão | 57.957 | 10.065 | - | - | - | (18.809) | - | 49.213 |
| Guanhães Energia | 25.018 | 26.968 | 59.852 | - | - | - | - | 111.838 |
| Hidrelétrica Pipoca | 26.023 | 6.886 | - | - | - | (2.280) | - | 30.629 |
| Madeira Energia (usina de Santo Antônio) (1) | 534.761 | (162.564) | 25.320 | - | - | - | (127.427) | 270.090 |
| FIP Melbourne (usina Santo Antônio) | 582.504 | (138.634) | 26.152 | - | - | - | - | 470.022 |
| Baguari Energia | 148.422 | 28.411 | - | - | - | (14.609) | - | 162.224 |
| Central Eólica Praias Parajuru (2) | 60.101 | (6.011) | - | 95.228 | (3.438) | - | - | 145.880 |
| Central Eólica Volta do Rio (2) | 67.725 | (15.835) | - | 151.162 | (22.076) | - | - | 180.976 |
| Central Eólica Praias de Morgado (2) | 50.569 | (15.455) | - | - | (11.822) | - | (23.292) | - |
| Lightger | 40.832 | 3.138 | - | - | - | (1.779) | - | 42.191 |
| Amazônia Energia (usina Belo Monte) | 866.554 | 76.925 | 69.157 | - | - | - | - | 1.012.636 |
| Aliança Norte (usina Belo Monte) | 576.704 | 44.483 | 42.568 | - | - | - | - | 663.755 |
| Aliança Geração | 1.242.170 | 65.354 | - | - | - | (90.664) | - | 1.216.860 |
| Retiro Baixo | 157.773 | 10.394 | 5.691 | - | - | (3.138) | - | 170.720 |
| Renova | 282.524 | (282.524) | - | - | - | - | - | - |
| Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. | 3.699 | (3.990) | 5.421 | - | - | - | - | 5.130 |
| Cemig Baguari | 23 | (27) | 40 | - | - | - | - | 36 |
| Cemig Ger.Três Marias S.A. | 1.391.822 | 173.993 | - | - | - | (170.201) | - | 1.395.614 |
| Cemig Ger.Salto Grande S.A. | 440.122 | 61.166 | - | - | - | (61.205) | - | 440.083 |
| Cemig Ger. Itutinga S.A. | 171.279 | 36.464 | - | - | - | (29.198) | - | 178.545 |
| Cemig Geração Camargos S.A. | 130.426 | 30.830 | - | - | - | (29.686) | - | 131.570 |
| Cemig Geração Sul S.A. | 167.571 | 37.399 | - | - | - | (28.546) | - | 176.424 |
| Cemig Geração Leste S.A. | 115.885 | 30.945 | - | - | - | (26.144) | - | 120.686 |
| Cemig Geração Oeste S.A. | 69.398 | 16.751 | - | - | - | (16.251) | - | 69.898 |
| Rosal Energia S.A. (3) | - | 1.407 | - | 123.490 | - | - | - | 124.897 |
| Sá Carvalho S.A. (2) | - | 3.930 | - | 90.517 | - | - | - | 94.447 |
| Horizontes Energia S.A. (3) | - | 8.471 | - | 46.482 | - | - | - | 54.953 |
| Cemig PCH S.A. (3) | - | (2.343) | - | 95.330 | - | - | - | 92.987 |
| Usina Termelétrica do Barreiro S.A. (3) | - | 48 | - | 18.358 | - | - | - | 18.406 |
| Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (3) | - | 4.197 | - | 22.558 | - | - | - | 26.755 |
| Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (3) | - | 67 | - | 2.774 | - | - | - | 2.841 |
| Cemig Trading S.A. (3) | - | 4.481 | - | 23.654 | - | - | - | 28.135 |
| **Total do Investimento** | **7.209.862** | **55.390** | **234.201** | **669.553** | **(37.336)** | **(492.510)** | **(150.719)** | **7.488.441** |

(1) Em virtude de resultado de análise dos indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reconheceu provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Madeira Energia (Usina Santo Antônio), de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido desssa investida em 31/12/2018

(2) Movimentações decorrentes do descruzamento de ativos entre a Companhia e a Energimp.

(3) Em 30 de novembro de 2018, a Cemig, controladora da Companhia, concluiu a transação de reestruturação societária em que transferiu para a Companhia as suas subsidiárias integrais Rosal Energia, Sá Carvalho, Horizontes Energia, Cemig PCH, UTE Barreiro, Empresa de Comercialização de Energia Elétrica, Cemig Comercializadora de Energia Incentivada e Cemig Trading. A referida transferência foi realizada pelo montante de R$423.165, com base em Laudo de Avaliação patrimonial, a valores contábeis, na data-base de 30 de novembro de 2018.

## A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **Saldo inicial** | **98.842** | **75.480** | **98.842** | **75.480** |
| Proposta de dividendos feitos pelas investidas | 146.818 | 131.279 | 678.523 | 492.510 |
| Recebimentos | (133.617) | (107.917) | (665.028) | (469.148) |
| **Saldo final** | **112.043** | **98.842** | **112.337** | **98.842** |

**c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:**

| Sociedades | Quantidade de ações | Em 31 de dezembro de 2019 | | | Em 31 de dezembro de 2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Participação (%) | Capital social | Patrimônio líquido | Participação (%) | Capital social | Patrimônio líquido |
| **Coligadas** | | | | | | | |
| Madeira Energia (Usina Santo Antônio) | 12.034.025.147 | 15,51 | 10.619.786 | 3.704.760 | 15,51 | 10.619.786 | 4.656.593 |
| **Controladas em conjunto** | | | | | | | |
| Hidrelétrica Cachoeirão | 35.000.000 | 49,00 | 35.000 | 109.649 | 49,00 | 35.000 | 100.434 |
| Guanhães Energia | 548.626.000 | 49,00 | 548.626 | 267.503 | 49,00 | 396.402 | 228.242 |
| Hidrelétrica Pipoca | 41.360.000 | 49,00 | 41.360 | 62.715 | 49,00 | 41.360 | 62.509 |
| Baguari Energia (1) | 26.157.300.278 | 69,39 | 186.573 | 226.984 | 69,39 | 186.573 | 233.793 |
| Lightger | 79.078.937 | 49,00 | 79.232 | 94.871 | 49,00 | 79.232 | 86.105 |
| Aliança Norte (Usina Belo Monte) | 41.893.675.837 | 49,00 | 1.208.071 | 1.266.453 | 49,00 | 1.206.127 | 1.247.307 |
| Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1) | 1.322.597.723 | 74,50 | 1.322.598 | 1.379.678 | 74,50 | 1.322.428 | 1.359.243 |
| Aliança Geração | 1.291.582 | 45,00 | 1.291.488 | 1.857.905 | 45,00 | 1.291.488 | 1.857.905 |
| Retiro Baixo | 225.350.000 | 49,90 | 225.350 | 299.532 | 49,90 | 222.850 | 278.065 |
| Renova (1) (2) | 41.719.724 | 36,23 | N/D | N/D | 36,23 | 2.919.019 | (76.489) |
| Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (3) | 69.282.514 | 49,00 | 69.283 | (44.510) | 49,00 | 22.165 | 10.470 |
| **Controladas** | | | | | | | |
| Cemig Baguari | 306.000 | 100,00 | 306 | 19 | 100,00 | 306 | 36 |
| Cemig Ger.Três Marias S.A. | 1.291.423.369 | 100,00 | 1.291.423 | 1.407.996 | 100,00 | 1.291.423 | 1.395.614 |
| Cemig Ger.Salto Grande S.A. | 405.267.607 | 100,00 | 405.268 | 446.318 | 100,00 | 405.268 | 440.083 |
| Cemig Ger. Itutinga S.A. | 151.309.332 | 100,00 | 151.309 | 183.617 | 100,00 | 151.309 | 178.545 |
| Cemig Geração Camargos S.A. | 113.499.102 | 100,00 | 113.499 | 136.140 | 100,00 | 113.499 | 131.570 |
| Cemig Geração Sul S.A. | 148.146.505 | 100,00 | 148.147 | 179.275 | 100,00 | 148.147 | 176.424 |
| Cemig Geração Leste S.A. | 100.568.929 | 100,00 | 100.569 | 126.802 | 100,00 | 100.569 | 120.686 |
| Cemig Geração Oeste S.A. | 60.595.484 | 100,00 | 60.595 | 72.648 | 100,00 | 60.595 | 69.898 |
| Rosal Energia S.A. | 46.944.467 | 100,00 | 46.944 | 127.994 | 100,00 | 46.944 | 124.897 |
| Sá Carvalho S.A. | 361.200.000 | 100,00 | 36.833 | 123.929 | 100,00 | 36.833 | 94.447 |
| Horizontes Energia S.A. | 39.257.563 | 100,00 | 39.258 | 57.397 | 100,00 | 39.258 | 54.953 |
| Cemig PCH S.A. | 45.952.000 | 100,00 | 45.952 | 97.731 | 100,00 | 45.952 | 92.987 |
| Cemig Geração Poço Fundo S.A. (4) | 1.402.000 | 100,00 | 1.402 | 3.638 | 100,00 | 16.902 | 18.406 |
| Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. | 486.000 | 100,00 | 486 | 28.263 | 100,00 | 486 | 26.755 |
| Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. | 1.000.000 | 100,00 | 1.000 | 3.359 | 100,00 | 1.000 | 2.841 |
| Cemig Trading S.A. | 1.000.000 | 100,00 | 1.000 | 31.027 | 100,00 | 1.000 | 28.135 |
| Central Eólica Praias de Parajuru S.A. | 71.834.843 | 100,00 | 71.835 | 89.188 | 100,00 | 71.835 | 79.594 |
| Central Eólica Volta do Rio S.A. | 138.867.440 | 100,00 | 138.867 | 57.901 | 100,00 | 138.867 | 85.157 |

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

(2) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reduziu a zero o saldo do investimento nesta investida em virtude da apresentação, naquela data, de patrimônio líquido negativo. Adicionalmente, em decorrência dos assuntos descritos nos parágrafos a seguir, especificamente relacionados à controlada em conjunto Renova, esta não concluiu suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, motivo pelo qual suas informações contábeis não estão sendo divulgadas.

(3) Em virtude de o patrimônio líquido da Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ter se tornado negativo, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de sua participação na investida em 31 de dezembro de 2019 e constituiu uma provisão para perdas com investimentos, no valor de R$21.810, resultante de obrigações contratuais assumidas junto à controlada e outros acionistas.

(4) Foi aprovada, em AGE realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da controlada, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

Os saldos integrais das coligadas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são como segue:

| 2019 | Hidrelétrica Cachoeirão | Baguari Energia | Guanhães Energia | Madeira Energia | Hidrelétrica Pipoca | Lightger |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | | | |
| Circulante | 34.631 | 59.577 | 1.195 | 749.937 | 10.542 | 86.758 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 30.341 | 8.827 | 422 | 77.538 | 2.395 | 69.419 |
| Não circulante | 82.183 | 187.511 | 267.384 | 21.679.635 | 89.940 | 124.500 |
| **Total do ativo** | **116.814** | **247.088** | **268.579** | **22.429.572** | **100.482** | **211.258** |
| | | | | | | |
| **Passivo** | | | | | | |
| Circulante | 7.165 | 15.571 | 1.062 | 1.176.997 | 11.196 | 53.373 |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 484 | 73.428 | 6.581 | 8.619 |
| Não circulante | - | 4.533 | 14 | 17.547.815 | 26.571 | 63.014 |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | - | 10.924.960 | 26.454 | 63.014 |
| Patrimônio líquido | 109.649 | 226.984 | 267.503 | 3.704.760 | 62.715 | 94.871 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **116.814** | **247.088** | **268.579** | **22.429.572** | **100.482** | **211.258** |
| | | | | | | |
| **Demonstração do resultado** | | | | | | |
| Receita líquida de vendas | 37.844 | 68.433 | - | 3.197.523 | 30.260 | 49.979 |
| Custos operacionais | (16.832) | (23.132) | (1.502) | (2.508.203) | (14.575) | (27.227) |
| Depreciação | (2.773) | (8.868) | (10) | - | (3.143) | (10.584) |
| **Lucro bruto** | **21.012** | **45.301** | **(1.502)** | 689.320 | **15.685** | **22.752** |
| Despesas gerais e administrativas | - | - | - | (98.771) | (66) | (1.531) |
| Receita financeira | 1.483 | 4.232 | 360 | 131.422 | 395 | 3.982 |
| Despesa financeira | (13) | (669) | (42) | (1.683.378) | (3.629) | (7.411) |
| **Resultado operacional** | **22.482** | **48.864** | **(1.184)** | **(961.407)** | **12.385** | **17.792** |
| Imposto de renda e contribuição social | (1.775) | (16.581) | (10) | 9.574 | (928) | (2.942) |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | **20.707** | **32.283** | **(1.194)** | **(951.833)** | **11.457** | **14.850** |
| | | | | | | |
| **Resultado abrangente do exercício** | | | | | | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 20.707 | 32.283 | (1.194) | (951.833) | 11.457 | 14.850 |
| **Resultado abrangente do exercício** | **20.707** | **32.283** | **(1.194)** | **(951.833)** | **11.457** | **14.850** |

| 2019 | Amazônia Energia | Retiro Baixo | Aliança Geração | Aliança Norte | Itaocara |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | | |
| Circulante | 81 | 68.182 | 831.517 | 1.155 | 2.783 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 67 | 55.676 | 394.567 | 1.113 | 2.657 |
| Não circulante | 1.380.150 | 342.954 | 2.266.077 | 1.266.023 | 18.997 |
| **Total do ativo** | **1.380.231** | **411.136** | **3.097.594** | **1.267.178** | **21.780** |
| | | | | | |
| **Passivo** | | | | | |
| Circulante | 553 | 33.939 | 595.838 | 725 | 56.294 |
| Empréstimos e financiamentos | - | 13.703 | 152.305 | - | - |
| Não circulante | - | 77.665 | 643.851 | - | 9.996 |
| Empréstimos e financiamentos | - | 68.468 | 68.518 | - | - |
| Patrimônio líquido (negativo) | 1.379.678 | 299.532 | 1.857.905 | 1.266.453 | (44.510) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **1.380.231** | **411.136** | **3.097.594** | **1.267.178** | **21.780** |
| | | | | | |
| **Demonstração do resultado** | | | | | |
| Receita líquida de vendas | - | 70.341 | 1.015.746 | - | - |
| Custos operacionais | (199) | (30.119) | (629.653) | - | (102.347) |
| Depreciação | - | (8.841) | (122.102) | - | (126) |
| **Lucro bruto** | **(199)** | **40.222** | **386.093** | **-** | **(102.347)** |
| Despesas gerais e administrativas | (16) | (3.582) | (29.607) | (1.717) | - |
| Receita financeira | 1 | 2.989 | 34.172 | 57 | 256 |
| Despesa financeira | (1) | (8.174) | (68.912) | (3) | (5) |
| **Resultado operacional** | **(215)** | **31.455** | **321.746** | **(1.663)** | **(102.096)** |
| Resultado de equivalência patrimonial | 20.481 | - | 12.264 | 18.867 | - |
| Imposto de renda e contribuição social | - | (3.301) | (109.048) | - | - |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | **20.266** | **28.154** | **228.962** | **17.204** | **(102.096)** |
| | | | | | |
| **Resultado abrangente do exercício** | | | | | |
| Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício | 20.266 | 28.154 | 228.962 | 17.204 | (102.096) |
| **Resultado abrangente do exercício** | **20.266** | **28.154** | **228.962** | **17.204** | **(102.096)** |

| 2018 | Hidrelétrica Cachoeirão | Baguari Energia | Guanhães Energia | Madeira Energia | Hidrelétrica Pipoca | Lightger |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | | | |
| Circulante | 22.771 | 44.420 | 1.965 | 618.230 | 11.994 | 69.868 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 17.792 | 8.161 | 1.127 | 68.645 | 3.721 | 58.418 |
| Não circulante | 84.902 | 201.025 | 226.796 | 22.453.401 | 94.867 | 131.640 |
| **Total do ativo** | **107.673** | **245.445** | **228.761** | **23.071.631** | **106.861** | **201.508** |
| | | | | | | |
| **Passivo** | | | | | | |
| Circulante | 7.239 | 6.795 | 488 | 1.281.333 | 11.521 | 44.205 |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | - | 53.259 | 6.578 | 8.614 |
| Não circulante | - | 4.857 | 31 | 17.133.705 | 32.831 | 71.198 |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | - | 10.219.548 | 32.831 | 71.198 |
| Patrimônio líquido | 100.434 | 233.793 | 228.242 | 4.656.593 | 62.509 | 86.105 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **107.673** | **245.445** | **228.761** | **23.071.631** | **106.861** | **201.508** |
| | | | | | | |
| **Demonstração do resultado** | | | | | | |
| Receita líquida de vendas | 50.188 | 73.856 | - | 3.005.553 | 29.270 | 45.178 |
| Custos operacionais | (29.315) | (30.753) | - | (2.689.459) | (12.161) | (31.977) |
| Depreciação | (2.763) | (8.844) | - | - | (3.095) | (10.602) |
| **Lucro bruto** | **20.873** | **43.103** | **-** | **316.094** | **17.109** | **13.201** |
| Despesas gerais e administrativas | - | - | (1.882) | (194.849) | (324) | - |
| Receita financeira | 1.593 | 3.038 | 478 | 127.777 | 596 | 3.479 |
| Despesa financeira | (169) | (950) | (66) | (1.880.828) | (4.033) | (7.658) |
| **Resultado operacional** | **22.297** | **45.191** | **(1.470)** | **(1.631.806)** | **13.348** | **9.022** |
| Imposto de renda e contribuição social | (2.218) | (4.041) | (5.495) | (111.830) | (1.203) | (2.616) |
| Reversão de *impairment* | - | - | 62.000 | - | - | - |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | **20.079** | **41.150** | **55.035** | **(1.743.636)** | **12.145** | **6.406** |
| | | | | | | |
| **Resultado abrangente do exercício** | | | | | | |
| Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício | 20.079 | 41.150 | **55.035** | (1.743.636) | 12.145 | 6.406 |
| **Resultado abrangente do exercício** | **20.079** | **41.150** | **55.035** | **(1.743.636)** | **12.145** | **6.406** |

| 2018 | Amazônia Energia | Renova | Retiro Baixo | Aliança Geração | Aliança Norte | Itaocara |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | | | |
| Circulante | 111 | 294.783 | 46.994 | 711.921 | 478 | 4.802 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 97 | 69 | 35.582 | 344.155 | 453 | 453 |
| Não circulante | 1.359.670 | 1.228.919 | 354.135 | 2.277.501 | 1.247.161 | 14.534 |
| **Total do ativo** | **1.359.781** | **1.523.702** | **401.129** | **2.989.422** | **1.247.639** | **19.336** |
| | | | | | | |
| **Passivo** | | | | | | |
| Circulante | 538 | 441.524 | 32.174 | 534.585 | 332 | 204 |
| Empréstimos e financiamentos | - | 341.568 | 13.660 | 149.120 | - | - |
| Não circulante | - | 1.158.667 | 90.890 | 596.932 | - | 8.662 |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 81.905 | 140.000 | - | - |
| Patrimônio líquido | 1.359.243 | (76.489) | 278.065 | 1.857.905 | 1.247.307 | 10.470 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **1.359.781** | **1.523.702** | **401.129** | **2.989.422** | **1.247.639** | **19.336** |
| | | | | | | |
| **Demonstração do resultado** | | | | | | |
| Receita líquida de vendas | - | - | 71.137 | 906.852 | - | - |
| Custos operacionais | - | (3.969) | (29.327) | (555.446) | - | (8.470) |
| Depreciação | - | (3.969) | (10.084) | (125.325) | - | - |
| **Lucro bruto** | **-** | **(3.969)** | **41.810** | **351.406** | **-** | **(8.470)** |
| Despesas gerais e administrativas | (1.278) | (93.123) | (3.945) | (31.091) | (2.481) | - |
| Receita financeira | 2.213 | 1.045 | 1.953 | 30.345 | 995 | 338 |
| Despesa financeira | (2.076) | (84.317) | (10.511) | (67.013) | (1.093) | (10) |
| **Resultado operacional** | **(1.141)** | **(180.364)** | **29.307** | **283.647** | **(2.579)** | **(8.142)** |
| Resultado de equivalência patrimonial | 104.936 | (675.933) | - | 10.714 | 96.665 | - |
| Imposto de renda e contribuição social | (684) | - | (2.835) | (96.042) | - | - |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | **103.111** | **(856.297)** | **26.472** | **198.319** | **94.086** | **(8.142)** |
| | | | | | | |
| **Resultado abrangente do exercício** | | | | | | |
| Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício | 103.111 | (856.297) | 26.472 | 198.319 | 94.086 | (8.142) |
| **Resultado abrangente do exercício** | **103.111** | **(856.297)** | **26.472** | **198.319** | **94.086** | **(8.142)** |

## Madeira Energia S.A. ("MESA") e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. ("SAESA"), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a MESA apresentou prejuízo de R$951.833 (R$1.743.636 em 31 de dezembro de 2018) e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R$427.060 (R$663.103 em 31 de dezembro de 2018). Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

*Procedimento de arbitragem*

Em 2014, a Companhia e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), no valor de aproximadamente R$678 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R$678 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Companhia e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Comerce ("ICC"), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Adicionalmente, a SAAG e a Companhia instauraram Procedimento Arbitral, na qualidade de acionistas da Madeira, visando desconstituir o aumento de capital aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de agosto de 2018. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

**Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial ("Renova")**

A controlada em conjunto Renova, atualmente em processo de recuperação judicial, vem incorrendo em prejuízos recorrentes e apresentando capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em decorrência da apresentação de patrimônio líquido negativo da investida, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de seu investimento na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante esta investida.

Adicionalmente, diante do agravamento da situação financeira da Renova e de um potencial pedido de recuperação judicial, a Companhia passou a provisionar, a partir de 30 de junho de 2019, uma perda estimada na realização dos créditos decorrente de contratos de compra e venda de energia e termos de reconhecimento de dívida que possuía junto a esta controlada em conjunto pelo valor integral do saldo a receber, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R$688 milhões.

*Alteração no controle da Renova*

Em 15 de outubro de 2019, a Light alienou pelo valor de R$1,00 (hum real) a totalidade das ações na controlada em conjunto Renova, equivalentes a 17,17% de seu capital social, para o CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Adicionalmente, a Lightcom Comercializadora de Energia S.A., celebrou um Termo de Cessão por meio do qual cedeu todos os créditos detidos em face da Renova à CG I. Transcorrido o prazo previsto no Acordo de Acionistas da Renova, a Companhia não exerceu o seu direito de preferência nem seu direito de venda conjunta, não alterando assim a sua participação acionária direta na Renova.

*Pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova*

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo ("Grupo Renova"), determinando, entre outras medidas: (i) nomeação de uma empresa independente para atuar como administradora judicial; (ii) suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005; (iii) apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005; (iv) dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e (v) determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em 17 de dezembro de 2019, a Renova protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial, o qual deve ser submetido à aprovação da Assembleia Geral de Credores conforme termos e prazos estabelecidos na Lei 11.101/2005. A controlada em conjunto está em fase de discussão do referido plano, sendo que, até a presente data, não foram mensurados os possíveis efeitos sobre os seus saldos contábeis.

No contexto da recuperação judicial, a Renova celebrou com a Cemig (controladora da Cemig GT) empréstimo do tipo "*debtor-in-possession*" ("DIP"), no montante total de R$36.500, sendo de R$10.000, R$6.500 e R$20.000, nas datas de 25 de novembro de 2019, 27 de dezembro de 2019 e 28 de janeiro de 2020, respectivamente. Os recursos desses empréstimos, na modalidade de mútuo pós concursal, ou seja, durante o processo de Recuperação Judicial, são necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Renova, foram autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, e são garantidos por alienação fiduciária de ações de uma empresa constituída por um projeto eólico de propriedade da Renova, além de possuírem prioridade no recebimento no decorrer do

processo de recuperação judicial. Adicionalmente, em 25 de outubro de 2019, a Companhia concedeu à Renova um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R$5.000.

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial ajuizada por esta investida não produzirá nenhum impacto adicional em suas demonstrações financeiras.

**Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.**

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2019, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R$3.309.499 e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que "até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte". A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2019 é de R$1.962.000 (R$1.643.000 em 31 de dezembro de 2018).

**Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos**

*Investidas controladas em conjunto:*

*Norte Energia S.A. ("NESA")* – investimento da Amazônia *Energia e Aliança Norte*

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes

foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a "Operação Buona Fortuna", em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna independente adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia.

*Madeira Energia S.A. ("MESA")*

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em duas demonstrações financeiras.

*Renova Energia S.A. ("Renova")*

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços mantidos por esta investida em períodos anteriores a 2015. Em 25 de julho de 2019, foi iniciada a segunda fase da operação.

A Renova tem a informação de que os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou" e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos, sendo que as autoridades governamentais poderão levar tempo adicional para concluir todos os seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro. Caso venha a ser ajuizada ação criminal em face de agentes que lesaram a investida, a Renova tem a intenção de auxiliar a acusação em eventuais processos criminais e, posteriormente, requerer a reparação civil pelos danos sofridos.

No decorrer de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Renova e a controlada indireta Espra, questionando a apuração de IRPJ, CSLL e o recolhimento de IRRF, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação, nos montantes estimados de R$89.318 e de R$1.788, respectivamente.

Em razão dessas investigações, concomitantemente, os órgãos de governança da Renova instauraram uma investigação interna, conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo, cujo escopo compreendeu a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo descumprimentos à legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, ao Código de ética e às políticas de integridade da Renova. Adicionalmente, foi constituído na Renova um comitê de monitoramento que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharam essa investigação. A investigação interna foi concluída em 20 de fevereiro de 2020 e não foram identificadas provas concretas de atos de corrupção ou de desvios para campanhas políticas.

Todavia, os investigadores independentes identificaram irregularidades na condução dos negócios e efetivação de contratos pela Renova, incluindo (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R$40 milhões, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R$137 milhões e (iii) falhas nos controles internos da investida.

Em resposta às irregularidades encontradas, e com base nas recomendações do Comitê de monitoramento e de assessores jurídicos, o Conselho de Administração da Renova deliberou tomar todos os atos necessários para preservar os direitos da investida, dar continuidade às medidas visando à obtenção do ressarcimento dos prejuízos causados e reforçar os seus controles internos.

Uma vez que o saldo do investimento mantido na Renova em 31 de dezembro de 2019 é zero e que não foram assumidas pela Companhia e suas controladas obrigações contratuais ou construtivas perante a controlada em conjunto, não são esperados que efeitos resultantes do processo de recuperação judicial, das investigações e das atividades operacionais dessa investida

possam impactar significativamente as demonstrações financeiras da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela controlada em conjunto.

*Outras investigações*

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia e da sua controladora na Guanhães e na MESA. Adicionalmente, em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo, em conexão com a operação intitulada "E o Vento Levou", conforme descrito anteriormente.

Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

*Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos*

Considerando as investigações que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente está sendo supervisionada por Comitê Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança.

A primeira fase da investigação interna e independente da Companhia foi concluída e o relatório foi entregue em 13 de maio de 2019. A segunda fase da investigação foi substancialmente concluída e o seu relatório preliminar foi entregue em 20 de fevereiro de 2020. Considerando os resultados das investigações internas apresentados até o momento, não foram apurados efeitos para registro nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019. A segunda fase das investigações continua em andamento, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2020.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e colaborará com as autoridades nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

# 16. IMOBILIZADO

| Consolidado | 2019 | | | 2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo Histórico | Depreciação Acumulada | Valor Líquido | Custo Histórico | Depreciação Acumulada | Valor Líquido |
| **Em serviço** | **7.244.763** | **(4.929.379)** | **2.315.384** | **7.439.599** | **(4.899.564)** | **2.540.035** |
| Terrenos | 247.453 | (19.178) | 228.275 | 231.141 | (16.174) | 214.967 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 3.279.784 | (2.199.659) | 1.080.125 | 3.282.178 | (2.131.683) | 1.150.495 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 1.091.605 | (818.120) | 273.485 | 1.113.821 | (800.133) | 313.688 |
| Máquinas e equipamentos | 2.592.087 | (1.864.599) | 727.488 | 2.766.671 | (1.913.617) | 853.054 |
| Veículos | 20.616 | (17.687) | 2.929 | 31.747 | (27.222) | 4.525 |
| Móveis e utensílios | 13.218 | (10.136) | 3.082 | 14.041 | (10.735) | 3.306 |
| **Em curso** | **133.103** | **-** | **133.103** | **119.186** | **-** | **119.186** |
| Ativos em curso | 133.103 | - | 133.103 | 119.186 | - | 119.186 |
| **Imobilizado líquido** | **7.377.866** | **(4.929.379)** | **2.448.487** | **7.558.785** | **(4.899.564)** | **2.659.221** |

| Controladora | 2019 | | | 2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo Histórico | Depreciação Acumulada | Valor Líquido | Custo Histórico | Depreciação Acumulada | Valor Líquido |
| **Em serviço** | **6.153.927** | **(4.404.015)** | **1.749.912** | **6.354.911** | **(4.415.024)** | **1.939.887** |
| Terrenos | 243.194 | (18.867) | 224.327 | 226.882 | (15.919) | 210.963 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 3.003.075 | (2.069.552) | 933.523 | 3.006.652 | (2.010.201) | 996.451 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 1.013.385 | (782.773) | 230.612 | 1.036.543 | (767.280) | 269.263 |
| Máquinas e equipamentos | 1.860.907 | (1.505.381) | 355.526 | 2.039.652 | (1.584.089) | 455.563 |
| Veículos | 20.401 | (17.473) | 2.928 | 31.532 | (27.027) | 4.505 |
| Móveis e utensílios | 12.965 | (9.969) | 2.996 | 13.650 | (10.508) | 3.142 |
| **Em curso** | **72.279** | **-** | **72.279** | **85.318** | **-** | **85.318** |
| Ativos em curso | 72.279 | - | 72.279 | 85.318 | - | 85.318 |
| **Imobilizado líquido** | **6.226.206** | **(4.404.015)** | **1.822.191** | **6.440.229** | **(4.415.024)** | **2.025.205** |

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

| Consolidado | Saldo em 31/12/2018 | Adição | Transferência (2) | Baixa | Depreciação | Saldo em 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em serviço** | **2.540.035** | **-** | **48.828** | **(91.095)** | **(182.384)** | **2.315.384** |
| Terrenos (1) | 214.967 | - | 16.939 | (153) | (3.478) | 228.275 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 1.150.495 | - | 14.431 | (4.756) | (80.045) | 1.080.125 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 313.688 | - | (15.851) | (5.682) | (18.670) | 273.485 |
| Máquinas e equipamentos | 853.054 | - | 33.282 | (80.501) | (78.347) | 727.488 |
| Veículos | 4.525 | - | (58) | - | (1.538) | 2.929 |
| Móveis e utensílios | 3.306 | - | 85 | (3) | (306) | 3.082 |
| **Em curso** | **119.186** | **70.344** | **(45.090)** | **(11.337)** | **-** | **133.103** |
| **Imobilizado líquido** | **2.659.221** | **70.344** | **3.738** | **(102.432)** | **(182.384)** | **2.448.487** |

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço, do Ativo de Contrato (vide nota explicativa nº 14) e do Ativo Intangível (vide nota explicativa nº 17).

| Controladora | Saldo em 31/12/2018 | Adição | Transferência (2) | Baixa | Depreciação | Saldo em 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em serviço** | **1.939.887** | **-** | **23.982** | **(75.240)** | **(138.717)** | **1.749.912** |
| Terrenos (1) | 210.963 | - | 16.939 | (151) | (3.424) | 224.327 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 996.451 | - | 8.455 | - | (71.383) | 933.523 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 269.263 | - | (16.792) | (5.686) | (16.173) | 230.612 |
| Máquinas e equipamentos | 455.563 | - | 15.296 | (69.403) | (45.930) | 355.526 |
| Veículos | 4.505 | - | (59) | - | (1.518) | 2.928 |
| Móveis e utensílios | 3.142 | - | 143 | - | (289) | 2.996 |
| **Em curso** | **85.318** | **22.286** | **(23.988)** | **(11.337)** | **-** | **72.279** |
| **Imobilizado líquido** | **2.025.205** | **22.286** | **(6)** | **(86.577)** | **(138.717)** | **1.822.191** |

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço e para o Ativo de Contrato (vide nota explicativa nº 14).

| Consolidado | Saldo em 31/12/2017 | Adição | Transferência | Ativos oriundos de Combinação de Negócios e Reestruturação Societária | Baixa | Depreciação | Saldo em 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em serviço** | **2.074.200** | **-** | **21.981** | **594.932** | **(6.786)** | **(144.292)** | **2.540.035** |
| Terrenos (1) | 207.132 | - | 6.303 | 4.027 | (3) | (2.492) | 214.967 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 1.071.105 | - | 186 | 155.298 | (2.042) | (74.052) | 1.150.495 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 284.619 | - | 1.460 | 44.524 | (263) | (16.652) | 313.688 |
| Máquinas e equipamentos | 505.323 | - | 10.706 | 390.896 | (4.475) | (49.396) | 853.054 |
| Veículos | 3.101 | - | 2.829 | 20 | - | (1.425) | 4.525 |
| Móveis e utensílios | 2.920 | - | 497 | 167 | (3) | (275) | 3.306 |
| **Em curso** | **88.690** | **59.038** | **(22.948)** | **16.947** | **(22.541)** | **-** | **119.186** |
| **Imobilizado líquido** | **2.162.890** | **59.038** | **(967)** | **611.879** | **(29.327)** | **(144.292)** | **2.659.221** |

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

| Controladora | Saldo em 31/12/2017 | Adição | Transferência | Baixa | Depreciação | Saldo em 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em serviço** | **2.070.862** | **-** | **17.503** | **(6.748)** | **(141.730)** | **1.939.887** |
| Terrenos | 207.132 | - | 6.303 | (3) | (2.469) | 210.963 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 1.071.105 | - | 78 | (2.043) | (72.689) | 996.451 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 284.619 | - | 1.199 | (267) | (16.288) | 269.263 |
| Máquinas e equipamentos | 501.985 | - | 6.597 | (4.435) | (48.584) | 455.563 |
| Veículos | 3.101 | - | 2.829 | - | (1.425) | 4.505 |
| Móveis e utensílios | 2.920 | - | 497 | - | (275) | 3.142 |
| **Em curso** | **84.985** | **41.344** | **(18.470)** | **(22.541)** | **-** | **85.318** |
| **Imobilizado líquido** | **2.155.847** | **41.344** | **(967)** | **(29.289)** | **(141.730)** | **2.025.205** |

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 2,90%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

| Geração | (%) | Administração | (%) |
|---|---|---|---|
| Reservatório, Barragem E Adutora | 2 | Veículos | 14,29 |
| Edificação – casa de força | 2 | Equipamento geral de informática | 16,67 |
| Edificação – outras | 3,33 | Equipamento geral | 6,25 |
| Gerador | 3,33 | Edificação - outras | 3,33 |
| Turbina hidráulica | 2,5 | | |
| Condutor forçado | 3,13 | | |
| Painel, mesa de comando e cubículo | 3,57 | | |
| Urbanização e benfeitorias | 3,33 | | |

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

### Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

| Controladora e Consolidado | Participação na energia gerada (%) | Taxa Média Anual de Depreciação (%) | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|---|
| **Em serviço** | | | | |
| Usina de Queimado | 82,50 | 3,73 | 217.210 | 217.210 |
| Depreciação acumulada | | | (109.012) | (99.287) |
| **Total em operação** | | | **108.198** | **117.923** |
| | | | | |
| **Em curso** | | | | |
| Usina de Queimado | 82,50 | - | 980 | 603 |
| **Total em construção** | | | **980** | **603** |
| **Total** | | | **109.178** | **118.526** |

## 17. INTANGÍVEIS

| Consolidado | 2019 | | | 2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo Histórico | Amortização Acumulada | Valor Residual | Custo Histórico | Amortização Acumulada | Valor Residual |
| **Em Serviço** | **296.397** | **(148.179)** | **148.218** | **262.559** | **(71.424)** | **191.135** |
| Servidão | 11.749 | (3.292) | 8.457 | 11.749 | (2.664) | 9.085 |
| Concessão onerosa | 19.169 | (12.609) | 6.560 | 19.169 | (11.930) | 7.239 |
| Ativos da concessão (1) | 202.337 | (75.659) | 126.678 | 162.106 | - | 162.106 |
| Outros | 63.142 | (56.619) | 6.523 | 69.535 | (56.830) | 12.705 |
| | | | | | | |
| **Em Curso** | **7.369** | **-** | **7.369** | **6.448** | **-** | **6.448** |
| Ativos em formação | 7.369 | - | 7.369 | 6.448 | - | 6.448 |
| **Intangível Líquido** | **303.766** | **(148.179)** | **155.587** | **269.007** | **(71.424)** | **197.583** |

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às investidas que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

| Controladora | 2019 | | | 2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo Histórico | Amortização Acumulada | Valor Residual | Custo Histórico | Amortização Acumulada | Valor Residual |
| **Em serviço** | **93.366** | **(72.448)** | **20.918** | **94.147** | **(69.880)** | **24.267** |
| Servidão | 11.451 | (3.292) | 8.159 | 11.451 | (2.664) | 8.787 |
| Concessão onerosa | 19.169 | (12.609) | 6.560 | 19.169 | (11.930) | 7.239 |
| Outros | 62.746 | (56.547) | 6.199 | 63.527 | (55.286) | 8.241 |
| | | | | | | |
| **Em curso** | **7.342** | **-** | **7.342** | **6.448** | **-** | **6.448** |
| Ativos em formação | 7.342 | - | 7.342 | 6.448 | - | 6.448 |
| **Intangível Líquido** | **100.708** | **(72.448)** | **28.260** | **100.595** | **(69.880)** | **30.715** |

A movimentação do ativo intangível é como segue:

| Consolidado | Saldo em 31/12/2018 | Adição | Impairment (2) | Capitalização/ Transferência (1) | Baixa | Amortização | Saldo em 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em serviço** | **191.135** | **-** | **(21.684)** | **(2.562)** | **(667)** | **(18.004)** | **148.218** |
| Servidão | 9.085 | - | - | - | - | (628) | 8.457 |
| Concessão onerosa | 7.239 | - | - | - | - | (679) | 6.560 |
| Ativos da concessão | 162.106 | - | (21.684) | 667 | (667) | (13.744) | 126.678 |
| Outros | 12.705 | - | - | (3.229) | - | (2.953) | 6.523 |
| **Em curso** | **6.448** | **2.103** | **-** | **(1.182)** | **-** | **-** | **7.369** |
| Ativos em formação | 6.448 | 2.103 | - | (1.182) | - | - | 7.369 |
| **Total** | **197.583** | **2.103** | **(21.684)** | **(3.744)** | **(667)** | **(18.004)** | **155.587** |

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviços e para o Ativo Imobilizado (vide nota explicativa nº 16).
(2) Inclui a redução ao valor recuperável do ativo intangível relativo à mais valia da concessão da controlada Volta do Rio, no montante de R$21.684, reconhecido no resultado em "outras despesas". O teste de impairment do ativo intangível, referente à autorização de geração de energia eólica concedida a Volta do Rio, reconhecido em 2018 no âmbito da combinação de negócios, decorre do não atingimento da performance operacional esperada em 2019 para os ativos de geração eólica da controlada. O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, trazidos a valor presente pelo custo de capital ponderado (wacc) definido para a atividade pela Companhia, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

| Controladora | Saldo em 31/12/2018 | Adição | Capitalização/ Transferência (1) | Amortização | Saldo em 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Em serviço** | **24.267** | **-** | **882** | **(4.231)** | **20.918** |
| Servidão | 8.787 | - | - | (628) | 8.159 |
| Concessão onerosa | 7.239 | - | - | (679) | 6.560 |
| Outros | 8.241 | - | 882 | (2.924) | 6.199 |
| **Em curso** | **6.448** | **1.776** | **(882)** | **-** | **7.342** |
| Ativos em formação | 6.448 | 1.776 | (882) | - | 7.342 |
| **Total** | **30.715** | **1.776** | **-** | **(4.231)** | **28.260** |

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviços.

| Consolidado | Saldo em 31/12/2017 | Adição | Ativos oriundos de Combinação de Negócios e Reestruturação Societária | Capitalização/ Transferência | Baixa | Amortização | Saldo em 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em serviço** | **23.922** | **-** | **166.869** | **4.924** | **(116)** | **(4.464)** | **191.135** |
| Servidão | 9.461 | - | 298 | - | - | (674) | 9.085 |
| Concessão onerosa | 7.918 | - | - | - | - | (679) | 7.239 |
| Direitos de exploração | - | - | 162.106 | - | - | - | 162.106 |
| Outros | 6.543 | - | 4.465 | 4.924 | (116) | (3.111) | 12.705 |
| **Em Curso** | **8.718** | **2.654** | **-** | **(4.924)** | **-** | **-** | **6.448** |
| Ativos em formação | 8.718 | 2.654 | - | (4.924) | - | - | 6.448 |
| **Total** | **32.640** | **2.654** | **166.869** | **-** | **(116)** | **(4.464)** | **197.583** |

| Controladora | Saldo em 31/12/2017 | Adição | Capitalização/ Transferência | Baixa | Amortização | Saldo em 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em serviço** | **23.922** | **-** | **4.924** | **(115)** | **(4.464)** | **24.267** |
| Servidão | 9.461 | - | - | - | (674) | 8.787 |
| Concessão onerosa | 7.918 | - | - | - | (679) | 7.239 |
| Outros | 6.543 | - | 4.924 | (115) | (3.111) | 8.241 |
| **Em curso** | **8.718** | **2.654** | **(4.924)** | **-** | **-** | **6.448** |
| Ativos em formação | 8.718 | 2.654 | (4.924) | - | - | 6.448 |
| **Total** | **32.640** | **2.654** | **-** | **(115)** | **(4.464)** | **30.715** |

A taxa de amortização média anual da Companhia e de suas controladas é de 19,91%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, direitos de exploração, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

## 18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5, a partir de 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia e suas controladas avaliaram os seus contratos e reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício de 2019 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência a dívidas contratadas pela Companhia e por meio de cotações junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia.

### a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 01/01/2019 | 31/12/2019 | 01/01/2019 |
| Imóveis | 42.260 | 44.823 | 41.903 | 44.735 |
| Veículos | 10.724 | 16.379 | 9.678 | 14.810 |
| | **52.984** | **61.202** | **51.581** | **59.545** |

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

| Consolidado | Imóveis | Veículos | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | - | - | - |
| Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 | 44.823 | 16.379 | 61.202 |
| Adição | 11.396 | 114 | 11.510 |
| Amortização (1) | (10.402) | (5.993) | (16.395) |
| Remensuração (2) | (3.557) | 224 | (3.333) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **42.260** | **10.724** | **52.984** |

| Controladora | Imóveis | Veículos | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | - | - | - |
| Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 | 44.735 | 14.810 | 59.545 |
| Adição | 11.109 | 114 | 11.223 |
| Amortização (1) | (10.384) | (5.470) | (15.854) |
| Remensuração (2) | (3.557) | 224 | (3.333) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **41.903** | **9.678** | **51.581** |

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R$1.261.
(2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

## b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | - | - |
| Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1) | 61.202 | 59.545 |
| Adição | 11.510 | 11.223 |
| Juros incorridos (2) | 7.168 | 7.014 |
| Arrendamentos pagos | (20.401) | (19.796) |
| Juros sobre arrendamentos pagos | (1.087) | (1.054) |
| Remensuração (3) | (3.333) | (3.333) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **55.059** | **53.599** |
| | | |
| **Passivo circulante** | **16.724** | **16.097** |
| **Passivo não circulante** | **38.335** | **37.502** |

(1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da adoção inicial foi de 7,96% a.a., 10,64% a.a. e 13,17% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 2 anos, entre 2 a 5 anos e acima de 5 anos. As taxas aplicadas para os contratos celebrados durante o ano de 2019 foram de 6,87% a.a., 7,33% a.a. e 8,08% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 3 anos, entre 3 a 4 anos e acima de 4 anos. Para determinação da taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou como referência cotações obtidas junto a instituições financeiras, sendo essa função do risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação.
(2) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R$558.
(3) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de PIS/Pasep e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado na tabela a seguir:

| Fluxo de caixa | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | Nominal | Ajustado a valor presente | Nominal | Ajustado a valor presente |
| Contraprestação do arrendamento | 143.940 | 55.059 | 142.144 | 53.599 |
| PIS/Pasep e Cofins potencial | 12.061 | 3.969 | 12.012 | 3.940 |

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

| Vencimento das prestações | Consolidado (Nominal) | Controladora (Nominal) |
|---|---|---|
| 2020 | 17.482 | 16.821 |
| 2021 | 10.174 | 9.513 |
| 2022 | 5.060 | 5.009 |
| 2023 | 5.048 | 5.000 |
| 2024 | 5.044 | 4.998 |
| 2025 a 2045 | 101.132 | 100.803 |
| **Valores não descontados** | **143.940** | **142.144** |
| Juros embutidos | (88.881) | (88.545) |
| **Passivo de arrendamentos** | **55.059** | **53.599** |

## 19. FORNECEDORES

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Suprimento e transporte de energia elétrica | 354.570 | 394.684 | 344.248 | 369.797 |
| Materiais e serviços | 67.742 | 90.042 | 52.069 | 66.317 |
| | **422.312** | **484.726** | **396.317** | **436.114** |

## 20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **Circulante** | | | | |
| ICMS | 15.410 | 18.348 | 11.723 | 13.387 |
| PASEP | 4.371 | 4.884 | 2.973 | 3.885 |
| COFINS | 18.945 | 22.149 | 13.630 | 18.742 |
| INSS | 5.340 | 4.895 | 4.378 | 4.046 |
| ISSQN | 1.893 | 1.752 | 1.430 | 1.369 |
| Outros | 5.289 | 5.636 | 4.874 | 5.024 |
| | **51.248** | **57.664** | **39.008** | **46.453** |
| | | | | |
| **Não circulante** | | | | |
| PASEP | 52 | 628 | 10 | 576 |
| COFINS | 300 | 3.817 | 62 | 3.548 |
| | **352** | **4.445** | **72** | **4.124** |
| | **51.600** | **62.109** | **39.080** | **50.577** |

# 21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

| Financiadores | Vencimento Principal | Encargos Financeiros Anuais | Moedas | Consolidado 2019 | | | Consolidado 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Circulante | Não circulante | Total | |
| **MOEDA ESTRANGEIRA** | | | | | | | |
| KFW | 2019 | 1,78% | EUR | - | - | - | 229 |
| Eurobonds | 2024 | 9,25% | USD | 45.691 | 6.046.051 | 6.091.742 | 5.856.124 |
| (-) Custos de transação | | | | - | (18.656) | (18.656) | (21.319) |
| (+/-) Recursos antecipados (1) | | | | - | (30.040) | (30.040) | (34.269) |
| **Dívida em moeda estrangeira** | | | | **45.691** | **5.997.355** | **6.043.046** | **5.800.765** |
| | | | | | | | |
| **MOEDA NACIONAL** | | | | | | | |
| Consórcio Pipoca | 2020 | IPCA | R$ | 185 | - | 185 | 185 |
| Caixa Econômica Federal (2) | 2021 | TJLP + 2,50% | R$ | 60.516 | - | 60.516 | 55.576 |
| Caixa Econômica Federal (3) | 2022 | TJLP + 2,50% | R$ | 117.710 | - | 117.710 | 107.791 |
| **Dívida em moeda nacional** | | | | **178.411** | **-** | **178.411** | **163.552** |
| **Total de empréstimos e financiamentos** | | | | **224.102** | **5.997.355** | **6.221.457** | **5.964.317** |
| | | | | | | | |
| Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série | 2019 | IPCA + 6,00% | R$ | - | - | - | 156.361 |
| Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série | 2022 | IPCA + 6,20% | R$ | 396.330 | 691.659 | 1.087.989 | 1.049.331 |
| Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série | 2020 | IPCA + 8,07% | R$ | 17.292 | - | 17.292 | 33.322 |
| Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (4) | 2021 | 140,00% do CDI | R$ | 289.381 | 288.686 | 578.067 | 1.022.646 |
| (-) Custos de transação | | | | (9.007) | (9.015) | (18.022) | (27.065) |
| **Total de debêntures** | | | | **693.996** | **971.330** | **1.665.326** | **2.234.595** |
| **Total geral** | | | | **918.098** | **6.968.685** | **7.886.783** | **8.198.912** |

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
(2) Central Eólica Praias de Parajuru.
(3) Central Eólica Volta do Rio.
(4) Em 24 de julho de 2019, a Companhia realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

| Financiadores | Vencimento Principal | Encargos Financeiros Anuais | Moedas | Controladora 2019 | | | Controladora 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Circulante | Não circulante | Total | |
| **MOEDA ESTRANGEIRA** | | | | | | | |
| KFW | 2019 | 1,78% | EUR | - | - | - | 229 |
| Eurobonds | 2024 | 9,25% | USD | 45.691 | 6.046.051 | 6.091.742 | 5.856.124 |
| (-) Custos de transação | | | | - | (18.656) | (18.656) | (21.319) |
| (+/-) Recursos antecipados (1) | | | | - | (30.040) | (30.040) | (34.269) |
| **Dívida em moeda estrangeira** | | | | **45.691** | **5.997.355** | **6.043.046** | **5.800.765** |
| | | | | | | | |
| **MOEDA NACIONAL** | | | | | | | |
| Consórcio Pipoca | 2020 | IPCA | R$ | 185 | - | 185 | 185 |
| **Dívida em moeda nacional** | | | | **185** | **-** | **185** | 185 |
| **Total de empréstimos e financiamentos** | | | | **45.876** | **5.997.355** | **6.043.231** | **5.800.950** |
| | | | | | | | |
| Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série | 2019 | IPCA + 6,00% | R$ | - | - | - | 156.361 |
| Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série | 2022 | IPCA + 6,20% | R$ | 396.330 | 691.659 | 1.087.989 | 1.049.331 |
| Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série | 2020 | IPCA + 8,07% | R$ | 17.292 | - | 17.292 | 33.322 |
| Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2) | 2021 | 140,00% do CDI | R$ | 289.381 | 288.686 | 578.067 | 1.022.646 |
| (-) Custos de transação | | | | (9.007) | (9.015) | (18.022) | (27.065) |
| **Total de debêntures** | | | | **693.996** | **971.330** | **1.665.326** | **2.234.595** |
| **Total geral** | | | | **739.872** | **6.968.685** | **7.708.557** | **8.035.545** |

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
(2) Em 24 de julho de 2019, a Companhia realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R$50 milhões (“*cross default*”).

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

| Consolidado | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Moedas** | | | | | | |
| Dólar Norte Americano | 45.691 | - | - | - | 6.046.051 | 6.091.742 |
| **Total por moedas** | **45.691** | **-** | **-** | **-** | **6.046.051** | **6.091.742** |
| **Indexadores** | | | | | | |
| IPCA (1) | 413.807 | 340.668 | 350.991 | - | - | 1.105.466 |
| CDI (2) | 289.381 | 288.686 | - | - | - | 578.067 |
| TJLP (3) | 178.226 | - | - | - | - | 178.226 |
| **Total por indexadores** | **881.414** | **629.354** | **350.991** | **-** | **-** | **1.861.759** |
| (-) Custos de transação | (9.007) | (8.991) | (24) | - | (18.656) | (36.678) |
| (+/-) Recursos antecipados | - | - | - | - | (30.040) | (30.040) |
| **Total geral** | **918.098** | **620.363** | **350.967** | **-** | **5.997.355** | **7.886.783** |

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA
(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI
(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

| Controladora | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Moedas** | | | | | | |
| Dólar Norte Americano | 45.691 | - | - | - | 6.046.051 | 6.091.742 |
| **Total por moedas** | **45.691** | **-** | **-** | **-** | **6.046.051** | **6.091.742** |
| **Indexadores** | | | | | | |
| IPCA (1) | 413.807 | 340.668 | 350.991 | - | - | 1.105.466 |
| CDI (2) | 289.381 | 288.686 | - | - | - | 578.067 |
| **Total por indexadores** | **703.188** | **629.354** | **350.991** | **-** | **-** | **1.683.533** |
| (-) Custos de transação | (9.007) | (8.991) | (24) | - | (18.656) | (36.678) |
| (+/-) Recursos antecipados | - | - | - | - | (30.040) | (30.040) |
| **Total geral** | **739.872** | **620.363** | **350.967** | **-** | **5.997.355** | **7.708.557** |

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA
(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

| Moeda | Variação Acumulada em 2019 % | Variação Acumulada em 2018 % | Indexador | Variação Acumulada em 2019 % | Variação Acumulada em 2018 % |
|---|---|---|---|---|---|
| Dólar Norte-Americano | 4,02 | 17,13 | IPCA | 4,31 | 3,75 |
| | | | CDI | 5,97 | 6,40 |
| | | | TJLP | (20,20) | (0,29) |

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | **8.198.912** | **8.035.545** |
| Variação monetária | 50.969 | 38.289 |
| Variação cambial | 233.846 | 233.846 |
| Encargos financeiros provisionados | 804.721 | 802.542 |
| Amortização dos custos de transação | 11.706 | 11.706 |
| Encargos financeiros pagos | (803.307) | (803.307) |
| Amortização de principal | (610.064) | (610.064) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **7.886.783** | **7.708.557** |

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | **8.320.163** | **8.323.098** |
| Passivos oriundos de combinação de negócios (1) | 163.367 | - |
| Captações | 1.946.269 | 1.946.269 |
| Custos de transação | (7.876) | (7.876) |
| Recursos antecipados | 9.625 | 9.625 |
| **Captações líquidas** | **1.948.018** | **1.948.018** |
| Variação monetária | 43.924 | 43.924 |
| Variação cambial | 579.609 | 579.609 |
| Encargos financeiros provisionados | 848.586 | 848.586 |
| Amortização dos custos de transação | 19.718 | 19.718 |
| Encargos financeiros pagos | (856.547) | (856.547) |
| Amortização de principal | (2.880.331) | (2.880.331) |
| **Subtotal** | **8.186.507** | **8.026.075** |
| (+) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia | 12.405 | 9.470 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **8.198.912** | **8.035.545** |

(1) Refere-se a saldo de empréstimos das Eólicas Volta do Rio e Praias de Parajuru, decorrente da operação de descruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp.

## Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido da seguinte forma:

| | 2019 |
|---|---|
| Aval e Fiança | 7.148.424 |
| Recebíveis | 178.226 |
| Ações | 560.133 |
| **TOTAL** | **7.886.783** |

## Cláusulas Contratuais Restritivas – "*Covenants*"

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas ("*Covenants*") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

| Título | Descrição da Cláusula Restritiva | Índice Requerido Cemig GT | Índice Requerido Cemig (garantidora) | Índice Requerido Parajuru e Volta do Rio | Exigibilidade de cumprimento |
|---|---|---|---|---|---|
| 7ª emissão de debêntures (1) | Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos) | Manter índice igual ou inferior a:<br>4,5 em 2019<br>3,0 em 2020<br>2,5 em 2021 | Manter índice igual ou inferior a:<br>3,5 em 2019<br>3,0 em 2020<br>2,5 em 2021 | - | Semestral e anual |
| Eurobonds (2) | Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant | Manter índice igual ou inferior a:<br>4,5 em 31/12/2019<br>4,5 em 30/06/2020<br>3,0 em 31/12/2020<br>3,0 em 30/06/2021<br>2,5 em 31/12/2021 em diante | Manter índice igual ou inferior a:<br>3,5 em 31/12/2019<br>3,5 em 30/06/2020<br>3,0 em 31/12/2020<br>3,0 em 30/06/2021<br>3,0 em 31/12/2021 em diante | - | Semestral e anual |
| Financiamento Caixa Econômica Federal<br><br>Parajuru e Volta do Rio (3) | Índice de Cobertura do Serviço da Dívida | - | - | Manter Índice igual ou superior a 1,20 | Anual (durante o período de amortização) |
| | Patrimônio Líquido/Passivo Total | - | - | Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio) | Permanente |
| | Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado | - | - | Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio) | Permanente |

(1) 7ª emissão de debêntures da Companhia, em dezembro de 2016, no montante de R$2.240 milhões.
(2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2,00% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* "de manutenção" de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* "de incorrência" de dívida com garantia real na Companhia em relação ao EBITDA de 1,5x.
(3) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem *Covenants* Financeiros com exibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de agosto de 2020.

As cláusulas restritivas permanecem em conformidade em 31 de dezembro de 2019, com exceção do descumprimento de *"Covenant"* não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Desta forma, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o montante de R$178.226, referente aos empréstimos dessas controladas, que originalmente estavam classificados no passivo não circulante, exclusivamente, para atendimento ao requerimento do item 69 do CPC 26 (R1). Adicionalmente, a Companhia avaliou os possíveis desdobramentos desse assunto nos seus demais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que não seriam necessários ajustes adicionais.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "*swap*") contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 30.

## 22. ENCARGOS REGULATÓRIOS

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **Passivo** | | | | |
| Reserva global de reversão – RGR | 5.949 | 4.523 | 3.100 | 1.996 |
| Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – Cfurh | 9.767 | 5.804 | 6.951 | 3.737 |
| Conta de desenvolvimento energético – CDE | 58.327 | 38.346 | 58.327 | 38.346 |
| Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE | 999 | 851 | 809 | 686 |
| Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa | 8.353 | 6.631 | 8.353 | 6.631 |
| Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT | 1.503 | 1.668 | 1.106 | 1.187 |
| Pesquisa e desenvolvimento – P&D | 128.248 | 139.986 | 118.283 | 132.348 |
| Pesquisa expansão sistema energético | 937 | 997 | 692 | 732 |
| | **214.083** | **198.806** | **197.621** | **185.663** |
| | | | | |
| **Passivo circulante** | **168.785** | **139.457** | **157.638** | **131.615** |
| **Passivo não circulante** | **45.298** | **59.349** | **39.983** | **54.048** |

## 23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

**Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)**

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários ("Plano B") – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A tem a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os empregados e aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

**Obrigações atuariais reconhecidas nas Demonstrações Financeiras**

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico IAS 19/CPC 33 R1 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2019.

**Dívida pactuada com o fundo de Pensão - Forluz**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R$128.172 (R$147.540 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

**Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da Forluz**

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2019, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência dos déficits de 2015, 2016 e 2017 apurados no Plano A é de R$124.499 (R$85.417 em 31 de dezembro de 2018 referente aos déficits de 2015 e 2016). A celebração dos contratos ocorreu em maio de 2017, março de 2018 e abril de 2019 para dos déficits de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, e até 2033 para o déficit de 2017. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

## Informações atuariais

| 2019 | Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados | Plano de Saúde | Plano Odontológico | Seguro de Vida | Total Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|
| Valor presente das obrigações | 2.976.005 | 672.996 | 12.850 | 125.801 | 3.787.652 |
| Valor justo dos ativos do plano | (2.367.313) | - | - | - | (2.367.313) |
| **Passivo líquido inicial** | **608.692** | **672.996** | **12.850** | **125.801** | **1.420.339** |
| Ajuste ao teto de ativo (*asset ceiling*) | 14.548 | | | | 14.548 |
| **Passivo líquido no balanço patrimonial** | **623.240** | **672.996** | **12.850** | **125.801** | **1.434.887** |

| 2018 | Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados | Plano de Saúde | Plano Odontológico | Seguro de Vida | Total Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|
| Valor presente das obrigações | 2.483.291 | 515.889 | 10.374 | 94.372 | 3.103.926 |
| Valor justo dos ativos do plano | (2.071.598) | - | - | - | (2.071.598) |
| **Passivo líquido inicial** | **411.693** | **515.889** | **10.374** | **94.372** | **1.032.328** |
| Ajuste ao teto de ativo (*asset ceiling*) | 44.518 | - | - | - | 44.518 |
| **Passivo líquido no balanço patrimonial** | **456.211** | **515.889** | **10.374** | **94.372** | **1.076.846** |

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

| Consolidado e Controladora | Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria | Plano de Saúde | Plano Odontológico | Seguro de Vida | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2017** | **2.362.784** | **398.630** | **8.441** | **61.558** | **2.831.413** |
| Custo do serviço corrente | 1.009 | 2.259 | 56 | 335 | 3.659 |
| Juros sobre a obrigação atuarial | 215.130 | 37.916 | 784 | 5.799 | 259.629 |
| **Perdas (ganhos) atuariais:** | | | | | |
| Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras | 106.575 | 87.318 | 1.759 | 5.806 | 201.458 |
| Decorrentes de ajustes com base na experiência | (9.038) | 16.154 | (115) | 23.110 | 30.111 |
| | 97.537 | 103.472 | 1.644 | 28.916 | 231.569 |
| Benefícios pagos | (193.169) | (26.388) | (551) | (2.236) | (222.344) |
| **Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018** | **2.483.291** | **515.889** | **10.374** | **94.372** | **3.103.926** |
| Custo do serviço corrente | 231 | 3.196 | 76 | 582 | 4.085 |
| Juros sobre a obrigação atuarial | 216.300 | 45.814 | 921 | 8.475 | 271.510 |
| **Perdas (ganhos) atuariais:** | | | | | |
| **Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas** | 1.581 | 58 | 3 | 32 | 1674 |
| Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras | 470.267 | 123.699 | 2.390 | 28.000 | 624.356 |
| Decorrentes de ajustes com base na experiência | (328) | 13.410 | (322) | (3.227) | 9.533 |
| | **471.520** | **137.167** | **2.071** | **24.805** | **635.563** |
| Benefícios pagos | (195.337) | (29.070) | (592) | (2.433) | (227.432) |
| **Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019** | **2.976.005** | **672.996** | **12.850** | **125.801** | **3.787.652** |

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

| Consolidado e Controladora | Plano de pensão e suplementação de aposentadoria |
|---|---|
| **Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017** | **1.946.151** |
| Retorno real dos investimentos | 278.441 |
| Contribuições do empregador | 40.175 |
| Benefícios pagos | (193.169) |
| **Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018** | **2.071.598** |
| Retorno real dos investimentos | 445.920 |
| Contribuições do empregador | 45.132 |
| Benefícios pagos | (195.337) |
| **Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019** | **2.367.313** |

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2019 e 2018 são como segue:

| Consolidado e Controladora | Plano de pensão e suplementação de aposentadoria | Plano de saúde | Plano odontológico | Seguro de vida | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Custo do serviço corrente | 231 | 3.196 | 76 | 582 | 4.085 |
| Juros sobre a obrigação atuarial | 216.300 | 45.814 | 921 | 8.475 | 271.510 |
| Rendimento sobre os ativos do plano | (175.137) | - | - | - | (175.137) |
| **Despesa total em 2019 conforme cálculo atuarial** | **41.394** | **49.010** | **997** | **9.057** | **100.458** |

| Consolidado e Controladora | Plano de pensão e suplementação de aposentadoria | Plano de saúde | Plano odontológico | Seguro de vida | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Custo do serviço corrente | 1.009 | 2.259 | 56 | 335 | 3.659 |
| Juros sobre a obrigação atuarial | 215.130 | 37.916 | 784 | 5.799 | 259.629 |
| Rendimento sobre os ativos do plano | (175.541) | - | - | - | (175.541) |
| **Despesa total em 2018 conforme cálculo atuarial** | **40.598** | **40.175** | **840** | **6.134** | **87.747** |

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

| Consolidado e Controladora | Plano de pensão e suplementação de aposentadoria | Plano de saúde | Plano odontológico | Seguro de vida | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017** | **435.902** | **398.630** | **8.441** | **61.558** | **904.531** |
| Despesa reconhecida no resultado | 40.598 | 40.175 | 840 | 6.134 | 87.747 |
| Contribuições pagas | (40.175) | (26.388) | (551) | (2.236) | (69.350) |
| Perdas atuariais (1) | 19.886 | 103.472 | 1.644 | 28.916 | 153.918 |
| **Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018** | **456.211** | **515.889** | **10.374** | **94.372** | **1.076.846** |
| Despesa reconhecida no resultado | 41.394 | 49.010 | 997 | 9.057 | 100.458 |
| Contribuições pagas | (45.132) | (29.070) | (592) | (2.433) | (77.227) |
| Perdas atuariais (1) | 170.767 | 137.167 | 2.071 | 24.805 | 334.810 |
| **Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019** | **623.240** | **672.996** | **12.850** | **125.801** | **1.434.887** |

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Passivo circulante** | **62.550** | **57.052** |
| **Passivo não circulante** | **1.372.337** | **1.019.794** |

(1) Reconhecidas diretamente no resultado abrangente.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R$87.765 (R$72.335 em 2018), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R$12.693 (R$15.412 em 2018).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2020 é como segue:

| Consolidado | Plano de pensão e suplementação de aposentadoria | Plano de saúde | Plano odontológico | Seguro de vida | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Custo do serviço corrente | 481 | 5.010 | 121 | 897 | 6.509 |
| Juros sobre a obrigação atuarial | 199.016 | 46.644 | 895 | 8.916 | 255.471 |
| Rendimento esperado sobre os ativos do plano | (156.177) | - | - | - | (156.177) |
| **Estimativa da despesa total em 2020 conforme cálculo atuarial** | **43.320** | **51.654** | **1.016** | **9.813** | **105.803** |

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2020 é como segue:

| Consolidado | Plano de pensão e suplementação de aposentadoria | Plano de saúde | Plano odontológico | Seguro de vida | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Estimativa de pagamento de benefícios** | **194.913** | **30.994** | **574** | **3.835** | **230.316** |

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2020 no montante de R$64.626 para amortização de *déficit* do Plano A e R$21.257 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

| Plano de pensão e suplementação de aposentadoria | | Plano de saúde | Plano odontológico | Seguro de vida |
|---|---|---|---|---|
| Plano A | Plano B | | | |
| **9,54** | **11,55** | **12,82** | **13,17** | **16,93** |

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

| Consolidado | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Ações | 9,51% | 7,11% |
| Títulos de renda fixa | 72,28% | 71,92% |
| Imóveis | 3,79% | 4,69% |
| Outros | 14,42% | 16,28% |
| **Total** | **100,00%** | **100,00%** |

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

| Consolidado | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia | 203.313 | 192.335 |
| Imóveis da Forluz ocupados pela Companhia | 135.935 | 192.101 |
| | **339.248** | **384.436** |

As principais premissas atuariais são conforme segue:

| | 2019 | | | 2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Plano de pensão e suplementação de aposentadoria | Plano de Saúde e Odontológico | Seguro de vida | Plano de pensão e suplementação de aposentadoria | Plano de saúde e odontológico | Seguro de vida |
| Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial | 6,87% | 7,09% | 7,19% | 9,02% | 9,13% | 9,16% |
| Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano | 6,87% | Não aplicável | Não aplicável | 9,02% | Não aplicável | Não aplicável |
| Taxa anual de inflação de longo prazo | 3,61% | 3,61% | 3,61% | 4,01% | 4,01% | 4,01% |
| Índice anual estimado de aumentos salariais futuros | 3,61% | Não aplicável | 4,85% | 4,01% | Não aplicável | 5,26% |
| Tábua biométrica de mortalidade geral | AT-2000 M S10% D10% | AT-2000 M S10% D20% | AT-2000 M S10% D20% | AT-2000 M S10% D10% | AT-2000 M S10% D20% | AT-2000 M S10% D20% |
| Tábua biométrica de entrada de invalidez | Não aplicável | Álvaro Vindas D30% | Álvaro Vindas D30% | Não aplicável | Álvaro Vindas D30% | Álvaro Vindas D30% |
| Tábua biométrica de mortalidade de inválidos | AT-49 M | MI-85 F | MI-85 F | AT 49 M | Winklevoss D30% | Winklevoss D30% |
| Crescimento real das contribuições acima da inflação (1) | - | 1,00% | - | - | 1,00% | - |

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1,00% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019:

| Efeitos na obrigação de benefício definido | Plano de pensão e suplementação de aposentadoria | Plano de Saúde | Plano Odontológico | Seguro de Vida | Total Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|
| Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano | 72.518 | 18.415 | 287 | (3.378) | **87.842** |
| Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano | (72.896) | (13.243) | (289) | 3.601 | **(82.827)** |
| Decréscimo de 1,00% na taxa de desconto | 363.460 | 106.511 | 2.109 | 26.108 | **498.188** |

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

## 24. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

### Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

| Consolidado | 2018 | Adições | Reversões | Liquidações | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Trabalhistas | 54.901 | 29.965 | (2.537) | (13.286) | 69.043 |
| Cíveis | 168 | 144 | - | (130) | 182 |
| Tributárias | 2.874 | 284.290 | (724) | (500) | 285.940 |
| Regulatórias | 2.521 | 1.781 | - | (1.298) | 3.004 |
| Ambientais | 48 | 6 | - | - | 54 |
| Outras | 38.196 | 5.146 | (665) | (443) | 42.234 |
| **Total** | **98.708** | **321.332** | **(3.926)** | **(15.657)** | **400.457** |

| Controladora | 2018 | Adições | Reversões | Liquidações | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Trabalhistas | 54.035 | 29.965 | (1.670) | (13.286) | 69.044 |
| Cíveis | 168 | 144 | - | (130) | 182 |
| Tributárias | 2.874 | 284.253 | (724) | (500) | 285.903 |
| Regulatórias | 2.521 | 1.781 | - | (1.298) | 3.004 |
| Outras | 38.195 | 4.983 | (665) | (441) | 42.072 |
| **Total** | **97.793** | **321.126** | **(3.059)** | **(15.655)** | **400.205** |

| Consolidado | 2017 | Passivos oriundos de reestruturação societária (1) | Adições | Reversões | Liquidações | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Trabalhistas | 48.964 | 842 | 17.016 | (15) | (11.906) | 54.901 |
| Cíveis | 251 | - | 44 | (83) | (44) | 168 |
| Tributárias | 9.046 | - | 71 | (6.179) | (64) | 2.874 |
| Regulatórias | 2.206 | - | 330 | - | (15) | 2.521 |
| Ambientais | - | 47 | 28 | - | (27) | 48 |
| Outras | 35.843 | - | 4.725 | (1.875) | (497) | 38.196 |
| **Total** | **96.310** | **889** | **22.214** | **(8.152)** | **(12.553)** | **98.708** |

(1) Refere-se aos saldos transferidos em decorrência da reestruturação societária de subsidiárias integrais de geração e comercialização de energia elétrica da controladora Cemig para a Companhia.

| Controladora | 2017 | Adições | Reversões | Liquidações | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| Trabalhistas | 48.948 | 16.993 | - | (11.906) | 54.035 |
| Cíveis | 251 | 44 | (83) | (44) | 168 |
| Tributárias | 9.046 | 71 | (6.179) | (64) | 2.874 |
| Regulatórias | 2.206 | 330 | - | (15) | 2.521 |
| Ambientais | - | 27 | - | (27) | - |
| Outras | 35.843 | 4.721 | (1.875) | (494) | 38.195 |
| **Total** | **96.294** | **22.186** | **(8.137)** | **(12.550)** | **97.793** |

A Administração da Companhia e suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

**Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível**

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à

terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante da contingência é de, aproximadamente, R$163.224 (R$164.362 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$68.007 foram provisionados (R$54.901 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

*Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas*

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de setembro de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R$7.163 (R$5.072 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$1.036 foram provisionados, mediante avaliação da Companhia dos efeitos da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), em maio de 2019, acerca do acórdão publicado pelo TST, nos processos classificados com probabilidade de perda provável que se encontram em fase de execução. Nenhuma provisão adicional foi constituída, uma vez que a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou a probabilidade de perda do mérito como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Tributárias

*Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R$341.988 (R$298.602 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$283.861 foram provisionados em 2019, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

*Demais Ações tributárias*

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$61.482 (R$36.391 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$2.079 (R$2.874 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$31.302 (R$21.146 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$3.004 (R$2.521 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$148.475 (R$139.844 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R$42.470 foram provisionados (R$38.412 em 31 de dezembro de 2018). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito à prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros e às relações de consumo.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial**

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

*Indenização do anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R$28.716, que atualizado representa o valor de R$66.483 (R$64.786 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R$68.137 (R$71.554 em 31 de dezembro de 2018) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

*Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxilio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$17.747 (R$31.788 em 31 de dezembro de 2018). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

*Não homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R$80.249 (R$76.209 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

*Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$83.344 (R$74.572 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

*Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)*

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R$343.469 (R$317.460 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

*Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética*

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Em junho de 2019 o processo foi baixado, tendo em vista que a ação anulatória proposta pela autora APINE transitou em julgado, tornando definitivo e irreversível o provimento jurisdicional que declarou a nulidade da Resolução CNPE nº 3/2013, na parte em que inclui os agentes de geração no rateio do custo do despacho adicional de usina para garantir o suprimento energético, mantendo-se definitivamente intacta a sistemática da Resolução CNPE nº 8/2007.

Questões Ambientais

*Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas*

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Civis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,50% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF) e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, sendo a decisão final de competência do STJ e do STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R$165.299 (R$147.636 em 31 de dezembro de 2018).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R$95.215 (R$87.159 em 31 de dezembro de 2018).

*Outras Questões Ambientais*

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R$42.799 (R$10.738 em 31 de dezembro de 2018), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

## 25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Capital Social da Companhia é de R$2.600.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

**Adiantamento para Futuro Aumento de Capital**

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Considerando que, em 31 de dezembro de 2019, as reservas de lucros, exceto as reservas de incentivos fiscais, excedem o capital social em R$113.360, o Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a proposta de aumento do capital social no montante R$1.400.000, conforme Art. 199 da Lei das Sociedades Anonimas de 1976 - Lei 6.404/76.

Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros é como segue:

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Reservas de lucros** | | |
| Reserva legal | 212.023 | 170.269 |
| Reserva de incentivos fiscais – Sudene | 43.850 | 45.016 |
| Reserva de retenção de lucros para garantir a execução do programa de investimentos | 2.501.337 | 2.147.329 |
| | **2.757.210** | **2.362.614** |

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 835.078 | 590.783 |
| Reserva legal – 5,00% | 5,00% | 5,00% |
| Reserva legal constituída | 41.754 | 29.539 |

Reserva de Retenção de Lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de Incentivos Fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. A Companhia não apurou lucro da exploração no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que 50% do lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios ao acionista único da Companhia.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

Em 16 de dezembro de 2019, a Diretoria Executiva deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2019 no montante de R$270.000. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R$91.800, reconhecidos no resultado do exercício de 2019.

O cálculo dos dividendos para os exercícios de 2019 e 2018 é conforme segue:

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Dividendos obrigatórios** | | |
| Lucro líquido do exercício | 835.078 | 590.783 |
| | | |
| Dividendo obrigatório – 50% do lucro líquido | 417.539 | 295.392 |
| Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio | 40.500 | 7.500 |
| | **458.039** | **302.892** |
| **Dividendos declarados** | | |
| Juros sobre capital próprio | 270.000 | 50.000 |
| Dividendos estatutários | 188.039 | 252.892 |
| | **458.039** | **302.892** |
| **Dividendos por ação** | | |
| Dividendos obrigatórios (em R$) | **0,1581** | **0,1046** |

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **660.068** | **659.622** |
| Proposta dividendos | 188.039 | 188.039 |
| Declaração de juros sobre capital próprio | 270.000 | 270.000 |
| IRRF sobre juros sobre capital próprio | (40.500) | (40.500) |
| Pagamento | (295.838) | (295.392) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **781.769** | **781.769** |

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | **564.230** | **564.230** |
| Proposta dividendos | 252.892 | 252.892 |
| Declaração de juros sobre o capital próprio | 50.000 | 50.000 |
| IRRF sobre juros sobre o capital próprio | (7.500) | (7.500) |
| Pagamento | (213.574) | (200.000) |
| Saldo de dividendos oriundos de combinação de negócios | 446 | - |
| Saldo dividendos oriundos de reorganização societária | 13.574 | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **660.068** | **659.622** |

Destinação do Resultado de 2019 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada até o dia 30 de abril de 2020, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2019, no montante de R$835.078, do saldo de realização do custo atribuído de Imobilizado no montante de R$17.557 e do saldo referente à reversão da reserva de incentivos fiscais relativo a exercícios anteriores, no montante de R$1.166.

- R$41.754 sejam destinados para constituição de Reserva Legal;
- R$270.000 para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio;
- R$188.039 sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.
- R$354.008 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

Lucro por ação – básico e diluído

O lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Quantidade de ações | 2.896.785.358 | 2.896.785.358 |
| Lucro do exercício | 835.078 | 590.783 |
| Lucro por ação – básico e diluído (em R$) | **0,2883** | **0,2039** |

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 30 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

Ajustes de avaliação patrimonial

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados | (627.666) | (406.692) |
| Custo atribuído de imobilizado | 406.657 | 424.214 |
| **Ajustes de avaliação patrimonial** | **(221.009)** | **17.522** |

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem nos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

## 26. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecida em bases mensais na medida em que ocorre: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a) | 7.037.448 | 6.858.482 | 6.301.190 | 6.378.659 |
| Receita de concessão da transmissão – com impostos (b) | 702.766 | 589.055 | 706.998 | 592.859 |
| Receita de atualização da bonificação pela outorga (c) | 318.267 | 321.425 | - | - |
| Receita de construção (d) | 220.390 | 95.712 | 220.390 | 95.712 |
| Transações com energia na CCEE (e) | 438.555 | 185.469 | 393.667 | 147.106 |
| Receita de indenização da transmissão (f) | 155.013 | 250.375 | 155.013 | 250.375 |
| Receita de indenização da geração | - | 55.332 | - | 55.332 |
| Ressarcimentos contratuais | 64.640 | 60.341 | 64.640 | 60.341 |
| Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins (nota 10) | 413.616 | - | 397.301 | - |
| Outras receitas operacionais (g) | 182.038 | 68.036 | 80.310 | 79.887 |
| Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (h) | (1.809.013) | (1.609.990) | (1.630.235) | (1.485.542) |
| | **7.723.720** | **6.874.237** | **6.689.274** | **6.174.729** |

### (a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

| | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2019 | | 2018 | | 2019 | | 2018 | |
| | MWh (1) | R$ | MWh (1) | R$ | MWh (1) | R$ | MWh (1) | R$ |
| Industrial | 13.641.330 | 3.181.501 | 15.100.812 | 3.245.245 | 12.114.558 | 2.928.232 | 13.399.018 | 3.004.036 |
| Comercial | 4.352.948 | 891.284 | 3.190.021 | 707.999 | 4.321.651 | 879.067 | 3.158.567 | 706.940 |
| Rural | 3.215 | 844 | 1.343 | 331 | 3.215 | 844 | 1.343 | 331 |
| **Subtotal** | **17.997.493** | **4.073.629** | **18.292.176** | **3.953.575** | **16.439.424** | **3.808.143** | **16.558.928** | **3.711.307** |
| Fornec. não faturado, líquido | - | 16.058 | - | 1.160 | - | 20.000 | - | 2.500 |
| | **17.997.493** | **4.089.687** | **18.292.176** | **3.954.735** | **16.439.424** | **3.828.143** | **16.558.928** | **3.713.807** |
| Suprim. outras concessionárias (2) | 11.578.115 | 3.014.654 | 12.121.762 | 2.907.757 | 11.158.662 | 2.546.543 | 11.858.718 | 2.670.074 |
| Suprimento não faturado líquido | - | (66.893) | - | (4.010) | | (73.496) | - | (5.222) |
| | **29.575.608** | **7.037.448** | **30.413.938** | **6.858.482** | **27.598.086** | **6.301.190** | **28.417.646** | **6.378.659** |

(1) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes.
(2) Inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

### (b) Receita de Concessão da Transmissão

A Receita de Concessão da Transmissão corresponde à parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção (O&M) da rede de linhas de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo de contrato, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R$14.389 em 2019 (R$12.934 em 2018).

A Companhia está sujeita à penalidade pecuniária denominada Parcela Variável – PV, a qual é aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. Essa penalidade é reconhecida como redução da receita de operação e manutenção da rede de transmissão no período em que ocorre. Os efeitos da Parcela Variável na receita de transmissão foram de R$8.842 em 2019 (R$11.497 em 2018).

**(c) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga**

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

**(d) Receita de Construção**

Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos da infraestrutura. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

**(e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**

Corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

**(f) Receita de Indenização de Transmissão**

Em 2019, a Companhia reconheceu receita no valor total de R$155.013 (R$250.375 em 2018) correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber.

Mais detalhes vide notas explicativas nº 13 e 14 destas demonstrações financeiras.

**(g) Outras receitas operacionais**

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Prestação de serviços | 160.623 | 43.057 | 58.896 | 54.908 |
| Subvenções | 17.563 | 18.888 | 17.563 | 18.888 |
| Aluguel e arrendamentos | 2.196 | - | 2.196 | - |
| Outras receitas | 1.656 | 6.091 | 1.655 | 6.091 |
| | **182.038** | **68.036** | **80.310** | **79.887** |

### (h) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **Tributos sobre a Receita** | | | | |
| ICMS | 640.278 | 556.966 | 570.238 | 511.805 |
| COFINS | 633.384 | 623.766 | 568.481 | 571.536 |
| PIS-PASEP | 138.665 | 135.415 | 123.420 | 124.082 |
| ISSQN | 6.768 | 2.786 | 2.660 | 2.484 |
| | **1.419.095** | **1.318.933** | **1.264.799** | **1.209.907** |
| **Encargos do Consumidor** | | | | |
| Reserva Global de Reversão – RGR | 16.007 | 17.238 | 13.840 | 17.064 |
| Conta de desenvolvimento energético – CDE | 235.037 | 153.006 | 235.037 | 153.006 |
| Proinfa | 52.042 | 39.971 | 52.042 | 39.971 |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | 13.228 | 12.057 | 10.267 | 9.506 |
| Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT | 13.228 | 12.057 | 10.267 | 9.506 |
| Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE | 6.614 | 6.028 | 5.133 | 4.753 |
| Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE | 10.753 | 8.587 | 8.501 | 6.885 |
| Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH | 43.009 | 42.113 | 30.349 | 34.944 |
| | **389.918** | **291.057** | **365.436** | **275.635** |
| | **1.809.013** | **1.609.990** | **1.630.235** | **1.485.542** |

## 27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Pessoal (a) | 321.745 | 332.119 | 302.199 | 306.221 |
| Participação dos empregados no resultado | 62.726 | 16.817 | 62.528 | 16.794 |
| Obrigações pós-emprego | 87.765 | 72.335 | 87.765 | 72.335 |
| Materiais | 22.944 | 43.102 | 15.704 | 40.070 |
| Serviços de terceiros (b) | 169.523 | 148.108 | 128.928 | 125.734 |
| Depreciação e amortização | 215.522 | 148.756 | 157.541 | 146.194 |
| Provisões (c) | 1.110.196 | 117.442 | 1.080.026 | 124.920 |
| Encargos de uso da rede básica de transmissão | 189.901 | 213.698 | 137.186 | 176.403 |
| Energia elétrica comprada para revenda (d) | 3.841.262 | 3.853.066 | 3.780.346 | 3.764.279 |
| Custo de construção de infraestrutura de transmissão (e) | 220.390 | 95.712 | 220.390 | 95.712 |
| Outros custos e despesas operacionais líquidos (f) | 194.576 | 80.665 | 147.281 | 77.417 |
| | **6.436.550** | **5.121.820** | **6.119.894** | **4.946.079** |

### a) Despesas com Pessoal

#### Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) - 2019

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na Companhia até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, sem previsão de pagamento de prêmio adicional.

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 1º a 10 de abril de 2019 e alteração dos requisitos para tanto, mantendo-se as mesmas condições financeiras.

O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2019 incluindo as verbas rescisórias foi de R$17.502, correspondente à adesão total de 120 empregados, sendo R$11.648 reconhecidos no resultado do exercício de 2018 (78 empregados) e R$5.854 reconhecidos em 2019 (42 empregados).

## b) Serviços de Terceiros

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Comunicação | 3.845 | 3.235 | 3.169 | 3.093 |
| Manutenção e conservação de instalações e equip. elétricos | 41.954 | 25.836 | 23.028 | 18.891 |
| Conservação e limpeza de prédios | 27.142 | 28.921 | 21.136 | 23.231 |
| Mão de obra contratada | 1.875 | 7.948 | 1.815 | 7.936 |
| Fretes e passagens | 2.464 | 2.379 | 2.461 | 2.374 |
| Hospedagem e alimentação | 3.587 | 3.036 | 3.565 | 3.006 |
| Vigilância | 8.234 | 10.049 | 5.345 | 7.882 |
| Consultoria | 5.462 | 1.829 | 4.998 | 1.825 |
| Manutenção e conservação de móveis e utensílios | 1.036 | 988 | 857 | 908 |
| Tecnologia da informação | 12.416 | 12.726 | 10.595 | 10.436 |
| Manutenção e conservação de veículos | 455 | 387 | 389 | 342 |
| Energia elétrica | 3.918 | 4.680 | 3.289 | 4.238 |
| Meio ambiente | 12.397 | 10.141 | 8.740 | 8.050 |
| Limpeza de faixas | 3.858 | 4.040 | 3.829 | 4.025 |
| Serviços de reprografia | 2.512 | 1.305 | 1.646 | 1.230 |
| Serviços advocatícios e custas processuais | 7.853 | 3.636 | 7.395 | 3.634 |
| Outros | 30.515 | 26.972 | 26.671 | 24.633 |
| | **169.523** | **148.108** | **128.928** | **125.734** |

## c) Provisões (Reversões) Operacionais

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 8) | 38.407 | (4.628) | 7.576 | 2.863 |
| Perda estimada para outros créditos a receber | 2.659 | 453 | 2.659 | 453 |
| Perda estimada com partes relacionadas – Renova (nota 29) | 688.031 | - | 688.031 | - |
| Provisão (reversão) para contingências (nota 24) | | | | |
| Trabalhistas | 27.428 | 17.001 | 28.295 | 16.993 |
| Cíveis | 144 | (39) | 144 | (39) |
| Tributárias | 283.566 | (6.108) | 283.529 | (6.108) |
| Regulatórias | 1.781 | 330 | 1.781 | 330 |
| Ambientais | 6 | 28 | - | 27 |
| Outras | 4.481 | 2.850 | 4.318 | 2.846 |
| | **317.406** | **14.062** | **318.067** | **14.049** |
| | **1.046.503** | **9.887** | **1.016.333** | **17.365** |
| Variação de valor justo de derivativos | | | | |
| Opção de venda SAAG (nota 30) | 63.693 | 107.555 | 63.693 | 107.555 |
| | **1.110.196** | **117.442** | **1.080.026** | **124.920** |

## d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Energia de curto prazo – CCEE | 112.934 | 168.413 | 78.335 | 132.218 |
| Energia adquirida no ambiente livre | 4.097.596 | 4.055.423 | 4.067.503 | 3.996.645 |
| Créditos de PIS/Pasep e Cofins | (369.268) | (370.770) | (365.492) | (364.584) |
| | **3.841.262** | **3.853.066** | **3.780.346** | **3.764.279** |

## e) Custo de Construção da Infraestrutura de Transmissão

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Pessoal | 9.229 | 6.542 | 9.229 | 6.542 |
| Materiais | 130.369 | 65.669 | 130.369 | 65.669 |
| Serviços de terceiros | 80.304 | 24.195 | 80.304 | 24.195 |
| Outros (recuperação de despesas) | 488 | (694) | 488 | (694) |
| | **220.390** | **95.712** | **220.390** | **95.712** |

## f) Outros Custos e Despesas Operacionais

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Arrendamentos e aluguéis | 7.561 | 22.842 | 6.047 | 22.175 |
| Propaganda e publicidade | 3.166 | 3.097 | 3.166 | 3.077 |
| Subvenções e doações | 11.071 | 6.023 | 7.772 | 4.613 |
| Despesa concessão onerosa | 2.958 | 2.681 | 2.948 | 2.681 |
| Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros) | 2.626 | 1.521 | 1.548 | 1.294 |
| Anuidade CCEE | 2.986 | 3.446 | 2.985 | 3.446 |
| Seguros | 6.222 | 2.905 | 4.696 | 2.887 |
| Resultado líquido na desativação e alienação de bens | 71.764 | 21.768 | 71.502 | 21.768 |
| Forluz – Custeio administrativo | 6.844 | 6.436 | 6.843 | 6.436 |
| Obrigações derivadas de contratos de investimento (1) | 32.088 | - | 32.088 | - |
| Perdas com outros créditos | - | 12.466 | - | 12.466 |
| Provisão para perdas com investimentos (nota 15) | 21.684 | - | - | - |
| Outros | 25.606 | (2.520) | 7.686 | (3.426) |
| | **194.576** | **80.665** | **147.281** | **77.417** |

(1) Refere-se ao conjunto de valores de processos realizados e de processos provisionados oriundos do acordo realizado entre Aliança Geração, Vale S.A. e Cemig. O valor total das ações alcança o montante de R$98 milhões, cabendo à Cemig o valor de R$32 milhões.

# 28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **RECEITAS FINANCEIRAS** | | | | |
| Renda de aplicação financeira | 42.491 | 67.033 | 22.124 | 56.667 |
| Acréscimos moratórios sobre venda de energia | 19.204 | 10.710 | 5.795 | 5.908 |
| Variação monetária | 12.876 | 12.482 | 12.470 | 12.292 |
| Variação monetária s/ depósitos vinculados a litígios | 12.226 | 11.324 | 11.644 | 11.196 |
| Rendas de antecipação de pagamento | 340 | 22.590 | 243 | 18.997 |
| Ganhos com inst. financeiros derivativos (swap) (nota 30) | 997.858 | 892.643 | 997.858 | 892.643 |
| Atualização financeira obtida no processo de arbitragem (1) | - | 76.896 | - | 76.896 |
| Encargos de créditos com pessoas ligadas | 47.596 | 56.320 | 47.596 | 56.320 |
| Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (nota 10) | 239.748 | - | 228.718 | - |
| Outras | 23.497 | 26.717 | 22.236 | 26.616 |
| PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras | (12.566) | (12.927) | (11.741) | (12.317) |
| | **1.383.270** | **1.163.788** | **1.336.943** | **1.145.218** |
| **DESPESAS FINANCEIRAS** | | | | |
| Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 21) | (804.721) | (848.586) | (802.542) | (848.586) |
| Amortização dos custos de transação (nota 21) | (11.706) | (19.718) | (11.706) | (19.718) |
| Variação monetária – Forluz | (12.693) | (15.412) | (12.693) | (15.412) |
| Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 21) | (50.969) | (43.924) | (38.289) | (43.924) |
| Variações monetárias | (11.589) | (11.455) | (9.575) | (11.159) |
| Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 21) | (233.846) | (579.609) | (233.846) | (579.609) |
| Atualização financeira - Adiantamento de clientes (nota 8) | (627) | (8.402) | (627) | (8.402) |
| Variação monetária de arrendamento (nota 18) | (6.610) | - | (6.456) | - |
| Outras | (16.559) | (13.128) | (14.269) | (11.556) |
| | **(1.149.320)** | **(1.540.234)** | **(1.130.003)** | **(1.538.366)** |
| **RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO** | **233.950** | **(376.446)** | **206.940** | **(393.148)** |

(1) Atualização financeira da dívida assumida pela Energimp decorrente de decisão favorável à Companhia em processo de arbitragem, que tem origem no descumprimento do prazo de entrada em operação de parques eólicos, acordado na aquisição de 49% da participação nestes parques, em 2009. Mais informações na nota explicativa nº 15.

## 29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

| EMPRESAS | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **Controlador** | | | | | | | | |
| **Governo do Estado de Minas Gerais** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| ICMS - antecipação (1) | - | - | - | - | - | 901 | - | - |
| | | | | | | | | |
| **CEMIG** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Convênio de cooperação (2) | - | - | - | 536 | - | - | - | (1.335) |
| Prestação de serviço (3) | - | 948 | - | 1.376 | - | - | - | - |
| Juros sobre capital próprio e dividendos | - | - | 781.769 | 659.622 | - | - | - | - |
| Valor a receber (4) | - | 6.243 | - | - | - | - | - | - |
| **Não circulante** | | | | | | | | |
| Mútuo partes relacionadas (5) | - | 408.114 | - | - | 16.464 | 8.114 | - | - |
| | | | | | | | | |
| **Controlada em conjunto** | | | | | | | | |
| **Madeira Energia** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Operações com energia elétrica (6) | 5.745 | 5.669 | 57.860 | 64.111 | 67.648 | 70.491 | (729.290) | (778.456) |
| Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (7) | - | 6.785 | - | - | - | 8.767 | - | - |
| | | | | | | | | |
| **Aliança Geração** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Operações com energia elétrica (6) | - | - | 6.002 | 5.785 | - | - | (83.146) | (86.409) |
| Prestação de serviço (8) | 626 | 1.792 | - | - | 6.762 | 11.492 | - | - |
| Juros sobre capital próprio e dividendos | 103.033 | 90.664 | - | - | - | - | - | - |
| Contingências (9) | - | - | 32.088 | - | - | - | (32.088) | - |
| | | | | | | | | |
| **Norte Energia** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Operações com energia elétrica (6) | - | 130 | - | - | 21.566 | 15.913 | (10.267) | - |
| Adiantamento de entrega futura de energia (10) | 40.081 | - | - | - | - | - | - | - |
| | | | | | | | | |
| **Baguari Energia** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Prestação de serviço (8) | - | 211 | - | - | 1.021 | 898 | - | - |
| | | | | | | | | |
| **Lightger** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Operações com energia elétrica (6) | - | - | 1.541 | 1.424 | - | - | (21.011) | (21.132) |
| | | | | | | | | |
| **Retiro Baixo** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio e dividendos | 6.474 | 5.718 | - | - | - | - | - | - |
| | | | | | | | | |
| **Hidrelétrica Pipoca** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Operações com energia elétrica (6) | - | - | 1.387 | 1.303 | - | - | (18.698) | (19.154) |
| | | | | | | | | |
| **Hidrelétrica Cachoeirão** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio e dividendos | 2.536 | 2.460 | - | - | - | - | - | - |
| | | | | | | | | |
| **Renova** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Operações com energia elétrica (6) | - | - | - | 515 | 4.447 | - | - | (81.453) |
| **Não circulante** | | | | | | | | |
| Contas a receber (11) | - | 594.323 | - | - | 93.708 | 106.078 | (688.031) | - |
| | | | | | | | | |
| **Light** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Operações com energia elétrica (6) | 312 | 374 | 1.206 | 403 | 97.560 | 60.364 | (7.940) | (29) |
| | | | | | | | | |
| **TAESA** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Operações com energia elétrica (6) | - | - | 1.255 | 1.460 | - | - | (12.752) | (18.075) |
| Prestação de serviço (8) | 170 | 130 | - | - | 640 | 566 | - | - |
| | | | | | | | | |
| **Hidrelétrica Itaocara** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Ajuste para perdas (12) | - | - | 21.810 | - | - | - | - | - |
| | | | | | | | | |
| **Outras Partes Relacionadas** | | | | | | | | |
| **Cemig Distribuição** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Convênio de cooperação (2) | 1.669 | - | - | - | 7.479 | - | - | (663) |
| Operações com energia elétrica (6) | 29.655 | 22.303 | 507 | 792 | 270.418 | 248.199 | (27.538) | (25.984) |
| **Não circulante** | | | | | | | | |
| Mútuo partes relacionadas | - | - | - | - | - | 9.263 | - | - |
| | | | | | | | | |

| EMPRESAS | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **FIC Pampulha** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes | 18.282 | 53.038 | - | - | - | - | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | 372.601 | 159.616 | - | - | 2.872 | 3.150 | - | - |
| **Não circulante** | | | | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 916 | 21.498 | - | - | - | - | - | - |
| | | | | | | | | |
| **FORLUZ** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Obrigações pós-emprego (13) | - | - | 32.775 | 27.876 | - | - | (41.394) | (40.598) |
| Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (14) | - | - | - | - | - | - | (20.730) | (20.396) |
| Custeio administrativo (15) | | - | - | - | - | - | (6.843) | (6.436) |
| Arrendamento operacional (16) | 40.125 | - | 9.479 | 382 | - | - | (15.331) | (13.089) |
| **Não circulante** | | | | | | | | |
| Obrigações pós-emprego (13) | - | - | 590.465 | 428.335 | - | - | - | - |
| Arrendamento operacional (16) | - | - | 32.124 | - | - | - | - | - |
| | | | | | | | | |
| **Cemig Saúde** | | | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Plano de saúde e odontológico (17) | - | - | 29.422 | 26.940 | - | - | (50.007) | (41.015) |
| **Não circulante** | | | | | | | | |
| Plano de saúde e odontológico (17) | - | - | 656.424 | 499.323 | - | - | - | - |

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Antecipação de ICMS conforme Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais ocorrida em 2018;
(2) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
(3) Refere-se à prestação de serviços celebrado entre a Cemig Telecomunicações (incorporada pela Cemig em 31/03/2018) e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016;
(4) Refere-se ao valor devolvido pela controladora Cemig em decorrência de ajuste no laudo de avaliação a valores contábeis da reestruturação societária de subsidiárias integrais de geração e comercialização;
(5) Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e sua controladora Cemig no montante de R$400.000. O mútuo é acrescido de juros correspondentes a 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Cemig H uma Nota Promissória no valor global de R$442.258, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período 15 meses de vigência do contrato. Em 13 de março de 2019 foram amortizados R$46.598 e, em 19 de julho de 2019, houve liquidação integral do mútuo, pelo montante de R$377.980;
(6) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme previsto no Art. 28, §3º, I, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
(7) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feitos em 2017 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia pela Cemig GT. O pagamento da última parcela foi realizado em janeiro de 2019;
(8) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção;
(9) Refere-se ao conjunto de valores de processos realizados e de processos provisionados oriundos do acordo realizado entre Aliança Geração, Vale S.A. e Cemig. O valor total das ações alcança o montante de R$98 milhões, cabendo à Cemig o valor de R$32 milhões;
(10) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feito em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecido por meio de Leilão e contrato registrado na CCEE. No período de 01/01/2020 à 31/12/2020 a Norte Energia entregará energia elétrica contratada referente ao montante total de R$40.081. Não há previsão de atualização financeira para o contrato;
(11) Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 (c), em junho de 2019, face às incertezas relacionadas à continuidade da Renova, a Cemig efetuou uma avaliação do risco de crédito e reconheceu como perda a totalidade das contas a receber com essa controlada em conjunto no montante total de R$688 milhões;
(12) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide Nota Explicativa nº 15);
(13) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6,00% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide Nota Explicativa nº 23);
(14) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
(15) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
(16) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até novembro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e agosto de 2024 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em novembro de 2019, a Cemig realizou a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves para a Forluz;
(17) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 23).

## Dividendos a receber

| Dividendos a receber | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Cemig Geração Poço Fundo (1) | - | - | 294 | - |
| Aliança Geração | 103.033 | 90.664 | 103.033 | 90.664 |
| Outras | 9.010 | 8.178 | 9.010 | 8.178 |
| | **112.043** | **98.842** | **112.337** | **98.842** |

(1) Foi aprovada, em AGE realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da controlada, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

## Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2019, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

| Emissor do Título | Tipo | Condições Contratuais Anuais | Vencimento | 2019 | | | 2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Cemig GT 5,16% | Demais controladas 9,86% (1) | Total (consolidado) 15,02% | Cemig GT 0,74% | Demais controladas 8,65% (1) | Total (consolidado) 9,39% |
| ETAU (2) | Debêntures | 108,00% do CDI | 01/12/2019 | - | - | - | 75 | 870 | 945 |
| LIGHT | Nota promissória | CDI + 3,50% | 22/01/2019 | - | - | - | 54 | 620 | 674 |
| CEMIG D | Nota promissória | 151,00% do CDI | 24/10/2019 | - | - | - | 397 | 4.599 | 4.996 |
| GASMIG | Nota promissória | 107,00% do CDI | 25/09/2020 | 523 | 998 | 1.521 | - | - | - |
| | | | | **523** | **998** | **1.521** | **526** | **6.089** | **6.615** |

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Companhia, que também possuem participação nos fundos de investimentos;
(2) ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

## Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são demonstrados na tabela abaixo:

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Remuneração | 3.095 | 4.965 |
| Participação nos resultados | 742 | 736 |
| Benefícios assistenciais | 287 | 526 |
| | **4.124** | **6.227** |

# 30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

## a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

| | Nível | 2019 | | 2018 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| **Ativos** | | | | | |
| **Custo amortizado (1)** | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 2 | 46.727 | 46.727 | 28.312 | 28.312 |
| Consumidores, revendedores e concessionários transporte de energia | 2 | 1.135.038 | 1.135.038 | 956.059 | 956.059 |
| Fundos vinculados | 2 | 11.059 | 11.059 | 90.710 | 90.710 |
| Valores a receber de partes relacionadas | 2 | 1.573 | 1.573 | 921.288 | 921.288 |
| Depósitos vinculados a litígios | 2 | 364.277 | 364.277 | 374.374 | 374.374 |
| Bonificação pela outorga – Concessões de geração | 3 | 2.468.216 | 2.468.216 | 2.408.930 | 2.408.930 |
| Indenizações a receber – Transmissão | 3 | 1.280.652 | 1.280.652 | 1.296.314 | 1.296.314 |
| | | **5.307.542** | **5.307.542** | **6.075.987** | **6.075.987** |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | |
| Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras | | 202.964 | 202.964 | 297.561 | 297.561 |
| Títulos e valores mobiliários | | | | | |
| Letras financeiras – Bancos | 2 | 279.547 | 279.547 | 96.876 | 96.876 |
| Letras financeiras do Tesouro | 1 | 47.268 | 47.268 | 56.572 | 56.572 |
| Debêntures | 2 | 52 | 52 | 1.586 | 1.586 |
| | | **529.831** | **529.831** | **452.595** | **452.595** |
| Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap) | 3 | 1.690.944 | 1.690.944 | 813.335 | 813.335 |
| Indenizações a receber – Geração | 3 | 816.202 | 816.202 | 816.202 | 816.202 |
| | | **2.507.146** | **2.507.146** | **1.629.537** | **1.629.537** |
| | | **8.344.519** | **8.344.519** | **8.158.119** | **8.158.119** |
| | | | | | |
| **Passivos** | | | | | |
| **Custo amortizado (1)** | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 2 | (7.886.783) | (7.886.783) | (8.198.912) | (8.198.912) |
| Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) | 2 | (128.172) | (128.172) | (147.540) | (147.540) |
| Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz | 2 | (124.499) | (124.499) | (85.417) | (85.417) |
| Concessões a pagar | 3 | (19.692) | (19.692) | (18.747) | (18.747) |
| Fornecedores | 2 | (422.312) | (422.312) | (484.726) | (484.726) |
| Arrendamentos (2) | 2 | (55.059) | (55.059) | - | - |
| | | **(8.636.517)** | **(8.636.517)** | **(8.935.342)** | **(8.935.342)** |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda) | 3 | (482.841) | (482.841) | (419.148) | (419.148) |
| | | **(9.119.358)** | **(9.119.358)** | **(9.354.490)** | **(9.354.490)** |

(1) Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.
(2) Os arrendamentos foram reconhecidos em função da adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2). Mais informações na nota explicativa nº 18.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

**Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Companhia, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 13 destas demonstrações financeiras.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia referem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de *swap*: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido a partir da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec ("PUT SAAG") foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método *Black-Scholes-Merton* (BSM). O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das demonstrações financeiras.

A movimentação das opções de venda e outras informações sobre os instrumentos derivativos estão demonstradas no item "b) Instrumentos Financeiros Derivativos", desta nota explicativa.

Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 140,97% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 1,12% a 2,22%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

**b) Instrumentos Financeiros Derivativos**

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto "Estrutura de Investimento"), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento ("Opções de Venda"), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7,00% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo por meio dos resultados.

A Companhia utiliza o modelo *Black-Scholes-Merton* ("BSM") para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG. Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se fossem participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de dezembro de 2019 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP's. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R$482.841 (R$419.148 em 31 de dezembro de 2018), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

| | Consolidado e Controladora |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | **311.593** |
| Variação do valor justo | 107.555 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **419.148** |
| Variação do valor justo | 63.693 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **482.841** |

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 2,29% a 6,29% ao ano e volatilidade entre 13,00% e 73,00% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R$467.156 e R$499.151, respectivamente.

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados, conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.

Operações de *Swap*

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de "*swap*") para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 31 de dezembro de 2019, no montante de R$997.858 (ajuste positivo de R$892.643 em 31 de dezembro de 2018), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual. A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

| Direito da Companhia (1) | Obrigação da Companhia (1) | Período de vencimento | Mercado de negociação | Valor principal contratado (2) | Ganho/(Perda) não realizado | | Ganho/(Perda) não realizado | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Valor conforme contrato 2019 | Valor justo 2019 | Valor conforme contrato 2018 | Valor justo 2018 |
| US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) | R$ 150,49% do CDI | Juros: Semestrais Principal: dez/2024 | Balcão | US$1.000.000 | 813.535 | 1.235.102 | 679.530 | 626.888 |
| US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) | R$ 125,52% do CDI | Juros: Semestrais Principal: dez/2024 | Balcão | US$500.000 | 108.532 | 455.842 | 32.781 | 186.447 |
| | | | | | **922.067** | **1.690.944** | **712.311** | **813.335** |
| **Ativo circulante** | | | | | | **234.766** | | **69.643** |
| **Ativo não circulante** | | | | | | **1.456.178** | | **743.692** |

(1) Para a emissão original de US$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* (opções) do principal, com piso em R$3,25/US$ e teto em R$5,00/US$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca de cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* (opções) do principal, com piso em R$3,85/US$ e teto em R$5,00/US$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.

(2) Em milhares de dólares americanos (US$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação à mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$1.690.944 (R$813.335 em 31 de dezembro de 2018), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação do derivativo em 31 de dezembro de 2019, porém os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R$922.067 em 31 de dezembro de 2019 (R$712.311 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), ao fim do período contábil, em R$1.044.833 referente à opção (*call spread*) e R$266.137 referentes ao *swap*, totalizando R$1.310.970.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50% do valor justo estimado para o cenário provável, conforme demonstrado a seguir:

| Controladora e consolidado | Cenário base 31/12/2019 | Cenário provável | Cenário Possível Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 25% | Cenário Remoto Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 50% |
|---|---|---|---|---|
| *Swap* ponta ativa | 6.427.369 | 6.004.214 | 5.175.929 | 4.404.928 |
| *Swap* ponta passiva | (5.774.089) | (5.738.077) | (5.855.347) | (5.965.126) |
| Opção/*Call Spread* | 1.037.664 | 1.044.833 | 433.862 | 100.005 |
| **Instrumento derivativo de hedge** | **1.690.944** | **1.310.970** | **(245.556)** | **(1.460.193)** |

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

## c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

### Risco de Taxa de Juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2019, em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

| Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **Ativos** | | | | |
| Equivalentes de caixa - CDI (nota 6) | 202.964 | 297.561 | 133.705 | 223.247 |
| Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 7) | 373.594 | 183.346 | 128.490 | 14.631 |
| Contas a receber Renova - CDI | - | 507.038 | - | 507.038 |
| Mútuo com partes relacionadas - CDI (nota 29) | - | 408.114 | - | 408.114 |
| Fundos vinculados – CDI | 11.059 | 90.710 | 11.019 | 90.656 |
| | **587.617** | **1.486.769** | **273.214** | **1.243.686** |
| **Passivos** | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 21) | (578.067) | (1.022.646) | 578.067 | (1.022.646) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 21) | (178.226) | (163.367) | - | - |
| | **(756.293)** | **(1.186.013)** | **578.067** | **(1.022.646)** |
| **Ativo (Passivo) líquido exposto** | **(168.676)** | **300.756** | **851.281** | **221.040** |

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2020, a taxa Selic será de 4,25% e a taxa TJLP será de 5,03%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de um aumento nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

| Risco – Redução nas taxas de juros nacionais Consolidado | 2019 | | 2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor Contábil | Cenário Provável Selic 4,2500% TJLP 5,0285% | Cenário Possível + 25% Selic 5,3125% TJLP 6,2856% | Cenário Remoto + 50% Selic 6,37500% TJLP 7,5428% |
| **Ativos** | | | | |
| Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 6) | 202.964 | 211.590 | 213.746 | 215.903 |
| Títulos e valores mobiliários (nota 7) | 373.594 | 389.472 | 393.441 | 397.411 |
| Fundos vinculados | 11.059 | 11.529 | 11.647 | 11.764 |
| | **587.617** | **612.591** | **618.834** | **625.078** |
| **Passivos** | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 21) | (578.067) | (602.635) | (608.777) | (614.919) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 21) | (178.226) | (187.188) | (189.429) | (191.669) |
| | **(756.293)** | **(789.823)** | **(798.206)** | **(806.588)** |
| **Passivo líquido exposto** | **(168.676)** | **(177.232)** | **(179.372)** | **(181.510)** |
| **Efeito líquido da variação das taxas de juros** | | **(8.556)** | **(10.696)** | **(12.834)** |

## Risco de Inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

| Exposição da companhia à inflação | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **Ativos** | | | | |
| Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 13) | 2.468.216 | 2.408.930 | - | - |
| Transmissão - Indenização a receber - IPCA (nota 13) | 1.280.652 | 1.296.314 | 1.280.652 | 1.296.314 |
| | **3.748.868** | **3.705.244** | **1.280.652** | **1.296.314** |
| **Passivos** | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 21) | (1.105.466) | (1.239.199) | (1.105.466) | (1.239.199) |
| Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 23) | (128.172) | (147.540) | (128.172) | (147.540) |
| Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 23) | (124.499) | (85.417) | (124.499) | (85.417) |
| | **(1.358.137)** | **(1.472.156)** | **(1.358.137)** | **(1.472.156)** |
| **Ativo (Passivo) líquido exposto** | **2.390.731** | **2.233.088** | **(77.485)** | **(175.842)** |

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2020, a taxa IPCA será de 3,43%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

| Risco - Redução da inflação Consolidado | 2019 | | 2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor Contábil | Cenário Provável IPCA 3,4293% | Cenário Possível - 25% IPCA 2,5720% | Cenário Remoto -50% IPCA 1,7147% |
| **Ativos** | | | | |
| Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 13) | 2.468.216 | 2.552.859 | 2.531.699 | 2.510.538 |
| Transmissão - Indenização a receber - IPCA (nota 13) | 1.280.652 | 1.324.569 | 1.313.590 | 1.302.611 |
| | **3.748.868** | **3.877.428** | **3.845.289** | **3.813.149** |
| **Passivos** | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 21) | (1.105.466) | (1.143.376) | (1.133.899) | (1.124.421) |
| Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 23) | (128.172) | (132.567) | (131.469) | (130.370) |
| Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 23) | (124.499) | (128.768) | (127.701) | (126.634) |
| | **(1.358.137)** | **(1.404.711)** | **(1.393.069)** | **(1.381.425)** |
| **Ativo líquido exposto** | **2.390.731** | **2.472.717** | **2.452.220** | **2.431.724** |
| **Efeito líquido da variação da inflação** | | **81.986** | **61.489** | **40.993** |

## Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

| Exposição às taxas de câmbio | Consolidado e Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | | 2018 | |
| | Moeda Estrangeira | R$ | Moeda Estrangeira | R$ |
| **Dólar Norte-Americano** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (nota 21) | (1.511.336) | (6.091.742) | (1.511.336) | (5.856.124) |
| **Euro** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (nota 21) | - | - | (52) | (229) |
| **(Passivo) líquido exposto** | | **(6.091.742)** | | **(5.856.353)** |

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 31 de dezembro de 2020, será uma redução de 0,76% para o dólar (R$4,00). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

| Risco - Exposições cambiais | 2019 | | 2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor Contábil | Cenário Provável Dólar 4,00 | Cenário +25% Dólar 5,00 | Cenário +50% Dólar 6,00 |
| **Dólar Norte-Americano** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (nota 21) | (6.091.742) | (6.045.344) | (7.556.680) | (9.068.016) |
| | | | | |
| **(Passivo) líquido exposto** | **(6.091.742)** | **(6.045.344)** | **(7.556.680)** | **(9.068.016)** |
| **Efeito líquido da variação cambial** | | **46.398** | **(1.464.938)** | **(2.976.274)** |

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de *swap* para substituição da exposição ao dólar norte-americano para a variação do CDI, conforme descrito em maiores detalhes no tópico "Operações de *Swap*" desta nota explicativa.

**Risco de Liquidez**

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento a cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, gerar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia para com fornecedores, bem como relativo a dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

| Consolidado | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Instrumentos financeiros à taxa de juros:** | | | | | | |
| | | | | | | |
| **Pós-fixadas** | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 27.012 | 465.303 | 910.944 | 10.020.989 | - | 11.424.248 |
| Concessões a pagar | 223 | 452 | 1.983 | 8.858 | 12.655 | 24.171 |
| Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) | 2.721 | 5.486 | 25.019 | 126.021 | - | 159.247 |
| Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) | 1.203 | 2.424 | 27.773 | 47.961 | 142.710 | 222.071 |
| | **31.159** | **473.665** | **965.719** | **10.203.829** | **155.365** | **11.829.737** |
| **Pré-fixadas** | | | | | | |
| Fornecedores | 65.643 | 342.280 | 14.210 | 179 | - | 422.312 |
| | **96.802** | **815.945** | **979.929** | **10.204.008** | **155.365** | **12.252.049** |

| Controladora | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:** | | | | | | |
| | | | | | | |
| **Pós-fixadas** | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 27.012 | 465.303 | 910.944 | 9.842.764 | - | 11.246.023 |
| Concessões a pagar | 223 | 452 | 1.983 | 8.858 | 12.655 | 24.171 |
| Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) | 2.721 | 5.486 | 25.019 | 126.021 | - | 159.247 |
| Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) | 1.203 | 2.424 | 27.773 | 47.961 | 142.710 | 222.071 |
| | **31.159** | **473.665** | **965.719** | **10.025.604** | **155.365** | **11.651.512** |
| **Pré-fixadas** | | | | | | |
| Fornecedores | 55.291 | 327.838 | 13.188 | - | - | 396.317 |
| | **86.450** | **801.503** | **978.907** | **10.025.604** | **155.365** | **12.047.829** |

## Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2019, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R$48.432.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo igual ou superior a R$400 milhões;
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

| Grupo | Patrimônio Líquido | Concentração | Limite por Banco (% do PL) (1) |
|---|---|---|---|
| A1 | Superior a R$3,5 bilhões | Mínima de 50% | Entre 6% e 9% |
| A2 | Entre R$1,0 bilhão e R$3,5 bilhões | Máxima de 30% | Entre 5% e 8% |
| A3 | Entre R$400 milhões e R$1,0 bilhão | Máxima de 30% | Entre 5% e 7% |

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos A1 deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

**Risco Hidrológico**

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

**Risco de Antecipação do Vencimento de Dívidas**

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva ("*covenant*") referentes a índices financeiros da Companhia e sua controladora, e cláusulas de "*cross default*".

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente, com exceção do descumprimento de "Covenant" não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Mais detalhes na nota explicativa nº 21.

### d) Administração de Capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| **Total do passivo** | 12.526.851 | 11.971.944 | 12.103.086 | 11.591.625 |
| Caixa e equivalentes de caixa (nota 6) | (211.608) | (301.696) | (136.208) | (226.830) |
| **Passivo líquido** | **12.315.243** | **11.670.248** | **11.966.878** | **11.364.795** |
| | | | | |
| **Total do patrimônio líquido** | **5.136.201** | **4.980.136** | **5.136.201** | **4.980.136** |
| **Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido** | **2,40** | **2,34** | **2,33** | **2,28** |

## 31. SEGUROS

A Companhia mantem apólices de seguros visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação a seguir, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

| Ativos | Cobertura | Data de Vigência | Importância Segurada (1) | Prêmio Anual (1) |
|---|---|---|---|---|
| | Casco | 29/04/2019 a 29/04/2020 | US$4.385 | |
| Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal | Responsabilidade Civil | 29/04/2019 a 29/04/2020 | US$14.000 | US$49 |
| Almoxarifados | Incêndios | 02/11/2019 a 02/11/2020 | R$20.771 | R$20 |
| Instalações prediais | Incêndios | 08/01/2020 a 08/01/2021 | R$275.773 | R$75 |
| Equipamentos de telecomunicações | Incêndios | 08/07/2019 a 08/07/2020 | R$2.650 | R$2 |
| Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de valores acima de R$1.000 mil. | (2) | 07/12/2019 a 07/12/2020 | R$959.243 | R$1.262 |

(1) Valores expressos em R$ Mil ou US$ Mil.
(2) O limite de indenização (LMI) é de R$230.662 mil.

A Companhia, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função destes riscos.

## 32. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem compra de energia e arrendamentos operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

| | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 em Diante | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Compra de Energia | 3.618.849 | 3.347.187 | 3.808.010 | 3.679.343 | 3.912.612 | 35.082.452 | 53.448.453 |

## 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

**COVID-19 – Coronavírus – Impactos para a Companhia**

A Companhia está acompanhando de perto os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar possíveis efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica, destacando-se eventual redução no consumo de energia elétrica e consequentemente na receita de venda de energia, bem como incremento na inadimplência, além de alteração de premissas utilizadas para cálculo de valor justo e recuperável de determinados ativos financeiros e não financeiros.

A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas e eventos nas instalações da Cemig, utilização de meios de comunicação remota, home office para determinado grupo de empregados, etc.

A Companhia poderá adotar medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade.

* * * * * * * * * * * * * * * * * * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Reynaldo Passanezi Filho**
Diretor Presidente

**Dimas Costa**
Diretor Cemig Comercialização

**Maurício Fernandes Leonardo Júnior**
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

**Paulo Mota Henriques**
Diretor de Cemig Geração e Transmissão

**Daniel Faria Costa**
Diretor Cemigpar

**Ronaldo Gomes de Abreu**
Diretor sem denominação específica

**Luciano de Araújo Ferraz**
Diretor de Regulação e Jurídico

**Leonardo George de Magalhães**
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

**Carolina Luiza F. A. C. de Senna**
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contadora – CRC-MG 77.839

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Building a better working world

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
**Cemig Geração e Transmissão S.A.**
Belo Horizonte - MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

*Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.*

Conforme divulgado na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 17 de dezembro de 2019, foi protocolado nos termos da Lei n°11.101/05 o Plano de Recuperação Judicial da controlada em conjunto Renova Energia S.A. e de algumas de suas controladas que tramita perante a 2º Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo. A controlada em conjunto deverá submeter o Plano de Recuperação Judicial para aprovação da assembleia geral de credores conforme termos e prazos estabelecidos na referida Lei. A controlada em conjunto está em fase de discussão do referido plano e não mensurou, até a presente data, os possíveis efeitos sobre os seus saldos contábeis. Além disso, a controlada em conjunto vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2019, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

*Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos*

Conforme mencionado na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns dos outros acionistas dessas investidas e determinados executivos da Companhia, da sua controladora, das investidas e desses outros acionistas. Os órgãos de governança da controladora da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os julgamentos relevantes e complexidade inerentes a estes processos de investigação.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das informações relacionadas às investigações em andamento, que inclui também a análise do canal de denúncias, tratamento destas denúncias e comunicação dos resultados aos órgãos de governança competentes; (ii) avaliação do relatório emitido em 20 de fevereiro de 2020 por empresa especializada contratada pela Companhia para investigação de tais alegações; (iii) entendimento e acompanhamento das principais ações da Administração e dos órgãos de governança em relação a tais alegações. As interações ocorreram com o Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, membros do Comitê Especial de Investigação e membros da Administração, bem como a área de "Compliance" da Companhia; (iv) acompanhamento das atualizações destas investigações, desde a emissão do relatório da empresa especializada, conforme mencionado no item (ii); (v) execução de procedimentos voltados para a identificação e teste documental de transações não usuais; (vi) envolvimento dos nossos especialistas forenses para realizar procedimento de *shadow investigation* e avaliar se a investigação foi conduzida de acordo com as melhores práticas aplicáveis; e (vii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os processos de investigação interna, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os procedimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

*Redução ao valor recuperável de determinados investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto*

Conforme divulgado na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas possuem investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R$ 4.041.565 mil e determina anualmente, ou sempre que aplicável, a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total da Companhia e de suas controladas nessa investidas. Em 2019, como resultado dessa análise, a Companhia e suas controladas entenderam existir indicativos de desvalorização dos investimentos diretos e indiretos que possuem na Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Renova Energia S.A. e Guanhães Energia S.A. e, consequentemente, procedeu com a análise e determinação do seu valor recuperável, reconhecendo eventuais perdas, quando aplicável.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e de suas controladas, especialmente no que diz respeito aos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, o grau de subjetividade das estimativas de valor justo utilizadas pela Administração, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras, além da existência de certas circunstâncias específicas relacionadas a atrasos na entrada em operação e risco de continuidade de algumas investidas e controladas em conjunto.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para identificação de indicativos de *impairment* dos investimentos e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável, incluindo os controles sobre a revisão pela Administração das premissas significativas subjacentes à determinação do valor justo; (ii) avaliação das premissas significativas utilizadas para estimar o valor justo; comparando as premissas significativas usadas para estimar os fluxos de caixa com as tendências econômicas e da indústria; comparando informações relevantes utilizadas com os dados operacionais da Companhia e realizando análises de sensibilidade para avaliar a estimativa do valor justo; (iii) envolvimento dos nossos especialistas de *valuation* para auxiliar na avaliação da taxa de desconto usada no cálculo do valor justo; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos investimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

*Créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins*

Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas reconheceram em 2019 créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins no montante de R$ 653.364 mil decorrentes do trânsito em julgado da Ação Ordinária movida pela Companhia e determinadas controladas, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito destas a excluir, o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, a partir de julho de 2003.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a complexidade do tema, a necessidade de julgamento por parte da Administração, o grande volume de documentação analisada e a existência de divergências entre as decisões judiciais e o posicionamento da Receita Federal quanto à metodologia de cálculo dos créditos em questão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para determinar o valor dos créditos a serem reconhecidos e a sua expectativa de realização, incluindo os controles sobre a revisão pela Administração das premissas significativas subjacentes à determinação dos valores a serem restituídos aos consumidores; (ii) testes de integridade e acurácia das informações utilizadas pela Companhia e suas controladas; (iii) confronto das bases de cálculo dos créditos levantados com controles auxiliares, registros contábeis e documentos fiscais; (iv) reprocessamento dos cálculos de atualização financeira; (v) envolvimento dos nossos especialistas de tributos na análise da decisão judicial favorável à Companhia e controladas, das conclusões e embasamentos legais apresentados nos pareceres dos seus assessores legais, assim como para nos auxiliar na avaliação das bases de cálculo, documentação suporte, análise de realização e atualização dos créditos reconhecidos; e (vi) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins reconhecidos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios para determinar o valor dos créditos em questão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**

*Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de

uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Building a better working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

# PARECER DO CONSELHO FISCAL

CEMIG
Geração e Transmissão S.A.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2019 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 19-03-2020. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2019, como também com base no Parecer, sem ressalva, da Ernest & Young Auditores Independentes-EY, emitido em 19-03-2020, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2020.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Marco Aurélio de Barcelos Silva

Rodrigo de Mesquita Pereira

# DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

Geração e Transmissão S.A.

## DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 914ª reunião de Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, realizada em 09-03-2020, aprovamos a conclusão, em 09-03-2020, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2019; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

aa.) Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente
Daniel Faria Costa – Diretor Cemigpar
Dimas Costa – Diretor Cemig Comercialização
Luciano de Araújo Ferraz – Diretor de Regulação e Jurídica
Maurício Fernandes Leonardo Júnior – Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Paulo Mota Henriques – Diretor Cemig Geração e Transmissão
Ronaldo Gomes de Abreu – Diretor Cemig Distribuição

# DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Geração e Transmissão S.A.

## DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 914ª reunião de Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, realizada em 09-03-2020, aprovamos a conclusão, em 09-03-2020, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2019; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

aa.) Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente
Daniel Faria Costa – Diretor Cemigpar
Dimas Costa – Diretor Cemig Comercialização
Luciano de Araújo Ferraz – Diretor de Regulação e Jurídica
Maurício Fernandes Leonardo Júnior – Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Paulo Mota Henriques – Diretor Cemig Geração e Transmissão
Ronaldo Gomes de Abreu – Diretor Cemig Distribuição

# RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 19 DE MARÇO DE 2020

### INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do "background check" de integridade e conformidade.

### COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto por Pedro Carlos de Mello, Coordenador do Comitê, eleito em 11-06-2018, e pelos membros Márcio de Lima Leite, eleito em 24-04-2019 e Roberto Tommasetti, eleito em 15-05-2019.

### DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2019

No ano de 2019, o Comitê reuniu-se em 47 (quarenta e sete) ocasiões e mais 9 (nove) vezes no início do primeiro semestre de 2020, além de 4 (quatro) participações nas reuniões do Conselho de Administração. Foram realizadas 6 (seis) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2019 e 1 (uma) no início do primeiro semestre de 2020. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 11 (onze) reuniões com a participação dos auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes, para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2019. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos a contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e também pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contato regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

### DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos-GC e, posteriormente, pela Diretoria Adjunta de Suporte na Gestão de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos-DPR CI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

**DA AUDITORIA INTERNA**
Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna-AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

**DA AUDITORIA INDEPENDENTE**
O Comitê reuniu-se com os auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2019 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

**DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2019, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

**CONCLUSÃO**
O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2019.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

**COMITÊ DE AUDITORIA**

PEDRO CARLOS DE MELLO - Coordenador

MÁRCIO DE LIMA LEITE – Membro

ROBERTO TOMMASETTI – Membro

## ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, foi apresentada para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada até 30 de abril de 2020, a proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2020. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R$354.008 mil da Retenção de lucros do exercício de 2019.

| Investimentos planejados para 2020 | |
|---|---|
| Sistema elétrico de geração | 91.705 |
| Sistema elétrico de transmissão | 244.285 |
| Aportes em controladas e coligadas | 127.449 |
| Infraestrutura e outros | 10.995 |
| | **474.433** |